

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa



ANÁLISE DAS DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS NOS RELATÓRIOS ANUAIS DAS MAIORES EMPRESAS PORTUGUESAS

Ângela Maria Braga Freitas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade

Orientadora:

Prof. Doutora Maria João Martins Ferreira Major, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Finanças e Contabilidade

Co-Orientador:

Prof. Doutor José Joaquim Dias Curto, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento
de Métodos Quantitativos

Novembro 2007

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa



ANÁLISE DAS DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS NOS RELATÓRIOS ANUAIS DAS MAIORES EMPRESAS PORTUGUESAS

Ângela Maria Braga Freitas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade

Orientadora:

Prof. Doutora Maria João Martins Ferreira Major, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Finanças e Contabilidade

Co-Orientador:

Prof. Doutor José Joaquim Dias Curto, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento
de Métodos Quantitativos

Novembro 2007

Agradecimentos

Gostaria de manifestar os meus agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação.

À Prof. Doutora Maria João Major, minha orientadora, pela escolha do tema, supervisão e pelos valiosos conselhos e ensinamentos dados ao longo da elaboração do todo este trabalho.

Ao Prof. José Dias Curto, meu co-orientador, pela supervisão, conselhos e ensinamentos dados ao longo da elaboração do estudo empírico realizado.

Aos vários professores que participaram na parte curricular do mestrado, pela informação e ensinamentos dados, nas várias áreas leccionadas.

Aos meus colegas de curso pelas ideias, dados e apoio trocados.

Aos funcionários pela colaboração na organização do curso de mestrado.

À minha família pelo acompanhamento e paciência que demonstraram ao longo deste trabalho.

Sumário

As divulgações ambientais, tanto têm a capacidade de responder à necessidade das empresas procederem a informação não financeira, como, servirem de *interface* entre as empresas e os *stakeholders*. A atitude de divulgar informação de carácter ambiental, pode ser considerada como uma actuação de responsabilidade social.

O estudo empírico levado a cabo, tendo por base as maiores empresas Portuguesas, teve como objectivos: investigar qual o estágio e as práticas da divulgação ambiental e aferir sobre o impacto da implementação da directriz contabilística nº 29.

Procedemos à análise de conteúdo, de relatórios de contas ou relatórios separados, das maiores empresas Portuguesas, para os anos de 2002 a 2004, tendo a recolha, de dados, sido feito, de forma a detectar o comportamento das variáveis ambientais tais como: tipo de informação fornecida, quais os meios de relato escolhidos, que aspectos de política ambiental mencionados, quais as áreas ambientais abordadas ou que tipo de informação contabilística foi inserida nos relatórios divulgados.

Duas conclusões parecem transparecer sobre os eventuais *drivers* que podem conduzir às divulgações ambientais nas grandes empresas, em Portugal: por um lado, o cumprimento pelo dever legal, sendo de destacar o especial relevo dado à implementação da directriz contabilística nº 29, conduzindo a que a informação ambiental seja tratada de forma algo idêntica à demais informação financeira, e por outro lado, a importância dada ao mercado financeiro, o qual desencadeia a necessidade de divulgação estratégica e voluntária, complementar à informação financeira tradicional, dirigida a um leque variado de *stakeholders*.

Palavras-chave: contabilidade ambiental; responsabilidade social; relato ambiental e stakeholder.

JEL classification system : M41; M14

Abstract

Environmental disclosures both allow companies to respond to their need to show non-financial information, and also serve as an interface between the companies and their stakeholders. Taking the decision to proceed with environmental disclosures can be considered an act of social responsibility.

The aim of this empirical study, based on major Portuguese companies, was to investigate the scale of environmental disclosure and the practices used, and to examine the impact of implementing accounting standard number 29.

We analysed the content of annual reports or separate reports of the largest Portuguese companies for the years 2002 – 2004; the collection of data was carried out in order to be able to detect the tendencies of environmental variables such as: the type of information supplied; the reports chosen; the aspects of environmental policies mentioned, the environmental topics dealt with and the type of accounting information included in the reports.

Two conclusions seem emerge concerning the possible potential drivers that can lead to environmental disclosures in major companies in Portugal; on the one hand, is the notion that it is an undertaking which fulfils legal requirement – of particular importance here is the special prominence given to the implementation of the accounting standard number 29, whereby environmental information should be treated in a broadly similar fashion to other financial information; on the other hand, there is the confirmation of the highly important role played by the financial market which triggers the need for strategic and voluntary disclosure, complementary to the traditional financial information, directed towards a widely varying range of stakeholders.

Key words; Environmental accounting; social responsibility; environmental report and stakeholder

JEL classification system : M41; M14

Índice

Agradecimentos.....	i
Sumário.....	iii
Abstract.....	iv
Índice.....	v
Lista de Abreviações.....	vii
Índice de Figuras.....	ix
Índice de Quadros.....	x
Capítulo I “ Introdução ”.....	1
1.1- Enquadramento Teórico do Estudo.....	1
1.2- Motivações pessoais e objectivos do estudo.....	2
1.3- Questões de Investigação.....	4
1.4- Estrutura da Tese.....	5
Capítulo II “ O relato ambiental na literatura ”.....	7
2.1 - O desenvolvimento das consciências, importância do relato.....	7
2.1.1 - Responsabilidade Social das Empresas.....	7
2.1.2 - A evolução do Relato Ambiental.....	8
2.2 - A Expansão de instrumentos de RSE - Responsabilidade Social das Empresas.....	10
2.2.1 - <i>Mapping</i> dos Instrumentos de Responsabilidade Social das Empresas.....	10
2.2.2 - Modelos Estruturados para organização das divulgações.....	11
2.2.2.1 - UN Global Compact.....	11
2.2.2.2 - ECO-Management and Audit Scheme (EMAS).....	11
2.2.2.3 - ISO 14000.....	12
2.2.2.4 - EU Eco-label.....	12
2.2.2.5 - AA 1000.....	12
2.2.2.6 - GRI 2002.....	13
2.2.2.7 - Dow Jones Sustainability Index.....	14
2.3 - Os Problemas Ambientais.....	15
2.3.1- Breve análise dos principais problemas ambientais.....	15
2.3.1.1 - Chuvas Ácidas, Camada de Ozono, Alterações Climáticas e Gases com efeito de estufa.....	16
2.3.1.2 - Resíduos.....	17
2.3.2 - As medidas políticas e legais da União Europeia.....	18
2.3.2.1 - Protocolo de <i>Quioto</i>	18
2.3.2.2 - Mercado de CO ₂	19
2.3.2.3 - Política de Resíduos.....	19
2.3.3 - A Situação em Portugal.....	20
2.4 - Divulgações e Relatório Externo.....	22
2.4.1 - Os Reguladores e os Normativos Americanos.....	23
2.4.2 - Os Reguladores e os Normativos Europeus.....	25
2.4.3 - DC 29-Matérias Ambientais e avanços em Portugal.....	26
2.5 - Estudos Empíricos, práticas e teorias.....	28
2.5.1 - As divulgações voluntárias respondem às necessidades de legitimação, e à pressão exercida pelos <i>media</i>	29
2.5.2 - As divulgações voluntárias respondem às pressões e requisitos dos vários <i>stakeholders</i>	32

2.5.3 - As divulgações adicionais são determinadas por: assimetria de informação, custos de informação, custos de proprietário, visibilidade nos media e mercado de capitais	34
2.5.4 - Numa perspectiva de “ accountability”, é necessária a emissão de normas e regulamentações com vista a colmatar as lacunas das divulgações voluntárias	37
2.5.5 - Relato ambiental em Portugal	39
2.5.5.1 - Os Estudos empíricos em Portugal sobre divulgações ambientais	40
Capítulo III “O Estudo Empírico”	43
3.1- Objectivos e Hipóteses de Investigação.....	44
3.2- Metodologia e Dados	48
3.2.1-Metodologia Utilizada	49
3.2.2- Recolha de Dados	54
3.2.3- Aspectos da recolha de dados.....	56
3.3- Análise Estatística	57
Capítulo IV “Análise dos Findings”	59
4.1- Análise das práticas de <i>reporting</i> /relato ambiental nas grandes empresas portuguesas no período de 2002/2003 a 2004	59
4.1.1- Tipo de informação fornecida	59
4.1.2- Secção dos relatórios mais utilizados para as divulgações ambientais	62
4.1.3- Políticas e Projectos Ambientais	65
4.1.4- Actividades e Objectivos Ambientais	70
4.1.5- Dados Financeiros e Contabilísticos	73
4.1.6- Análise Sectorial.....	75
4.2- Sumário dos principais aspectos revelados pelo estudo	79
Capítulo V “Conclusão”	83
5.1- Síntese do estudo realizado	83
5.2- Contribuições teóricas e práticas do estudo	85
5.3- Limitações do trabalho e perspectivas futuras	86
Bibliografia	89
Anexos	95

Lista de Abreviações

ABDR	- Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
ACCA	- Association of Chartered Certified Accountants
AICPA-USA	- American Institute of Certificate Public Accountants USA
ASPI	- Advanced Sustainable Performance Índice
CELE	- Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CERCLA	- Comprehensive Environmental Response Compensation and Liability Act
CERES	- Coalition for Environmentally Responsible Economies
CICA	- Canadian Institute of Chartered Accountants
CIRVER	- Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos
CNC	- Comissão de Normalização Contabilística
CSC	- Código das Sociedades Comerciais
DC	- Directriz Contabilística
DJSI	- Dow Jones Sustainability Índice
ED	- Exposure draft
EMAS	- Eco Management and Audit Scheme
FASB	- Financial Accounting Standards Board
FEE	- Fédération des Expert Comptable Européen
FSC	- Forest Stewardship Council
FTSE- 4 Good	- FinancialTimes Stock Exchange 4 Good
GAAPs	- Generally Accepted Accounting Principles
GEE	- Gases com Efeito de Estufa
GRI	- Global Reporting Initiative
IAS	- International Accounting Standards
IASB	- International Accounting Standards Board
IASC	- International Accounting Standards Committee
ICAEW	- Institute of Chartered Accountants of England and Wales
ICAS	- Institute of Chartered Accountants of Scotland
IFAC	- International Federation of Accountants
IIS	- Instituto Internacional para a Sustentabilidade
IRRC	- Investor Responsibility Research Center
ISO	- International Organization for Standardization
LER	- Lista Europeia de Resíduos
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONGs,	- Organizações não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas

PESGRI	- Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais
PIRC	- Pension Interest Research Center
PNAC	- Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNALE	- Plano Nacional de Alocação de Direitos de Emissão
PNAPRI	- Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais
RH	- Resíduo Hospitalar
RI B	- Resíduo Industrial Banal
RIP	- Resíduo Industrial Perigoso
R.S.E.	- Responsabilidade Social das Empresas
RSU	- Resíduo Sólido Urbano
SAM	- Sustainable Asset Management Index
SGA	- Sistema de Gestão Ambiental
TBL	- Triple Bottom Line
U.E /E. U.	- Uniao Europeia/European Union
UNEP	- United Nations - Environmental Programme
Un-Isar	- United Nations - Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting
WBCSD	- World Business Council for Sustainable Development

Índice de Figuras

Figura 1.1-Pirâmide de Hierarquia de Gestão de Resíduos 17

Índice de Quadros

Quadro 4.1.1-Sumário-Tipo de relato ambiental	61
Quadro 4.1.2-Sumário-Secção ou tipo de relatório dedicado ao relato ambiental.....	65
Quadro 4.1.3-Sumário-Políticas e Projectos ambientais adoptadas pelas Empresas	69
Quadro 4.1.4-Sumário-Actividades e Objectivos de Protecção Ambiental adoptadas pelas Empresas	72
Quadro 4.1.5-Sumário-Aspectos Financeiros e Contabilísticos ambientais incluídos nas Contas Anuais e outros Relatórios.....	75
Quadro 4.1.6-Sumário de resultados do teste “Mann-Whitney” por factores diferenciadores: Cotada, Subsidiária Estrangeira ou Pública	78
Quadro A 1.1-Grelha de Categorias e Atributos	97
Quadro A 2.1-Universo, Amostra e Actividade Económica – Ordenado por CAE.....	98
Quadro A 2.2-Universo, Amostra e Actividade Económica – Ordenado peso Amostra	99
Quadro A 2.3-Universo, Amostra e Actividade Económica – Ordenado peso relativo ponderado.....	100
Quadro A 2.4-Análise de segmentação do Universo, Amostra e nº de empresas.....	101
Quadro A 2.5-Análise de segmentação do Universo, Amostra e volume de vendas	101
Quadro A 2.6-Amostra dividida por factores diferenciadores.....	102
Quadro A 2.7-Segmentação por volume de vendas e relatórios de contas por ano	102
Quadro A 3.1-Tipo de Relato Ambiental, Atributos e Factores Diferenciadores	103
Quadro A 3.2-Secção de Relatório, Atributos e Factores Diferenciadores	103
Quadro A 3.3.1-Políticas e Projectos Atributos Geral	104
Quadro A 3.3.2-Políticas e Projectos - Atributos por secção de relatório	104
Quadro A 3.3.3-Políticas e Projectos - Atributos por tipo de informação.....	104
Quadro A 3.3.4-Políticas e Projectos - Factores Diferenciadores.....	105
Quadro A 3.4.1-Actividades e objectivos de carácter ambiental - Atributos Geral.....	106
Quadro A 3.4.2-Actividades e objectivos de carácter ambiental - Atributos por secção de relatório	106
Quadro A 3.4.3-Actividades e objectivos de carácter ambiental - Atributos por tipo de informação.....	107
Quadro A 3.4.4-Actividades e objectivos de carácter ambiental - Factores Diferenciadores	108
Quadro A 3.5.1-Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Atributos Geral.....	109
Quadro A 3.5.2-Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Atributos por secção de relatório	109
Quadro A 3.5.3-Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Atributos por tipo de informação	109
Quadro A 3.5.4-Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Factores Diferenciadores	110
Quadro A 4.1-Tipo de informação ambiental	111
Quadro A 4.2-Secção de relatório dedicado ao relato ambiental.....	Erro! Marcador não definido.
Quadro A 4.3-Políticas e Projectos ambientais adoptadas pelas empresas	Erro! Marcador não definido.
Quadro A 4.4-Actividades e Objectivos ambientais adoptadas pelas empresas	Erro! Marcador não definido.
Quadro A 4.5-Aspectos Financeiros e Contabilísticos Ambientais	Erro! Marcador não definido.
Quadro A 5.1-Análise por factores diferenciadores	114

Capítulo I “Introdução”

1.1- Enquadramento Teórico do Estudo

Uma das pressões que as empresas ou organismos enfrentam, hoje em dia, está relacionada com a necessidade de completar a informação financeira tradicionalmente divulgada. Muitos autores referem que a informação financeira não abrange todos os domínios, conduzindo a uma informação parcial, uma vez que esta está sobretudo baseada em aspectos passados (Yongvanich e Guthrie, 2004). Os escândalos financeiros ocorridos com a *Enron* e *WorldCom*, entre outros, ajudaram a confirmar a necessidade das divulgações ultrapassarem o tradicional. Os próprios mercados financeiros, tem vindo a transformar-se num dos maiores impulsionadores destas actuações, nomeadamente através dos chamados, gabinetes de comunicação com os investidores (Comier *et al.*, 2005). No sentido de produzir informação capaz de ter uma maior abrangência que a informação tradicional, passamos a assistir à divulgação de aspectos estratégicos das empresas, que até então eram apenas do domínio interno.

Outra pressão, que afecta igualmente as empresas e as organizações, é a multiplicidade de *stakeholders*, com que as empresas se debatem e aos quais é também necessário dar respostas diversificadas. Dos escândalos financeiros já citados, foi possível também demonstrar que o impacto trazido pelo colapso dessas companhias se estendeu muito além dos *stakeholders* associados à área financeira (Smith *et al.*, 2005), abrangendo inevitavelmente um conjunto mais vasto de destinatários.

Inserindo-se dentro dos aspectos estratégicos e não tradicionais surge o desenvolvimento da actuação de responsabilidade social das empresas. A divulgação dessa actuação de responsabilidade social, responde na perfeição às pressões actualmente vividas pelas empresas ou organizações.

Podemos afirmar que as empresas têm assumido, de forma crescente, uma atitude de responsabilidade pelos seus actos e o dever de informar sobre os mesmos. No mínimo (Rego *et al.*, 2006), as empresas têm de revelar um comportamento socialmente responsável, que poderá passar por evitar eventuais danos a terceiros. Contudo, podem não ficar por aí, avançando no sentido de ‘praticarem o bem’, tendo em atenção outros *stakeholders*.

Incluída em todo este processo, a consciência sobre as questões ecológicas tem evoluído de forma muito acentuada, chamando à participação activa todos os grupos e

parceiros da sociedade actual. Às empresas cabe um lugar especial (dado que são responsáveis pela poluição), pois podem transformar-se em membros activos da sociedade e tomar acções susceptíveis de corrigir ou evitar esses efeitos nefastos.

A nível das instituições políticas é de salientar, por um lado, a publicação de todo um conjunto de medidas legais associadas ao ambiente, com destaque especial para o Protocolo de *Quioto*, com particular impacto no mundo empresarial, e, por outro lado, a emissão de regulamentação conducente ao desenvolvimento e transposição de normas contabilísticas, como é disso exemplo a Directriz Contabilística nº 29.

Resultando directamente da expansão da responsabilidade social das empresas, assistimos à proliferação de instrumentos, tanto utilizados internamente, como constituindo formas de relato e divulgação para o exterior. Como melhor exemplo desta pratica, são de destacar os relatórios TBL - *Triple Bottom Line*, em especial os baseados no GRI - *Global reporting initiative*.

Muita da investigação realizada relativamente às práticas de divulgação levada a cabo pelas empresas tem registado o facto de estas assumirem predominantemente formas voluntárias, seguindo de perto a natureza da própria responsabilidade social das empresas, também ela voluntária, como refere a CCE (2002).

Face a este facto, muitos investigadores têm tido interesse em aprofundar as possíveis causas que poderão estar por detrás destas práticas voluntárias de divulgação. Não sendo uma questão pacífica, estudos mais actuais, tomando por referência estruturas conceptuais, como a teoria da legitimidade, *stakeholder*, entre outras, ou os desenvolvimentos e implementação de normativos contabilísticos e de relatórios de sustentabilidade, continuam a tentar explicar a razão pela qual a gestão relata para além do exigido por lei.

1.2- Motivações pessoais e objectivos do estudo

Não podendo ficar indiferente a um conjunto de iniciativas e práticas sobre novas formas de *reporting/retrato*, proceder a um estudo sobre as divulgações ambientais presentes nos relatórios das maiores empresas em Portugal constituiu uma oportunidade única para entender algumas das preocupações, motivações estratégicas, que hoje em dia, desafiam os gestores das empresas conduzindo à evolução das formas de *reporting*.

“...no futuro, muitos acreditam que a evolução das boas práticas de cidadania empresarial conduzirá a publicação de um só documento - um relatório de sustentabilidade da empresa englobando os seus três vectores de actividade: económico, ambiental e social (Coutinho, 2005: 36)”.

Dentro da responsabilidade social, a vertente do *reporting*/relato é manifestamente importante, constituindo, segundo alguns, o meio privilegiado de transmitir e dar resposta aos conceitos subjacentes à RSE - Responsabilidade social das empresas. Como refere o KPMG *Survey* (2005), constata-se a consolidação das divulgações ambientais, inseridas numa lógica de expansão de responsabilidade social, funcionando o *reporting* ambiental ou social como interface entre as empresas e os *stakeholders*.

Tanto a questão ambiental, como todos os restantes aspectos da responsabilidade social, constituem, actualmente, áreas cruciais, sendo absolutamente necessário que as mesmas façam parte do nosso conhecimento, quer estejamos na área académica, quer actuando como profissionais, nas empresas ou nas organizações.

Como consequências inevitáveis da responsabilidade social das empresas, novos desafios profissionais e necessidades de formação específica surgem. A gestão integrada da responsabilidade social obriga, as empresas a adicionar uma dimensão social e ambiental aos seus planos de actividade, orçamentos e à criação de procedimentos da avaliação dos mesmos, criando comités consultivos, para a realização de auditorias. Tanto as empresas, como os profissionais das áreas financeiras e contabilísticas, quer sejam: *controllers*, contabilistas, auditores entre outros, têm a responsabilidade de responder a esse desafio, tornando credível e transparente uma informação que irá reflectir a conduta, os valores e o desempenho da empresa, respondendo ao apelo da Comissão Europeia (Antão *et al.*, 2006).

Para além da revisão de literatura, onde os principais aspectos sobre a responsabilidade social das empresas, as novas formas e instrumentos de relato, regulamentações e normas contabilísticas são abordadas, procedemos à elaboração de um estudo empírico, que tendo por base os relatórios anuais das grandes empresas portuguesas, tem por objectivos: 1) *investigar qual o estágio e as práticas da divulgação ambiental por parte das grandes empresas portuguesas*; 2) *aferir sobre o impacto da implementação da DC nº 29, tornando-se dessa forma o aspecto principal desta dissertação*.

1.3- Questões de Investigação

A elaboração de um conjunto de questões de pesquisa, capazes de nos conduzir na investigação a realizar, tendo em vista atingir os objectivos preconizados anteriormente, constituiu um passo fundamental para a obtenção das conclusões deste trabalho. As preocupações do estudo a levar a cabo concentram-se basicamente em discernir sobre ‘quanto, onde, de que forma e o quê’ divulgam as grandes empresas em Portugal, sobre os aspectos fundamentais da questão ambiental.

A primeira grande questão levantada diz respeito à necessidade de aferir da efectiva evolução das divulgações ambientais, para as grandes empresas portuguesas, tendo em vista confirmar que a nossa realidade acompanha as tendências de crescimento registadas noutros países.

Avaliar o tipo de informação ambiental produzida constituiu uma questão básica, no sentido de entender como as características das divulgações, nomeadamente de carácter narrativo ou quantitativo (tanto financeira como não financeira), têm evoluído.

Os meios utilizados para proceder às divulgações ambientais, nomeadamente aferir sobre a evolução da necessidade de utilização tanto de meios voluntários como os previstos por lei, afigurou-se-nos como uma questão básica de pesquisa a empreender.

Desta forma, por um lado investigar quais as principais áreas destacadas pelas empresas nas suas divulgações ambientais, agrupando-as em políticas, actividades ou mesmos aspectos financeiros e contabilísticos e, por outro, entender até que ponto as divulgações assumem um carácter completo constituiu um conjunto de questões cuja resposta deveria ser dada através das conclusões do estudo empírico realizado.

A forma e evolução que a informação financeira e contabilística assumiu nas divulgações ambientais constituiu também uma questão de investigação importante, uma vez que se torna necessário entender qual o impacto que a DC n.º 29 pode ter tido na evolução dessas divulgações, quer em termos de quantidade, quer de aspectos financeiros e contabilísticos considerados.

Por último, formular uma questão de investigação, que visasse entender até que ponto algumas características (designadas por factores diferenciadores), nomeadamente relacionadas com o controlo de propriedade, tal como: estar cotado em bolsa, ser subsidiária estrangeira ou ter maioritariamente capital público ou privado podem ser considerados condicionantes importantes nas divulgações de carácter ambiental apresentadas pelas empresas.

A realização de um estudo empírico definido para três anos de análise, 2002 a 2004, baseado no universo das grandes empresas em Portugal, constitui a forma prática de tratamento das questões de investigação colocadas.

1.4- Estrutura da Tese

A revisão de literatura será realizada no Capítulo II, designado por “O relato ambiental na literatura”. Esta compreende o desenvolvimento de alguns aspectos e contributos fundamentais ao enquadramento do trabalho a desenvolver, nomeadamente, a importância que a responsabilidade social das empresas assume hoje em dia, a evolução verificada nos relatórios TBL - *Triple Bottom Line*, apresentação de alguns dos vários instrumentos de responsabilidade social, abordagem aos principais aspectos e acções ambientais considerados pelos organismos políticos, as questões dos normativos contabilísticos e, por último, a análise dos principais contributos dados, em termos de estudos teóricos e práticos, realizados pelos vários investigadores interessados nestas matérias.

O estudo empírico detalhando, as hipóteses de investigação, os objectivos, a metodologia, a recolha de dados e os testes estatísticos realizados serão incluídos no Capítulo III, com a denominação de “O Estudo Empírico”.

A análise de resultados, tendo por base, a recolha de dados efectuada, os testes estatísticos realizados e as conclusões do estudo, são discutidas no Capítulo IV.

As conclusões, abrangendo um sumário geral da dissertação, os contributos teóricos e práticos, as limitações que afectam o trabalho desenvolvido e novas perspectivas para trabalhos futuros, encerrarão esta dissertação, no Capítulo V.

Capítulo II “O relato ambiental na literatura”.

2.1 - O desenvolvimento das consciências, importância do relato

2.1.1 - Responsabilidade Social das Empresas

“A Responsabilidade Social das Empresas (RSE) é um conceito segundo o qual as empresas integram voluntariamente preocupações sociais e ambientais, nas suas operações e na sua interacção com as partes interessadas (CCE, 2002: 5)”.

Cada vez mais as empresas, tomam consciência de que o seu sucesso futuro, depende não apenas da optimização de lucros no curto prazo, mas da adopção de comportamentos socialmente responsáveis. A criação de valor para o accionista, por si só já não basta, sendo necessário associar-lhe outros valores e formas de pensar, como sejam o compromisso com o ambiente ou com os aspectos sociais, genericamente designados por responsabilidade social das empresas.

Em bom rigor, a responsabilidade social das empresas garante hoje, o futuro de amanhã, onde a maximização do lucro a curto prazo só é sustentável, se a empresa empreender um comportamento socialmente responsável.

A UE – União Europeia, define em traços gerais a responsabilidade social das empresas como sendo:

- Um comportamento voluntário, que vai além das prescrições legais.
- Ligação ao desenvolvimento sustentável, nomeadamente pela integração nas suas estratégias e operações das vertentes económicas, sociais e ambientais.
- Nova forma de gestão e não apenas mais um capítulo ou área da gestão.

Segundo Gray e Bebbington (2001), até aos anos 90, a gestão ambiental, nas empresas, assumia um carácter *ad hoc*, dependendo de alguma regulamentação, variando de país para país, não sendo considerada uma área estratégica da empresa, nem fazendo parte das questões chave da gestão.

Muito embora as empresas, no passado, tenham desenvolvido formas de gestão quer ambiental, quer social, as diferenças, face aos actuais conceitos, é que os mesmos se tornaram estratégicos, passando a integrar as agendas dos gestores de topo.

“... a relevância do papel das empresas na consecução do desenvolvimento sustentável é cada vez mais acentuada. O Secretário-geral da ONU lançou a iniciativa “Global Compact”, que procura associar as empresas como parceiros, para atingir melhorias globais, a nível social e ambiental (CCE, 2002: 16)”.

O conceito de responsabilidade social engloba tanto os aspectos ambiental, social e económico, como o papel da empresa face a estas questões. Contempla igualmente, princípios de transparência; credibilidade das actividades de responsabilidade social; interesse dos consumidores; focalização nas acções comunitárias; e o respeito por acordos e instrumentos de carácter global, nomeadamente normas de trabalho. Com a Cimeira de Gotemburgo, em 2001, e a Carta dos Direitos Fundamentais, em Nice 2000, a UE decidiu definitivamente pela adopção da estratégia de desenvolvimento sustentável, conduzindo a uma maior importância da responsabilidade social das empresas. Desta forma, passou a mesma a integrar várias políticas da UE, como, emprego e assuntos sociais, política de ambiente e de consumidores, administração pública e política empresarial. Esta última englobaria equilíbrio e optimização das três vertentes, económica, social e ambiental.

2.1.2 - A evolução do Relato Ambiental

Segundo Weeler e Elkington (2001), a década de 90 foi caracterizada pelo aparecimento de um grande número de relatórios ambientais, apoiados e desenvolvidos por entidades como UNEP – United Nation Environmental Programme, KPMG, PIRC – Pension Interest Research Center e IRRC – Investor Responsibility Research Center .

O primeiro relatório no formato TBL, reporting global de sustentabilidade, ultrapassando os relatórios ambientais, ocorreu em 1993, co-produção do Sustainability/IIS – Instituto Internacional para a Sustentabilidade, e da Deloitte & Touche, passando este relatório a ser o padrão de referência.

O *reporting* TBL atingiu, com o *GRI*, uma fase decisiva da sua consolidação. Este desenvolveu um esquema de *reporting*, numa base global e *multi-stakeholder*, com o objectivo de assegurar uma abordagem comum em indicadores, medidas, contabilidade, *reporting* e auditoria.

Digamos que, numa década, o *reporting* social passou de uma ínfima, pioneira e secundária actividade, para uma prática séria, das mais importantes e estratégicas das empresas. Segundo Weeler e Elkington (2001), nestes dez anos, assistiu-se ao

estabelecimento e à consolidação do *reporting* e auditoria do relatório ambiental e social, sendo que a grande maioria das empresas cimeiras dispõem dessa publicação, produzida de forma independente, separada e auditada.

A motivação, para o aparecimento deste relatório, nas várias zonas mundiais, assume diferentes aspectos:

- Na Europa, as motivações relacionam-se mais com o dever para com o ambiente, relações públicas, vantagens comparativas e a conformidade legal, sendo a pressão desencadeada pelos *shareholder* menos significativa;
- Nos EUA, a conformidade legal foi considerada menos importante, cabendo a primazia ao *shareholder*;
- Finalmente, no Japão, o consumidor, o *shareholder*, os grupos de pressão, o dever para com o ambiente e as relações públicas eram factores mais importantes superando a conformidade legal.

A KPMG tem levado a cabo, desde a década de 90, a realização de inquéritos, com o objectivo de identificar tendências sobre o conteúdo e prática do *reporting* de responsabilidade social das empresas. Os inquéritos dos vários anos, nomeadamente o de 2005, abordam questões como o tipo de relatório de responsabilidade ambiental ou responsabilidade social, a evolução por sector e por país, a identificação e tipo de informação produzida para o *stakeholder*, e a evolução das várias áreas temáticas, quer no domínio do social, quer ambiental ou económico.

A KPMG Survey (2005) assinala a importância da responsabilidade social, uma vez que esta constituiu o actual indicador de desempenho mais importante não financeiro, e um importante factor para o bom desempenho financeiro das empresas.

Na lógica dos anteriores inquéritos, é salientada a ideia de que os relatórios ambientais deram origem a formas de *reporting* bem mais completas, tendo passado a englobar não tanto apenas a questão ambiental, mas também a social ou económica, e sobretudo o privilegiar do relacionamento com os *stakeholders*, obrigando-se a uma prática de transparência e *accountability*¹.

Interessante e importante é a forma como a KPMG define o que é o relatório de responsabilidade social, segundo esta, o relatório de responsabilidade social, pode abranger desde as mais elaboradas formas, como os relatórios de sustentabilidade auditados e

¹ *Accountability* pode ser definido como sendo “...um dever das empresas em explicar e justificar as suas acções e assumir a responsabilidade das consequências que podem advir dessas acções (*Accountability Rating*, 2005: 2)”.

fortemente dirigidos ao *stakeholders*, até aos capítulos sobre a responsabilidade social inseridas no relatório de contas anual. As conclusões do estudo levado a cabo pela KPMG referem a existência de um progresso assinalável, no *reporting* de responsabilidade social, assistindo-se ao abandono progressivo dos relatórios de ambiente, saúde e segurança.

2.2 - A Expansão de instrumentos de RSE - Responsabilidade Social das Empresas

Nos últimos anos, como resultado de todo o processo de RSE, têm surgido um vasto conjunto de instrumentos de responsabilidade social, podendo estes tanto ser códigos, normas, ou guias, como esquemas de classificações.

2.2.1 - Mapping dos Instrumentos de Responsabilidade Social das Empresas

Segundo o relatório da *European Commission* (2003), *Mapping instruments for corporate social responsibility*, os instrumentos de RSE podem ser ‘simples declarações de princípios ou códigos de conduta que uma empresa ou associações de empresas subscrevem’, ‘guias ou normas para sistemas de gestão e obtenção de certificações’, ‘índices de *rating* usualmente utilizados por Fundos de Investimento Socialmente Responsáveis²’ e ‘estruturas de *reporting* e *accountability*’. Estes instrumentos podem ter a sua origem, quer em organismos governamentais, associações empresarias, grupos de ONGs – Organizações não governamentais, agências de *rating*, quer em novos organismos como o GRI.

Daqueles que englobam as questões ambientais, vamos enunciar os mais representativos, classificando-os de acordo com as quatro categorias mencionadas anteriormente.

Assim, como código de conduta ou declaração de princípio, podemos destacar o *UN Global Compact*, emanado na esfera do Secretário-geral da *ONU*. No que se refere aos sistemas de gestão e de obtenção de certificação, é de realçar o *ISO 14001*, o *EMAS*, o *EU Eco-label* e o *FSC*³. Como índices de *rating* destacamos o *DJSI - Dow Jones Sustainability Index*, *FTSE-4 Good* e o *ASPI-Índice*. Por último, constituindo-se como estruturas para *reporting* e *accountability*, destacamos os guias GRI e a norma de auditoria *AA1000*. Dum modo geral, podemos dizer que estes instrumentos estão suportados por directivas

² Tratando-se de fundos que praticam o Investimento Socialmente Responsável (IRS), que atendem a indicadores éticos e/ou de responsabilidade social, para tomar decisões sobre as suas aplicações financeiras (Rego *et al.*, 2006).

³ FSC- Princípios e critérios para a gestão da floresta.

importantes, encontrando-se documentados com procedimentos descritos sobre processos, os quais são geralmente verificáveis e passíveis de certificação por auditores externos independentes. Têm em comum serem uma opção voluntária de aplicação pelas empresas.

2.2.2 - Modelos Estruturados para organização das divulgações

2.2.2.1 - UN Global Compact

A 31 de Janeiro de 1999, em Davos, foi lançado um apelo do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, no *World Economic Fórum*, aos líderes das empresas, no sentido de suportarem os princípios universais das questões ambientais e sociais, com a criação do *Un Global Compact*. O *Un Global Compact* não é um instrumento regulamentador, não fiscalizando, nem se constituindo como elemento de pressão ou de medição do comportamento e acções das empresas. Trata-se de uma iniciativa completamente voluntária, regendo-se por dez princípios universais, nas áreas de ambiente, direitos humanos, corrupção e condições de trabalho. Tem por objectivos tomar acções, que vão desde a criação de um espaço de diálogo, aprendizagem, até à criação de redes entre países ou regiões, que permitirão às empresas orientarem-se numa lógica de desenvolvimento sustentável.

2.2.2.2 - ECO-Management and Audit Scheme (EMAS)

O EMAS foi aprovado pela norma Comunitária 1836/93 da Comissão Europeia. O seu âmbito abrange os seguintes aspectos: objectivos, definições, auditoria, certificação e conta de ambiente. A participação no EMAS é completamente voluntária e destina-se apenas a empresas industriais. Tem como objectivo avaliar e melhorar, de forma continuada, os impactos ambientais, bem como proceder à informação externa dos progressos e comportamentos das empresas signatárias. As empresas que pretendam participar têm de especificar os seguintes aspectos: política ambiental; revisão ou levantamento do programa de gestão ambiental; auditoria ou revisão de auditoria ambiental; objectivo para melhoria contínua; declaração ambiental e sistemas de gestão, entre outros. A declaração ambiental deverá englobar uma abordagem aos seguintes aspectos ambientais: emissões, geração de resíduos, consumo de matérias-primas, energia, água, ruído e outros.

Segundo Mathews e Reynolds (2000), podemos distinguir no EMAS, como pontos fortes, o facto de ser uma estrutura legal, detalhada e incorporar expectativa de melhorias

contínuas e a garantia da capacidade de auditoria/certificação. Como fraquezas, os autores assinalam a falta de indicadores de melhoria contínua e a possibilidade de poder ser considerada demasiado burocrática.

2.2.2.3 - ISO 14000

Na sequência da cimeira do Rio (organizada pela ONU, Junho de 1992), foi definida a necessidade de criação de uma norma de qualidade, que integrasse as questões ambientais. Estamos a falar de normas para gestão de sistema ambiental, que têm especial atenção à questão da prevenção e da melhoria contínua. A grande diferença face aos EMAS reside no facto de esta norma abranger outros tipos de empresas e organismos, nomeadamente: retalhistas, hospitais, universidades, entre outros.

O ISO 14000 compreende os seguintes capítulos: políticas e objectivos; referências normativas; melhoria contínua; impactos ambientais; aspectos ambientais; sistema de auditoria; e requerimentos, tanto legais, como outros, do sistema de gestão ambiental e controlo de acções correctivas. Um dos aspectos negativos desta norma, segundo Mathews e Reynolds (2000), é o facto de poder ser a organização a apontar os seus indicadores, dando origem a que organizações de baixa *performance* possam estar em conformidade com esta norma.

2.2.2.4 - EU Eco-label

O Regulamento da UE 880/1992 aprovou o EU Eco-label, actualizado pelo regulamento da UE 1980/2000. Tal como os anteriores sistemas, tem carácter voluntário e abrange todos os produtos, uma vez que é um sistema direccionado para o produto. A sua actuação vai desde a concepção/*design*, produção, comercialização e utilização durante todo o ciclo de vida.

2.2.2.5 - AA 1000

Trata-se de uma norma de responsabilidade, tem por fim assegurar a qualidade da auditoria e do *reporting*, em termos sociais. Esta norma abrange um conjunto de princípios e processos, tais como: medida de *performance* global; qualidade de gestão; recrutamento e selecção de colaboradores; compromisso com *stakeholders* externos; parceiros; risco de gestão; investidores; governação e regulamentações, entre outros.

“Em essência, é um padrão voluntário para a avaliação, a auditoria e o reporte ético e social (Rego *et al.*, 2006: 215)”.

2.2.2.6 - GRI 2002

É a maior iniciativa, relativamente à normalização de divulgações económicas, ambientais e sociais, incluída nos relatórios de contas anuais e nos *media*. Estabelecida em 1997, como efeito secundário dos CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*, conheceu a primeira versão em 2000 e, como norma independente, foi publicada em 2002. Os organismos que participaram na elaboração deste guia foram: organismos não governamentais, empresas, organismos profissionais de contabilidade e as Nações Unidas⁴.

Esta iniciativa teve por fim estabelecer um guia comum para o *reporting* mundial de sustentabilidade. Tem como meta atingir os mesmos níveis de rigor, comparabilidade, credibilidade e de verificação, encontrados ao nível do *reporting* financeiro.

Pretende completar e tornar mais consistente o *reporting* financeiro, fornecendo informação não financeira, capaz de ajudar a avaliar a performance financeira. Este tipo de *reporting* pretende englobar um grupo vasto de destinatários de informação, para além do *shareholder* destinatário privilegiado do relatório financeiro.

Este guia está suportado em princípios como: a transparência, a inclusão, ser verificável, auditável, completo, relevante, fiável, neutro, comparável, claro e atempado. O GRI identifica o que deve ser incluído em termos de *reporting*, permitindo, contudo, que essa informação possa ser apresentada em vários formatos, como sejam: o formato defendido pela GRI ou obedecendo a outros concebidos pela empresa ou organização que está a relatar. Tendo em conta as dificuldades e etapas por que as organizações ou empresas têm de passar, a GRI admite o que considera um ‘*incremental reporting*’. Isto significa que, as organizações podem começar o *reporting* de sustentabilidade por patamares de informação mais baixos e, com a consolidação de experiências e sistemas, irem avançando, até atingirem um *reporting* mais completo, transparente e de acordo com o GRI. Empresas que atinjam este estágio, podem mencionar no seu relatório que o mesmo está em ‘conformidade com as GRI *Guidelines*’.

O GRI consiste em quatro partes. Na parte A, é mencionado: os objectivos a atingir, qual o *background* em que se desenvolveu, a relação com outras iniciativas e referência à

⁴ O GRI é um centro de colaboração, filiado das Nações Unidas, para o programa de ambiente.

verificação do *reporting*. A parte B consagra os princípios e práticas, características qualitativas, classificação da *performance* dos elementos de *reporting*, rácios e indicadores e práticas de divulgação e *reporting*. Dos princípios, destacamos: âmbito, período, materialidade e conservação de princípios. Das características qualitativas, sublinhamos: a relevância; fiabilidade; clareza; comparabilidade; tempo e auditoria. Na parte C, estão incluídos: *CEO statement*, o perfil de *reporting*, estrutura e hierarquia da organização; *executive summary* dos *KPI-key performance indicators* e a visão e estratégia; política da organização e sistemas de gestão e de *performance*.

O conteúdo deste *reporting* está dividido em três partes: económico, ambiental e social, utilizando indicadores qualitativos e quantitativos, reportando os objectivos relevantes e os programas de informação. A parte D contempla os anexos que serviram de suporte à verificação.

2.2.2.7 - Dow Jones Sustainability Index

Tendo surgido igualmente em 1999, tem como objectivo seguir a *performance* financeira e de sustentabilidade das companhias líderes. Através da aliança de cooperação entre o *Dow Jones Indexes*, *Stoxx Limites* e o *SAM – Sustainable Asset Management Index*, consegue-se obter verdadeiros *benchmarks* para a gestão do portefólio sustentável.

Por último, em termos gerais e segundo Mathews e Reynolds (2000), nos modelos estruturados apresentados, ressalta o facto de quase todos poderem estar sujeitos a verificação de auditoria. O EMAS e o ISO são os sistemas com maior número de adesão por parte das empresas e organizações. O ISO tem um carácter mais internacional, englobando também países anglo-saxónicos, uma vez que o EMAS contempla apenas países Europeus. Contudo estes sistemas só têm como preocupação as avaliações dos actuais sistemas, políticas e procedimentos, dado que não abrangem os aspectos de *reporting*. Embora estes sistemas possam dar informações para se divulgar aos *stakeholders*, estas são apenas respostas parciais, ignorando as questões contabilísticas e de *reporting*/relato. O GRI, muito embora tenha atingido um grau superior de elaboração, através de estrutura conceptual e princípios, enferma ainda de alguns problemas, não podendo ter qualquer paralelo com o relatório financeiro, uma vez que não permite a criação de normas, limitando-se às questões de indicadores, faltando o desenvolvimento conceptual que os aspectos contabilísticos têm. Existe alguma expectativa de que o GRI possa vir a evoluir, nomeadamente para a expansão de normas. Mathews e

Reynolds (2000) consideram o GRI um bom ponto de partida, contestando o requerimento feito pela Austrália de que as divulgações deveriam seguir um caminho voluntário.

2.3 - Os Problemas Ambientais

Quase todos os autores começam por enunciar que o problema do ambiente tem por base o facto de, actualmente, sermos confrontados com esgotamento de recursos, ou seja, defrontamo-nos com a não renovação dos recursos naturais. Eugénio (2004a) refere que o esgotamento de recursos não renováveis e o seu tratamento como recursos escassos implica acções de gestão. Outras abordagens, como a de Caseirão (2003), referem que o problema do ambiente é como a outra face da moeda, ou seja, a destruição de capital ambiental é encarada como contrapartida do desenvolvimento, da evolução tecnológica e da riqueza. Ferreira (2000) fala do ataque sistemático aos recursos naturais, sem preocupação de contenção de consumos, reciclagem ou de reutilização.

O ataque ao ambiente, decorrente da acção humana, resulta naquilo que designamos por poluição. A poluição pode ser definida como formas e aspectos que afectam negativamente o ambiente. Digamos que o ambiente poluído é um ambiente doente, sem capacidade de responder adequadamente às solicitações da natureza e do homem. Poderemos afirmar que a poluição afecta todos os elementos do ambiente, nomeadamente, o ar, a água, a vegetação, o solo, os habitats e até o equilíbrio sonoro e visual. A questão ambiental assume aspectos globais, dadas as consequências de efeitos em cadeia que provoca, não se limitando às fronteiras da sua origem, estendendo-se a nível transfronteiriço ou mesmo à escala planetária.

2.3.1- Breve análise dos principais problemas ambientais

Chuvas ácidas, alterações climáticas/efeito de estufa e camada do ozono, são alguns dos problemas mais importantes que decorrem da poluição atmosférica. Também a produção e tratamento a dar aos resíduos, que as sociedades de hoje produzem, de forma violentíssima, são preocupações da actualidade, quer pelo impacto que têm em termos de esgotamento de recursos, quer pela poluição que causam.

O Relatório *Stern* (2006), publicado em Londres, refere que se prevê, de acordo com as últimas tendências, o aumento da temperatura, nos próximos cinquenta anos, rondará os 2 a 3 ° *celsius*, tendo como consequência a afectação de algumas áreas importantes. O degelo dos

glaciares, cujas consequências se farão sentir, com o risco de ocorrências de cheias e redução do fornecimento de água. A diminuição de zonas de cultivo, sobretudo em África, afectando a produção de alimentos. O aumento do nível médio das águas do mar, afectando as zonas do sudeste asiático, ilhas pequenas e cidades junto à costa, conduzindo ao desalojamento de duzentos milhões de pessoas, como é referido no relatório. Os Ecossistemas serão afectados, pois só o aumento de 2º *celsius* de temperatura pode eliminar grandes quantidades de espécies. Os ecossistemas marinhos poderão ser igualmente afectados, devido à acidificação dos oceanos, em consequência da subida dos níveis de Carbono.

2.3.1.1 - Chuvas Ácidas, Camada de Ozono, Alterações Climáticas e Gases com efeito de estufa

As chuvas ácidas resultam de emissões atmosféricas de dióxido de carbono, amoníaco, óxidos de enxofre e azoto. Estes últimos, transformados em ácido sulfúrico, ao combinarem-se com o vapor de água, caem no solo, sob forma de chuva ácida. Todos nós temos sido confrontados e tomado conhecimento da questão relacionada com a camada do ozono, vulgarmente designada por 'buraco de ozono'. Nas camadas altas da atmosfera, o ozono funciona como escudo protector contra os raios ultravioletas. Os grandes responsáveis pela destruição da camada de ozono, com especial incidência na zona da Antártida, são os clorofluorcarbonos - CFCs, utilizados vulgarmente no fabrico de: aerossóis de uso doméstico, sistemas de refrigeração e espumas de extintores, entre outros. Para além desta acção imediata, resulta igualmente que estes CFCs perduram por longos períodos na atmosfera, tendo uma acção destrutiva de grande dimensão e prolongada no tempo.

A grande consequência do conhecido fenómeno do efeito de estufa é um aquecimento generalizado da superfície terrestre. A presença de gases como o dióxido de carbono - CO₂, metano - CH₄, óxido de nitroso - N₂O, hidrocarbonetos fluorados - HFC, hidrocarbonetos perfluoratos - PFC e hexafluoreto de enxofre - SF₄ faz com que os raios infravermelhos filtrados pela superfície terrestre sejam absorvidos por estes gases e de novo reenviado à superfície terrestre. Isto acontece, porque a superfície terrestre não absorve cerca de 30% dos raios infravermelhos, sendo estes devolvidos ao espaço, e retidos pelos gases com efeito de estufa. A função destes gases, é impedir a saída dos raios infravermelhos, fazendo aumentar a temperatura. Tal como nos vários fenómenos ambientais, os efeitos não se ficam pelo aquecimento global do planeta, conduzindo, em geral, às alterações climáticas que vivemos.

2.3.1.2 – Resíduos

A grande maioria de tudo o que utilizamos no dia-a-dia ou que é utilizado em processos de fabrico e transporte acaba por terminar como resíduo, sendo que o detentor desses resíduos pretende desfazer-se deles. Segundo a Comissão Europeia, a quantidade de resíduos, em geral, está a aumentar. Para este fenómeno, os que mais têm contribuído são os resíduos sólidos urbanos e os resíduos perigosos⁵. O Instituto de Resíduos define o termo “resíduos” como uma enorme variedade de substâncias ou objectos, que importa classificar de acordo com tipologias predefinidas, ou mesmo identificar por meio de um código. A União Europeia procedeu à elaboração de uma chave de classificação, afectando os resíduos por natureza e origem. Como grandes categorias de resíduos, podemos destacar: RSU – resíduos sólidos urbanos, RH – resíduos hospitalares e RI – resíduos industriais⁶. A LER – Lista Europeia de Resíduos (Portaria nº209/2004) procedeu à actualização dos resíduos industriais, colocando, na mesma listagem, tanto os Resíduos Industriais Banais - RIB, como os Resíduos Industriais Perigosos - RIP.

Figura 1.1-Pirâmide de Hierarquia de Gestão de Resíduos



Fonte: https://dcw.campbelltown.chimo.com.au/webdata/resources/images/Waste_Management_Hierarchy.jpg

A gestão de resíduos, embora possa assumir diferentes conceitos por região ou país, segue uma hierarquia de preferências de tratamento, que é designada por hierarquia de gestão de resíduos. A UE, (CCE 2006), ao conceber a sua estratégia de tratamento de resíduos, privilegia dois aspectos fundamentais: evitar a produção dos mesmos ou a sua utilização como recursos.

⁵ Resíduos perigosos são aqueles que podem ser nocivos, tanto para o homem, como para os seres vivos. A sua perigosidade é definida pelas suas características: toxicidade, corrosão, explosão ou radioactividade.

⁶ RSU: resultantes da actividade doméstica das populações; RH: produzidos por unidades de saúde e cuidados médicos; RI; produzidos por actividades industriais e de energia, os quais podem ser divididos em resíduos perigosos e banais.

2.3.2 - As medidas políticas e legais da União Europeia

Também as instituições e os governos têm acompanhado fortemente todo este problema do ambiente, através de definições de políticas e tomadas de acção.

De acordo com a União Europeia, podemos destacar três grandes grupos de medidas e acções:

- Medidas contra as alterações climáticas, entrada em vigor do Protocolo de Quioto e início do maior sistema de comércio de licenças de emissão de CO₂.
- Bases para a política ambiental, centradas na poluição atmosférica, ambiente marinho, ambiente urbano e utilização de recursos e resíduos. Para além destas, estão igualmente em análise bases de política para protecção de solos e pesticidas e o uso de produtos químicos.
- Articulação da política de ambiente com os objectivos de crescimento e emprego (na parceria Conselho Europeu de Lisboa), eco inovação, tecnologias ambientais e revisão e simplificação de legislação nomeadamente a de resíduos.

2.3.2.1 - Protocolo de *Quioto*

“O protocolo de Quioto é o mais importante instrumento na luta contra as alterações climáticas. Integra o compromisso assumido pela maioria dos países industrializados de reduzirem 5%, em média as suas emissões de determinados gases com efeito de estufa, responsável pelo aquecimento planetário. (Decisão do Conselho 358/CE, 2002: 1)”.

Este Protocolo tem objectivos vinculativos e quantificados de limitação e redução dos GEE - Gases com efeito de estufa. Globalmente, para o período de 2008-2012 o objectivo é de reduzir 5% de emissão dos GEE, relativamente aos níveis de 1990. De todos os GEE, o mais significativo é o CO₂. Os Estados membros da União Europeia terão de reduzir no seu conjunto, as suas emissões em 8%, entre 2008-2012. Provas do compromisso do cumprimento deste objectivo foram realizadas em 2005 pelos Estados signatários.

O Protocolo de Quioto foi ratificado pela Comissão da União Europeia, a 31 de Maio de 2002, conjuntamente com a ratificação dos países membros, tendo entrado em vigor em 16 de Fevereiro de 2005. De referir que nem todos os países industrializados procederam a esta ratificação, sendo que, dos excluídos, os mais importantes foram os EUA e a Austrália. Este

protocolo tem a sua origem na Convenção Quadro das Nações Unidas de 1992, cujo principal mérito foi o de permitir a consciencialização à escala mundial destes problemas. Os objectivos desta convenção foram no sentido de, em 2000, as emissões atingirem o nível de 1990. Os EUA e outros países industrializados não alcançaram este objectivo, ou seja, estabilização das emissões. Em 1995, na “Conferência das Partes”, teve início a negociação e fixação de medidas de redução de emissões pós 2000. Estavam lançadas as bases do *Protocolo de Quioto*.

2.3.2.2 - Mercado de CO₂

As maiores Empresas Europeias têm de ter licenças para poluir a atmosfera com CO₂. A nível Europeu, foi criado um mecanismo de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), cujo objectivo é o de fixar as metodologias a adoptar para conversão e registo das unidades de redução de emissões ou de créditos de redução de emissões. No caso português, o PNALE - Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2005) fixou em 114,48 milhões de toneladas de CO₂ o total de licenças a atribuir até 2008. Cada empresa que pretenda aumentar a sua quota, pode seguir uma de duas hipóteses: (1) reduzir emissões ou (2) comprar licenças no mercado do carbono.

2.3.2.3 - Política de Resíduos

“A actual política de resíduos da EU baseia-se no conceito de “hierarquia de resíduos”. Isso significa que, idealmente, se deve proceder à prevenção dos resíduos e aqueles que não possam ser evitados devem ser reutilizados, reciclados ou valorizados tanto quanto possível, sendo os aterros utilizados no mínimo (CEE, 2005: 4) ”.

Em geral, a política de resíduos da União Europeia baseia-se na prevenção da geração dos mesmos, na promoção da reciclagem e da sua valorização. Acções no sentido de minimizar a utilização de aterros e incineradoras, altamente poluentes, têm vindo a ser implementadas, nomeadamente através de remoção e separação de substâncias perigosas que esses resíduos possam ter.

Para além da directiva quadro de ‘resíduos perigosos’ e directivas sobre ‘aterros e co-incineração’, foram emitidos conjuntos de directivas para resíduos regulamentados, nomeadamente, embalagens, veículos em fim de vida, equipamentos eléctricos/electrónicos,

biodegradáveis e pneumáticos. As técnicas e acções de reutilização, reciclagem e valorização energética são as mais recomendadas nestas directivas. A União Europeia tem como objectivo promover a simplificação legislativa de todas estas directivas e a incorporação do conceito de ciclo de vida na política de resíduos, dado que todas as políticas se têm centrado, no início, na produção do produto e, posteriormente, já na sua fase de resíduo, tendo sido descurada a fase de utilização.

2.3.3 - A Situação em Portugal

Para Portugal, a transposição das normas comunitárias tem dado origem ao desenvolvimento de um referencial legal importante, sendo os objectivos estratégicos inseridos na lógica comunitária. Tal como na União Europeia, as questões relacionadas com as alterações climáticas, com a entrada do Protocolo de Quioto e com o mercado de carbono têm conduzido à implementação de vários planos e acções, que sumariamente passaremos a descrever.

O PNAC - Plano Nacional para as Alterações Climáticas 2004 (Resolução do Conselho de Ministros nº119/2004 de 31 de Julho), tendo em vista as metas definidas pelo Protocolo de Quioto e no seguimento do Acordo de Partilha de Responsabilidade da UE (Dec. Lei nº7/2002 de 25 de Março), teve como objectivo a implementação das medidas necessárias para o nosso país atingir esses objectivos. A participação de Portugal na meta comunitária de proceder à redução de 8% de emissões de GEE, para o período de 2008-2012, face aos valores de 1990, foi no sentido de, nesse período, limitar o aumento das emissões de GEE em 27%, sobre o valor verificado em 1990.

As acções concretas deste plano passaram igualmente pela participação no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (Dec. Lei 233/2004 de 14 de Dezembro), pela atribuição de licenças a cada instalação, pela criação do registo de emissões e pela criação de bolsa de verificadores qualificados, para assegurar a credibilidade do sistema. O PNAC 04 tinha por objectivo reduzir as emissões. Contudo as medidas não estavam detalhadas, nem operativas e era urgente, rápidos investimentos em mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto.

Hoje, o *deficit* face a Quioto é de 14% acima da meta definida. Surge, então, o PNAC 2006 (actualização do PNAC 2004), assumindo a ligação e o suporte ao PNALE-II – Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (resolução do Conselho de Ministros nº 53/2005 de 3 de Março), para o segundo período do CELE. O compromisso assumido é o de reforçar o investimento em mecanismos de flexibilidade, previstos pelo Protocolo de Quioto,

e o combate do *deficit* face à nossa meta, tendo em conta as novas projecções de revisão em baixa de evolução do produto interno bruto, no período até 2010. O PNAC 06 (Res. Concelho de Ministros 104/2006 de 23 de Agosto) tem por objectivo reforçar a existência real do Fundo Português do Carbono (Dec. Lei 72/2006 de 24 de Março) e criar as regras básicas para Portugal participar na economia do Carbono. O quadro de acordo com a Comunidade Europeia de partilha de responsabilidade e cumprimento de Quioto atribuiu a Portugal 385.970,45 unidades de quantidade atribuída, para o período de 2008-2012, ou seja, 77.194 Gg CO₂ /ano.

A outra vertente também privilegiada nos domínios da acção política pelo Governo Português é a área dos resíduos. A orientação, com vista à gestão de resíduos, insere-se na estratégia definida pela Comissão Europeia, estando centrada na prevenção de produção de resíduos, na aposta de opções de reutilização e reciclagem. A gestão de resíduos segue a hierarquia de preferências, salvaguardando sempre a protecção da saúde pública e manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado.⁷

A acção política está suportada basicamente por dois planos: o PESGRI – Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (Dec. Lei nº516/99 de 2 de Dezembro) e o PNAPRI – Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (anexo ao Dec. Lei nº 516/99 de 2 Dezembro).

O PESGRI, objecto já de duas actualizações em 2000 e 2001, define os princípios estratégicos aos quais os resíduos industriais devem obedecer. Este plano está completamente alicerçado na hierarquia de preferência de gestão de resíduos, preconizada pelos princípios da Comissão Europeia, ou seja: prevenção, reutilização reciclagem, valorização e, por último, após esgotadas outras alternativas, a deposição.

Para o tratamento dos resíduos industriais perigosos, foram criados os CIRVER – Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (Dec. Lei nº3/2004 de 3 de Janeiro). Estes centros apresentam uma alternativa face à gestão de problemas dos resíduos industriais perigosos, visto disporem de um conjunto de metodologias alternativas para o seu tratamento.

O PNAPRI resulta da necessidade de reduzir a quantidade e perigosidade dos resíduos industriais através da sua prevenção. Este plano destina-se não só à administração pública, como aos agentes económicos. As suas recomendações têm em vista a redução quer de

⁷ Em virtude dos seus impactos mais imediatos e ligação ao tema desta dissertação, iremos centrar a nossa atenção, em especial, nas questões e acções políticas tomadas relativamente aos Resíduos Industriais, gerados pelas actividades industriais e por actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água.

quantidade, quer de perigosidade, não apenas por adopção de tecnologias de prevenção aos processos produtivos inseridos na actividade industrial (incluindo a valorização energética interna), mas também pela mudança de comportamentos dos agentes económicos.

2.4 - Divulgações e Relatório Externo

Entender as causas da ligação ou os aspectos principais que o *interface* entre a contabilidade e ambiente apresentam, são questões importantes, que têm vindo a envolver os vários organismos de contabilidade, auditoria ou outras instituições com responsabilidades no mundo dos negócios.

Segundo Gray e Bebbington (2001), existem dois aspectos fundamentais a realçar. Assumindo a relação entre o mundo dos negócios e a gestão ou contabilidade, é compreensível que hoje em dia, o desenvolvimento dos negócios tem de ter em conta os aspectos e principais desafios que a questão ambiental implica. Por consequência, a gestão ou a contabilidade não podem descurar estes desafios, tendo igualmente de entender em que medida são afectadas por este novo enquadramento. Desde logo as áreas de gestão ou de contabilidade relacionadas com os sistemas de gestão ambiental e formas de *reporting* (assumindo esta última relevo especial para este trabalho), podem ser postas em causa ou até repensadas para acompanhar toda esta evolução. Um outro aspecto, igualmente importante, é o papel que contabilidade, pode assumir, pelo facto de poder contribuir para a avaliação do problema ambiental em si, uma vez que deve ponderar e decidir sobre os pressupostos de valorização das questões ambientais nas contas e resultados que as empresas apresentam. Na mesma linha de pensamento, Beja (2004), alerta também para as consequências deste fenómeno ao nível da auditoria, uma vez que o risco geral do negócio, ou as peças contabilísticas serão afectadas pelas questões ambientais, desafiando os auditores no seu trabalho de verificação e certificação, a encontrar os procedimentos certos para estas questões.

Em termos gerais, podemos afirmar que a problemática ambiental afecta todas as demonstrações contabilísticas. Começando pela demonstração de resultados, os factores ambientais podem ter influência, tanto no declínio como no crescimento, de receitas ou proveitos, quer se trate de alterações de mercados, quer seja pela aplicação de taxas ecológicas sobre produtos. Também no que se refere a gastos ou custos, é de destacar factores ambientais capazes de afectar a demonstração de resultados através de custos, tais como os a seguir mencionados: acção de limpeza e descontaminação, redução e controlo de afluentes, controlo de emissões de gases, produção de produtos com características ambientais, taxas de

poluição, sistemas de reutilização, redução de consumos de produtos nocivos ao ambiente, reflorestação, tratamentos e minimização de resíduos, seguros, multas, reclamações de higiene e segurança, amortizações/depreciações, licenças, autorizações, investigação e desenvolvimento, entre outros. No que se refere ao balanço, devemos salientar os seguintes factos relevantes: revalorizações de terrenos, valor realizável de *stock*, novas formas de fabrico, compromissos de capital, remediação/recuperação ou restauração de terrenos e ainda quebras de licenças de operação.

2.4.1 - Os Reguladores e os Normativos Americanos

Tendo por referência a abordagem feita por Gray e Bebbington (2001), procederemos a uma breve análise dos vários contributos sobre as matérias ambientais, que as leis e regulamentações americanas trouxeram à actualização das normas contabilísticas.

Os contributos para as questões básicas das matérias ambientais e a contabilidade financeira, trazidas pela regulamentação americana, como a CERCLA – Comprehensive Environmentally Response Compensation and Liability Act, não se limitaram ao espaço americano, sendo que os aspectos dessa regulamentação foram tidos em conta, para alterações contabilísticas igualmente levadas a cabo na Europa.

Esta regulamentação americana, pretendeu definir os principais conteúdos sobre as questões ambientais, que devem constar no relatório de gestão e nas notas.

No que se refere ao primeiro, é destacada a necessidade de serem incluídos no relatório de gestão aspectos relativos: à política ambiental adoptada pela empresa; respostas a legislação vigentes e melhorias realizadas nos aspectos ambientais, entre outros.

Para o segundo aspecto, as notas, é recomendado que sejam relatados aspectos relacionados com: a política contabilística adoptada pela empresa; critérios e montantes resultantes do reconhecimento de provisões e de responsabilidades; efeitos de impostos e garantias dadas ou recebidas relativas a matérias ambientais.

Em 1997, com a Un-Isar, foi dado forte impulso, no sentido de serem clarificados aspectos que os normativos contabilísticos deviam de ter em atenção. Todas as conclusões dos trabalhos da Un-Isar começaram a ser integrados nos grupos de discussão, levados a cabo

pelas organizações nacionais⁸ dos Profissionais de Contabilidade, estabelecendo a ponte entre contabilidade financeira e ambiente.

As questões tratadas por esse grupo de trabalho estão relacionadas com o reconhecimento de custos, as responsabilidades, a mensuração e a lista das divulgações obrigatórias de carácter ambiental. No que se refere aos custos, os problemas destacados foram especialmente a definição de quando deve o custo ser reconhecido ou ser capitalizado (se capitalizado, questiona-se se deve ou não acompanhar o activo que lhe está associado). Relativamente à responsabilidade ambiental, as dúvidas mais pertinentes relacionam-se com questões como: as responsabilidades devem ser divulgadas, ainda que a empresa não tenha de reconhecer o custo de imediato? Quando e como tem de ser reconhecida a responsabilidade ambiental (nomeadamente com custos de remediação/recuperação ou restauro)? No que se refere a receitas ou proveitos extraordinários, recebidos de terceiros, por danos ambientais, devem estes ser registados pelo valor líquido ou reconhecidos separadamente? Os cálculos com estimativas devem ser divulgadas nas notas explicativas? O cálculo de responsabilidade pode ser sujeito a desconto?

No seguimento destes contributos, ocorreram algumas alterações, no FASB – Financial Accounting Standards Board e nas normas contabilísticas. Mathews (2000), verificou-se um grande impacto, em termos de normas contabilísticas, decorrente da erupção informativa e da acção dos organismos já mencionados.

Nas normas contabilísticas Americanas, US Gaaps, não existem normas dedicadas exclusivamente às questões ambientais ou sociais. As normas relacionadas com o reconhecimento de provisões e responsabilidades foram aquelas que mais influências tiveram para a questão ambiental. Estas normas defendem que seja reconhecida uma provisão, quando é provável que uma obrigação exista e o seu custo possa ser razoavelmente estimado. A filosofia destes normativos é de que os relatórios de contas são o instrumento base de informação ao *shareholder* e que as questões ambientais não se diferenciam das restantes. Nestes relatórios, predomina a visão financeira, onde as questões ambientais e sociais serão sempre encaradas como um parente pobre.

⁸ A título de exemplo: AICPA-USA, CICA - Canada, ACCA, ICAEW, ICAS-UK , IFAC e FEE-EU.

2.4.2 - Os Reguladores e os Normativos Europeus

Também para a Europa, a Un-Isar teve grande influência. Tendo por referência o trabalho de Collison e Slomp (2000), onde foi analisado o papel que a FEE – Fédération des Expert Comptable Européen, podemos referir que desde os finais dos anos noventa e princípios deste século, as estruturas europeias foram reagindo a todas estas questões.

A FEE agrega organismos de normalização contabilística de toda a Europa, tanto nos vinte e sete estados membros da Comunidade Europeia, como ainda outros estados (nomeadamente Islândia, Israel, Mónaco, Noruega e Suíça). Em 1992, a Comissão Europeia solicitou à FEE que levasse a cabo estudos sobre actividades de ambiente, no sentido de as apresentar no Accounting Advisory Fórum da UE. A FEE criou um grupo de trabalho para as questões de ambiente, cujas principais áreas de trabalho foram: contabilidade, relato e auditoria ambiental. Pelo facto de este grupo de trabalho representar a FEE no Accounting Advisory Fórum da UE, teve também oportunidade de participar na discussão sobre o ED – Exposure Draft do IASB - International Accounting Standards Board (Iasc - International Accounting Standards Committee, na altura), sobre “Provisões, Passivos e Activos Contingentes”. Posteriormente, em 1998, este grupo de trabalho reviu, conjuntamente com o IASB, as normas contabilísticas e alguns ED, que pudessem ter implicações em matérias ambientais. Os aspectos abordados foram sobretudo os a seguir descritos:

- O critério de divulgação de custos e contingências ambientais foi abordado e incluído na IAS – International Accounting Standards nº1, sendo que os custos e as contingências ambientais deviam ser divulgadas separadamente, se as mesmas fossem materialmente importantes e se fosse igualmente garantida a comparabilidade de custos.
- Critérios para capitalização de custo com investimentos, abordado e incluído na revisão da IAS 16, incidiram em especial no critério de capitalização. Foi feita distinção entre aumento ou continuidade de benefícios económicos futuros, bem como analisada a necessidade de, em determinadas condições, se proceder a teste de imparidade.
- Reconhecimento de provisões para custos ambientais, tendo por base a IAS 37, foram discutidas e esclarecidas as dificuldades com reconhecimento e mensuração de provisões.
- Divulgação de riscos e incertezas ambientais, suportada igualmente na IAS 37, teve por objectivo aclarar todos os aspectos ligados ao reconhecimento e identificação de uma contingência.

- Imparidade de activos por questões ambientais, incluindo danificação de propriedade, foi incluída e abordada, no âmbito da IAS 36, onde as dificuldades de cálculo da imparidade podem estar associadas à determinação do valor recuperável e do tempo envolvido.
- Multas e penalidades, em relação às quais foi exigida a divulgação separada.
- Emissão de direitos e limites de poluição, abordada na IAS 38, com o fim de se verificar até que ponto estes direitos poderiam ser ou não enquadrados como intangíveis.

Para além das participações e dos trabalhos internos, a FEE desenvolveu um *Discussion Paper*, com vista a debater a qualidade do relato ambiental e para suportar o conhecido “*Relatório Ambiental das Empresas*”. Propôs-se, no sentido de ser obtida uma estrutura comum, desenhar o “*Towards a Generally Accepted Framework for Environmental Reporting*”. Parte deste documento também foi tido em conta e serviu de suporte para a CERES/ GRI. Esta iniciativa da FEE foi também seguida pelo IASB, tendo tido como resultado a produção de um *Discussion Paper*, onde se declara que:

“...this is to encourage dialogue between accountancy professionals environmental reporters and stakeholder groups regarding the introduction of a framework for qualitative characteristics in environmental reporting (Collison e Slomp, 2000: 119)”.

Este de trabalho, levado a cabo pelo IASB, abriu precedentes únicos, uma vez que toda a estrutura conceptual, elaborada até à altura, tinha por base o principal destinatário da informação financeira os *shareholders*. Segundo Collison e Slomp (2000), o IASB defendeu esta posição, pelo facto de existirem grandes pressões quer dos utilizadores, quer dos auditores, para a existência de uma estrutura una e consolidada, que serviria de norma para todos. Este passo foi visto como “um passo para a frente” para os *reportings* TBL.

2.4.3 - DC 29-Matérias Ambientais e avanços em Portugal

Em Portugal, a Comissão de Normalização Contabilística procedeu à publicação de uma norma específica para matérias ambientais, a DC nº 29. Esta foi resultado da transposição para o direito nacional da recomendação da Comissão Europeia e teve em consideração as várias normas publicadas pelo IASB, como sejam as: IAS 1,16,36,37 e 38. Como objectivo pretendeu-se, reforçar as iniciativas comunitárias, na área da protecção

ambiental, assegurando que os utentes das demonstrações financeiras tenham acesso a informação financeira credível e comparável, em todo o espaço europeu.

A DC 29 tem por objectivo a definição de critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de matérias ambientais, resultantes da actividade das empresas e que possam afectar tanto a sua situação financeira, como os seus resultados. Como qualquer directriz contabilística, apresenta um conjunto de definições contabilísticas de carácter geral, como sejam: critérios de reconhecimento para passivos, passivos contingentes, compensação de passivos e reembolsos ambientais esperados, dispêndios de carácter ambiental, capitalização e imparidade de activos. De forma específica, clarifica o conceito de meio ambiente e de dispêndio ambiental.

Como meio ambiente, pretende referir-se o “...meio físico natural, incluindo o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos renováveis, como, por exemplo, os combustíveis fósseis e os minerais (Comissão de Normalização Contabilística, Directriz Contabilística nº 29, 2002: 8)”. Como dispêndios de carácter ambiental afirma serem, custos para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, decorrentes das suas actividades. Estes custos incluem “...eliminação de resíduos ou iniciativas para evitar a sua formação, protecção de solos e águas superficiais e subterrâneas, preservação do ar puro e das condições climáticas, redução de ruído e a protecção da biodiversidade e da paisagem (Comissão de Normalização Contabilística, Directriz Contabilística nº 29, 2002: 8)”. A directriz tem também como objectivo identificar o tipo de informação ambiental que deve ser divulgada.

No Relatório de Gestão, em conformidade com o disposto no artigo nº 66 do CSC - Código das Sociedades Comercias, as empresas devem proceder à divulgação de: políticas e programas de protecção ambiental; implementação de medidas de protecção ambiental como resultado de legislação actual ou futura; melhorias efectuadas nas áreas chave da protecção ambiental; tipo de problemas ambientais associados à actividade; informação sobre o desempenho ambiental e referência ao relatório ambiental separado, bem como da verificação externa desse relatório ambiental.

No Balanço, a referência das provisões de carácter ambiental deve ser apresentada, sob a rubrica ‘Outras provisões para riscos e encargos’.

No ABDR – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, devem as questões ambientais ser divulgadas, nas notas 48 e 50, em função de serem, respectivamente contas individuais ou consolidadas, e descritas como ‘Informação sobre matérias ambientais’, incluindo entre outras: descrição de critérios de mensuração e métodos no cálculo de ajustamentos; incentivos públicos recebidos, com a respectiva especificação das condições

associadas a essa atribuição; informação pormenorizada sobre provisões de carácter ambiental incluídas na rubrica ‘Outros riscos e encargos’; passivos de carácter ambiental; política contabilística adoptada; indicação de utilização de método do valor presente e o efeito do desconto; descrição sobre passivos contingentes; montantes de dispêndios de carácter ambiental capitalizáveis no período e imputados a resultados; custos suportados com multa e penalidades, entre outros.

2.5 - Estudos Empíricos, práticas e teorias

Deegan (2002) afirmou ser inegável a importância e desenvolvimento que a contabilidade social e ambiental tem atingido, destacando em especial o impulso e a atenção dada à questão das práticas de *reporting* ou relato.

Os estudos empíricos sobre as divulgações ambientais e sociais encontrados na literatura, dum modo geral, centram os seus objectivos na análise de questões relacionadas com o ‘quando, o quê e quanto divulgam’, na relação entre ‘relato ambiental e desempenho’ ou no ‘porquê da motivação da gestão, para fazer divulgações que ultrapassam o limite do obrigatório ou exigido por lei’.

A tónica comum encontrada na literatura sublinha o facto de essas práticas de relato estarem ainda baseadas, fundamentalmente, em divulgações de carácter voluntário. Tendo por base vários estudos, vamos distinguir alguns dos principais aspectos de pesquisa e apresentar as conclusões, a que os vários autores chegaram sobre o porquê de as divulgações assumirem um carácter voluntário. Estas podem ser sumariamente apresentadas em quatro aspectos:

(i) As divulgações voluntárias respondem às necessidades de legitimação, e à pressão exercida pelos *media*;

(ii) As divulgações voluntárias respondem às pressões e a requisitos dos vários *stakeholders*;

(iii) As divulgações adicionais são determinadas por: assimetria de informação, custos de informação, custo de proprietário, visibilidade nos media e mercado de capitais;

(iv) Numa perspectiva de “accountability”, é necessária a emissão de normas e regulamentações com vista a colmatar as lacunas das divulgações voluntárias.

2.5.1 - As divulgações voluntárias respondem às necessidades de legitimação, e à pressão exercida pelos *media*

O princípio do século defrontava-se com a questão de as divulgações de responsabilidade social terem de, por um lado, responder a um público alargado, inserindo-se numa perspectiva de *accountability*, e, por outro lado, serem geridas estrategicamente, destinadas aos *stakeholders* de influência e à manutenção da legitimidade organizacional das empresas. A teoria da legitimidade, constituía pois uma das formas para justificar a actuação da gestão e a utilização de divulgações voluntárias.

Deegan (2002) refere que a teoria da legitimidade está associada directamente à ideia de contrato social. A sociedade confere às empresas, o direito à utilização de recursos naturais e de empregar trabalhadores, com base nesse contrato. Se a sociedade entende que a empresa “pisou o risco” revoga, esse contrato social. Nenhum direito de privilégio deve ser atribuído as empresas, pois estas existem na medida em que a sociedade as considera legítimas. A legitimidade não é definida por lei e o quadro legal onde as empresas operam, apenas abrange, uma parte restrita da sua actuação. A lei reforça as alterações dos valores sociais, mas não os cria necessariamente.

As divulgações sobre a responsabilidade social das empresas destinam-se a um público relevante ou de influência (New *et al.*, 1998). Esse público pode ser constituído pelos *shareholders*, outros *stakeholders* financeiros, os reguladores, e até os ambientalistas. É necessário identificar o público relevante e a sua influência, aquando da escolha de estratégia, que pode ser estabelecidas pela gestão. A sobrevivência das organizações depende do facto de as suas estratégias serem coincidentes com os valores do “público relevante”.

Existem dois níveis na teoria de legitimidade (Moir, 2001; Tilling, 2004). Estes correspondem: (1) a um nível macro que consiste nas tradições institucionais; (2) a um outro, nível micro, baseado nas tradições estratégicas de dependência de recursos. Deegan (2002) afirma que a legitimidade é central à teoria institucional e que as organizações mudam a sua estrutura e operações, no sentido de estarem em conformidade com as expectativas externas. A legitimidade, pode pois ser considerada um recurso do qual a empresa depende para a sua sobrevivência (Deegan 2002). A teoria da legitimidade sugere que quanto mais a gestão considere a procura de legitimidade como um recurso vital para a sua sobrevivência, mais esta definirá estratégias para garantir a obtenção da mesma. Tilling (2004), que designa este tipo de legitimidade como a ‘teoria da legitimidade estratégica’, diz que a legitimidade é um recurso como o dinheiro e que certas acções ou acontecimentos poderão conduzir ao seu

aumento ou ao seu decréscimo. Várias estratégias podem ser empreendidas pelas empresas no sentido de manter ou obter legitimidade. Uma empresa pode estar numa de cinco das fases da sua legitimidade: estabilização, manutenção, expansão, defesa e perda (Tilling, 2004; O'Donovan, 2002).

Relativamente à realidade Australiana, vários estudos empíricos sobre a 'avaliação das práticas de divulgação ambiental', (Deegan e Gordon, 1996; Deegan e Rankin, 1996; Brown e Deegan, 1998; Deegan e Rankin, 1999; Deegan *et al.*, 2002), confirmaram as estratégias de legitimidade das empresas, bem como o poder de influência dos *media*, nas divulgações ambientais. Nestes estudos, a divulgação dos aspectos positivos, ou informação favorável assumiu um realce especial, parecendo, existir relutância na apresentação de 'más notícias'. Igualmente constatado, foi o facto de existir uma simetria entre as divulgações do relatório anual e as preocupações sociais denotadas nos *media*.

Walden e Schwartz (1997) investigaram as alterações do nível de divulgações ambientais, em consequência do desastre ocorrido em 1989, no Alasca, com o petroleiro 'Exxon Valdez' e o papel que o público e a pressão externa têm tido, na melhoria das divulgações. Concluíram que, grandes alterações foram verificadas quer em quantidade, quer na qualidade das divulgações, representando estas, um esforço, no sentido de as empresas envolvidas melhorarem a sua imagem face à opinião e à pressão pública.

O público relevante de uma organização influencia o tipo e quantidade de divulgações efectuadas. O poder e multiplicidade dos diferentes públicos, afecta a estratégia de comunicação adoptadas pela organização (New *et al.*, 1998).

O'Donovan (2002), confirmando igualmente a procura da legitimidade como base para as divulgações, pretendeu distinguir as estratégias correspondentes às várias fases de legitimidade que as empresas podem desenvolver. Desta forma, conseguiu demonstrar que sobretudo eventos considerados mais ameaçadores desencadeiam divulgações estratégicas, no sentido de ganhar, manter ou recuperar legitimidade.

Tendo pesquisado sobre a atitude assumida face às divulgações ambientais pelas empresas no Reino Unido, Campbell (2004) concluiu que a teoria da legitimidade pode ser uma fonte de explicação para a variação em quantidade das divulgações encontradas, sendo que o aumento de divulgações ambientais parece estar associado às pressões de grupos sociais.

Yongvanich e Guthrie (2004) levaram a cabo um estudo no sentido de entender como podem os relatórios de sustentabilidade, continuar a contribuir para a busca de legitimidade que as empresas mineiras australianas necessitam. No estudo foi possível identificar a

continuação do uso de estratégias de legitimidade, nomeadamente, a descrição de acções para ganhar, manter ou recuperar legitimidade. Esta conclusão, confirmou a tese da escola australiana, baseada no facto de as divulgações, mesmo com este tipo de relatório, continuarem a ser uma pratica voluntária, e como tal poderem ser usadas na procura de legitimidade.

Acompanhando a evolução registada, nas divulgações voluntárias de responsabilidade social, Laan (2004), defende que as formas mais voluntárias respondem melhor a procura de legitimidade, enquanto que as formas voluntárias com alguma normalização, designadas por solicitadas, respondem sobretudo as necessidades de informação dos *stakeholders*. Exemplos de informações solicitadas são os relatos destinados ao DJSI – *Dow Jones Sustainability Index* ou o SAM – *Sustainable Asset Management Index*, que segunda a autora parecem poder limitar a capacidade das empresas em definirem o âmbito ou a extensão das divulgações, confinando-se aos aspectos requeridos pelos *stakeholders*.

Contrapondo-se a todos estes estudos, Mathews (2000), após a análise dos primeiros trabalhos de Deegan e Rankin (1999), afirma que a motivação para a divulgação referida corresponde a uma interpretação ‘restrita/estreita da teoria da legitimidade’. Mathews (2000), explica, que a necessidade de publicação de informação ambiental nos relatórios de contas anuais, nas maiores companhias, parece estar directamente ligado a um número limitado de público, ou seja o público de influência, aparecendo, de modo geral, no seguimento de acontecimentos ou questões específicas, reforçando a tal noção de legitimidade ‘restrita/estreita’. Mathews (2000) refere que uma forma possível de se passar a disponibilizar a informação universal, seria incluir o desenvolvimento dos modelos organizados, numa estrutura normalizada de carácter legal. Como modelos estruturados, poder-se-ia indicar os seguintes: EMAS, ISO 14000, SA 8000, Carta de Copenhaga, AA1000 e GRI 2000 entre outros. Também Laan (2004), referindo-se aos trabalhos anteriores, afirma que as divulgações sociais são, por natureza, voluntárias e que a legitimidade está relacionada com percepções e não com a responsabilidade para com os *stakeholders*.

2.5.2 - As divulgações voluntárias respondem às pressões e requisitos dos vários *stakeholders*

Tanto a teoria da legitimidade, como a teoria de *stakeholder* podem constituir um incentivo para as divulgações sociais voluntárias. Estas teorias não são competitivas entre si, e tal como Solomon e Lewis (2002) referem, têm áreas de sobreposição, decorrente do facto de ambas se basearem no mesmo conjunto de pressupostos da teoria político-económica. Segundo Laan (2004), a gestão das divulgações, feita através de gestão apropriada de *stakeholders*, sustenta, de alguma forma, a legitimidade organizacional. Deegan (2002) diz que, na teoria da legitimidade, se fala da sociedade em geral e do contrato social, contudo isso implica pouca riqueza explicativa, uma vez que a sociedade é representada por grupos estratégicos. A teoria do *stakeholder* prevê explicitamente a existência desses grupos. Referem os críticos da teoria da legitimidade que esta teoria acaba por se referir a grupos estratégicos que como tal, recorre à teoria do *stakeholder*.

A noção de *stakeholder* abrange qualquer indivíduo ou grupo que possa influir no desempenho da empresa, ou que seja afectado pelo atingir de objectivos desta. Para além dos accionistas, gestores e credores, podem ser incluídos na categoria de *stakeholders*, tanto clientes, fornecedores, empregados, comunidade, público em geral, organizações comunitárias, ambientalistas, grupos de defesa de consumidor, governo, grupos com interesses especiais, *media*, etc.

O conceito de *stakeholder* está também ligado ao papel, visão e responsabilidade da gestão das empresas que, para além das funções de maximização de lucro, devem ter em atenção e incluir na sua actuação os interesses e reclamações dos outros *stakeholders* (não accionistas). É referido que o sucesso de longo prazo da empresa requer o suporte de todos os *stakeholders* e as divulgações podem servir como instrumento de ligação entre empresa e *stakeholders*. Contudo a gestão pode não atribuir o mesmo nível de importância a todos os *stakeholders*, procedendo à sua avaliação segundo princípios de poder, legitimidade e a urgência (Smith *et al.*, 2005).

A literatura sobre a teoria de *stakeholder* pode ser organizada em dois ramos: o moral e o estratégico. O moral preocupa-se sobretudo com o balanceamento de interesses dos *stakeholders*, sendo que todos estes devem ser considerados da mesma forma, conciliando os vários interesses. No ramo estratégico, existe a necessidade de gerir os interesses dos *stakeholder*. Deegan (2002) afirma que este ramo pode ter mais impacto nas estratégias das

empresas, pois estas não respondem a todos os *stakeholders*, mas sim àqueles que se mostrarem mais poderosos.

Adams *et al.* (1998) dedicaram-se ao estudo e à identificação dos factores que influenciam e diferenciam o nível de divulgações sociais, na Europa. A dimensão, a indústria a que pertencem e os países de origem da *casa-mãe* das empresas são factores determinantes para o nível de divulgação social. Relativamente às diferenças de países, estas assumem complexidades variadas, sobretudo com o impulso dado pelo aparecimento dos desenvolvimentos pioneiros de divulgações sociais⁹. Como conclusão, apontam para o facto de, muito embora do ponto de vista de desenvolvimento económico alguma semelhança existir entre os países europeus, se verificar que um conjunto importante e diferenciador de factores próprios de cada país (tais como, cultura, sistemas contabilísticos, sistemas financeiros/banca, governos e legislação) podem conduzir ao desenvolvimento diferenciado das divulgações sociais voluntárias, pela diversidade dos requisitos que os vários *stakeholders* apresentam.

O estudo de Smith *et al.* (2005) analisa até que ponto as diferenças entre países podem condicionar a quantidade e qualidade das divulgações ambientais, atendendo às diferentes características dos *stakeholders* envolvidos. As diferenças das divulgações entre países parecem ser mais complicadas de analisar nas divulgações sociais do que nas financeiras, uma vez que as sociais têm um público mais alargado. No sentido de clarificar este assunto, foram escolhidas empresas de países do Norte da Europa (Noruega e Dinamarca) e os EUA, uma vez que a relação entre empresas e *stakeholders* é distinta entre estas duas áreas geográficas. Como conclusão, referem os autores que, muito embora o país de origem seja um factor explicativo para as diferentes divulgações sociais, são as características que os *stakeholders* assumem nesses países que melhor explicam as divulgações. Nos países Escandinavos, existe maior preocupação com os aspectos sociais, nomeadamente manifestados na forma de governação (comunitária) e propriedade (presença de Estado e fundações), implicando maior quantidade e qualidade de divulgações. Em oposição, nos EUA, onde é dada primazia ao *shareholder*, tanto em termos de governação, como de propriedade, a extensão das referidas divulgações fica altamente condicionada por essas características.

Como contraponto a todas estas conclusões, Smith *et al.*, (2005) chamam a atenção para o facto de, hoje em dia, com o advento da globalização e da capacidade infinita de comunicação, *stakeholders* menos importantes e isolados começarem também a dispor de

⁹ Balanço Social Francês (1992), o *Eco-Balance Sheet* – Dinamarca (1993), entre outros.

mais poder, sobretudo quando estes se conseguem associar a iniciativas não governamentais ou a grupos de pressão.

2.5.3 - As divulgações adicionais são determinadas por: assimetria de informação, custos de informação, custos de proprietário, visibilidade nos media e mercado de capitais

Tal como é referido por Cormier e Magnan (2003), o nível de reporting ambiental pode ser determinado pelos custos de informação que os *shareholders* estão dispostos a suportar. Os custos de informação estão relacionados com o trabalho de recolha e obtenção alternativa de informação, levado a cabo pelos *shareholders*. A não divulgação de informação adicional pode ser considerada pelos mercados como assimetria de informação e, em alternativa, os investidores tratarão de recolher essa informação, suportando custos de informação e descontando-os no preço das acções.

As divulgações ambientais podem ser analisadas à luz da teoria de custos de proprietário. Como custos de proprietário, podemos distinguir os custos associados, à preparação, à distribuição e à auditoria; e como custos indirectos, mas não menos importantes, os efeitos que esta informação pode trazer pelo facto de ser utilizada pelos concorrentes ou terceiros, de forma não desejada. Compromissos ou contingências ambientais são exemplos de informação de proprietário, que podem ter custos associados. Contudo, ao incorrer em custos de proprietário, as empresas realçam a sua reputação entre os *shareholders*, dando informação credível, estando a atribuir valor acrescentado à informação dada. É esperado que empresas mais ligadas aos mercados de capitais procedam a maior número de divulgações. Cormier *et al.*, (2005), baseados em vários estudos e nos modelos referidos anteriormente, chamaram a atenção para o facto de que, quando existem custos de proprietário e a informação não é divulgada, o mercado não ter a certeza se a empresa não divulga, porque são ‘más notícias’, ou porque simplesmente não são suficientemente boas, para compensar o custo de preparação.

Em termos de visibilidade nos *media*, podemos dizer que um *reporting* ambiental activo pode trazer benefícios, se a informação dada pela empresa for rápida e eficientemente divulgada, através dos *media*, fazendo baixar os custos com capital. A gestão será mais sensível acerca da reputação da gestão ambiental, se esta for fortemente visível.

Fekrat *et al.*, (1996) procederam a um estudo empírico, em dezoito países e várias indústrias, tentando encontrar a relação entre ‘divulgações e *performance*’ e ‘a variedade e necessidade de divulgações voluntárias’. Verificando a existência de grande heterogeneidade

nos vários tipos de divulgações, estes autores defendem que isso conduziria inevitavelmente a que o entendimento do mercado fosse mais negativo, dando origem a divulgações voluntárias, que completavam as divulgações obrigatórias. Afirmam que as divulgações voluntárias encontram a sua razão de ser, ao assumir que a empresa tem conhecimentos, realçando que, quando a empresa procede voluntariamente à divulgação, fá-lo com verdade, evidenciando preocupação com o mercado financeiro. Assim, Fekrat *et al.*, (1996) entendem que a contabilidade ambiental é uma extensão da contabilidade financeira e que essa informação é importante, sobretudo para os mercados financeiros e não para a sociedade ou público em geral.

Tendo por base um conjunto de empresas francesas, Cormier e Magnan (2003) procederam um estudo cujo objectivo foi o de verificar até que ponto, existiam benefícios de redução de informação assimétrica, redução de custos de informação e dos custos de proprietário, que determinam as práticas de *reporting* ambiental. Adicionalmente, foi igualmente avaliado até que ponto a visibilidade nos *media* poderia influenciar o relato ambiental. Foi possível concluir que variáveis, tais como custos de informação e custos de proprietário, são factores determinantes e significativos, para a estratégia de *reporting* das empresas, sendo igualmente confirmado que a evolução do *reporting* ambiental tinha ligação à visibilidade nos *media*. A abertura aos mercados de capitais obrigou a que as empresas francesas expandissem tanto em quantidade, como em qualidade, o tipo de divulgações, sendo o *reporting* ambiental considerado como uma ferramenta de valor acrescentado. Se, em termos de informação financeira, a França é caracterizada por uma regulamentação muito detalhada, no que se refere à informação não financeira, não existem praticamente normas, sendo as divulgações conduzidas de forma voluntária.

Cormier *et al.* (2005), tomando grandes empresas Alemãs como objecto de estudo, defenderam que a qualidade das divulgações ambientais, é justificada por três factores de influência. O primeiro, directamente associado à questão agora em análise, corresponde à medida em que a gestão de topo é directamente responsável por prestar contas aos accionistas e credores (financiadores). Desta forma, existe um incentivo à divulgação de informação com valor relevante e que minimize o custo de capital. Claro está que essa decisão, quer em qualidade, quer em quantidade, está limitada à propensão para incorrer em custo de informação e de proprietário. Para além deste factor, outros dois, associados à exposição da empresa, em termos de meios de comunicação e ao contexto institucional em que as empresas se inserem, foram igualmente objecto de estudo. Em termos de conclusões, para o primeiro destes factores, os custos de informação são particularmente importantes, para determinar a

estratégia de divulgação. No que se refere aos outros factores, a qualidade da divulgação está associada ao grau de pressões públicas que as empresas enfrentam, bem como à participação em sectores industriais. A imitação e a rotina são também factores determinantes nas estratégias de qualidade das divulgações apresentadas.

Para além das teorias de assimetria de informação, custos de informação ou de proprietário, a informação para o mercado financeiro constituiu, por si só, um *driver* importante, no sentido de conduzir à produção de divulgações voluntárias. Epstein e Freedman (1994) desenvolveram um trabalho sobre ‘a importância das divulgações sociais e o investidor individual’. Concluíram que, no mínimo, as divulgações previstas por lei deveriam ser colocadas à disposição dos *stakeholders* em geral, sendo que as divulgações sociais devem ser facultadas, dadas as mesmas terem importância para os *shareholders* não institucionais. Lorraine *et al.*, (2004), realizando um estudo sobre as empresas inglesas, tiveram como objectivo verificar se as boas ou más notícias, incluídas nas divulgações, tais como, as questões referentes a penalidades sobre actos de poluição, ou atingir objectivos relativos a questões ambientais, influenciam o preço das acções. As conclusões demonstraram que o mercado accionista reagiu num curto espaço de tempo. Também os Fundos Socialmente Responsáveis podem actuar como agentes incentivadores de divulgações voluntárias (Solomon e Darby, 2005).

Contrapondo, um olhar crítico sobre as teorias conceptuais destes estudos, Gray *et al.*, (1995) afirmaram que as pesquisas, suportadas especialmente por estas teorias (*Agency Theory/Political Accounting Theory*), produzem informação insatisfatória, uma vez que a teoria económica não se adaptou ao desenvolvimento requerido pela responsabilidade social das empresas. Estas teorias desenvolveram-se com base nos mercados financeiros, nos *shareholders*, sendo que grande parte dos actuais *stakeholders* podem não estar directamente ligados aos mercados financeiros. As teorias mais interessantes para o enquadramento do *reporting* de responsabilidade social são aquelas que tiveram as suas raízes nas teorias políticas sociais, nomeadamente: teoria da legitimidade e a teoria do *stakeholder*.

2.5.4 - Numa perspectiva de “accountability”, é necessária a emissão de normas e regulamentações com vista a colmatar as lacunas das divulgações voluntárias

Podemos afirmar que as empresas têm interiorizado e adaptado o seu comportamento à noção de *Accountability*. Esta pode ser definida como sendo “...um dever das empresas em explicar e justificar as suas acções e assumir a responsabilidade das consequências que podem advir dessas acções (*Accountability Rating*, 2005: 2)”, e dando origem paralelamente ao direito à informação, que um número alargado de *stakeholders* requer. As divulgações voluntárias podem ser utilizadas pelas empresas tendo em vista o cumprimento do dever que têm para com os *stakeholders*. O principal problema deste tipo de actuação é que a mesma pode ser incompleta, ou até incorrecta, impedindo uma adequada prestação de contas, não passando de um mero exercício de relações públicas. Muito embora alguns normativos contabilísticos, regulamentações e até guias de *reporting* social (GRI¹⁰), existam, o facto de a sua aplicação não estar ainda enraizada ou continuar numa base voluntária levou um conjunto de autores a proceder a estudos, onde se reclama a regulamentação das normas e dos guias, tendo em vista a obrigatoriedade dos mesmos. Só dessa forma será possível assumir o dever de facultar informação completa e útil aos *stakeholders*.

Gamble *et al.*, (1995) procederam à elaboração de um estudo, que teve como objectivo principal entender ‘o quê e com que qualidade’, estão as companhias a reportar e ‘a quem se destina’, a informação sobre divulgações ambientais. Os autores concluíram que se verificou grande aumento de divulgações ambientais em quantidade (tanto a nível das contas, como de relatório 10 K¹¹). Como conclusão, afirmaram que as divulgações sociais são utilizadas em especial pelos investidores, e que esta informação é insuficiente, para dar resposta aos requisitos necessários, devido à pouca orientação das regulamentações em vigor.

Um estudo empírico, levado a cabo por Moneva e Llana (2000), sobre o estágio de *reporting* ambiental, desenvolvido pelas principais empresas espanholas, teve em vista avaliar até que ponto a informação ambiental divulgada poderia dar resposta aos *stakeholders*. Os autores concluíram que as divulgações ambientais registaram um aumento significativo, especialmente em quantidade, tendo este sido predominantemente resultado de informação voluntária. A ausência de normas contabilísticas contribuiu para que o desenvolvimento de divulgações voluntárias fosse incapaz de dar respostas aos requisitos de todos os *stakeholders*,

¹⁰ GRI - *Global Reporting Initiative*, iniciativa de normalização de divulgações sociais.

¹¹ 10 K – Relatório ambiental dos EUA.

nomeadamente pela ausência de informação quantificada, de carácter contabilístico e financeiro.

Larrinaga *et al.*, (2002) procederam ao estudo sobre as implicações nas divulgações ambientais da adopção de normas contabilísticas, decorrentes da transposição de recomendações da Comissão Europeia para as empresas espanholas. Segundo os autores, estas divulgações obrigatórias seriam uma forma de fazer crescer a “*accountability*” das organizações, face à sociedade, para matérias ambientais. Foi concluído que a introdução da norma não foi ainda capaz de provocar o impulso necessário à demonstração da responsabilidade de prestar contas para com a sociedade, com informação útil e válida. Os autores, utilizando os conceitos de reformas administrativas e institucionais, concluíram que a implementação das normas correspondeu apenas a uma reforma administrativa.

Solomon e Lewis (2002) propuseram-se levar a cabo um estudo para analisar quais os incentivos ou desincentivos, que poderiam estar na base das divulgações ambientais das empresas inglesas. Referindo-se à realidade do Reino Unido, onde as divulgações são voluntárias, os autores perguntam ‘porque se dão as empresas ao trabalho de divulgar?’ ou ‘porque é que as empresas relatam de forma desadequada?’. Afirmaram que existe uma desadequação entre as divulgações feitas pelas empresas e as preocupações sociais que existem, nomeadamente, o GRI. Basicamente, concluíram que existe um *gap* entre as expectativas e interesses de quem prepara e as de quem utiliza as divulgações. Para o grupo dos preparadores/empresas, é a *accountability* que motiva as empresas a proceder às divulgações ambientais e sociais, constituindo uma forma de as empresas actuarem de acordo com consciência ética e de aligeirar a sua responsabilidade social. Já os outros grupos acham que as empresas são motivadas para a execução de divulgações sociais e ambientais por factores como: incentivos de mercado, imagem da companhia e pressão pública. Sendo a posição dominante da literatura do Reino Unido, a solução passaria por uma estratégia regulamentadora e de obrigatoriedade, tanto de normas contabilísticas, como de guias, no sentido de fazer diminuir o *gap* de expectativas entre os grupos de preparadores e o de utilizadores, bem como eliminar vantagens comparativas entre empresas que divulgassem ou as que o não fizessem.

Freedman e Patten (2004) produziram um estudo, no sentido de determinar qual o impacto, no preço das acções cotadas em bolsa, de uma proposta do Presidente *Bush*, para alterar a lei de libertação de resíduos tóxicos e da alteração do relatório ambiental 10 K. A preocupação fundamental foi de comparar os regimes de divulgações voluntárias e obrigatórias. Os autores constataram que, por um lado, o mercado de capitais está muito

atento às empresas que têm de reduzir as ‘emissões de gases’ e, por outro lado, sugeriram que fossem usadas divulgações obrigatórias, para minimizar os efeitos negativos dessas notícias. Os autores consideram desadequadas a existência de divulgações voluntárias, pois estas podem não captar correctamente a dimensão dos estragos ambientais, sendo, por isso, mais adequado que exista um regime de divulgações obrigatórias. Mathews (2004) refere que a mesma conclusão foi apontada por Gray e Bebbington (2001), autores da escola inglesa.

Contrapondo, às conclusões próprias da escola inglesa, que tem vindo a defender a regulamentação obrigatória, Deegan (2004) responde aos autores americanos Fredman e Patten (2004), dizendo que, mesmo que sejam emitidas regulamentações, as empresas avançarão sempre com divulgações novas e diferentes, no sentido de legitimar as suas acções. Diz o autor, que as regulamentações “...dão o mínimo, mas nunca poderão dar o máximo (Deegan, 2004: 96)”. Afirma Deegan (2004), que estes autores ainda se baseiam em práticas de divulgação desactualizadas, uma vez que, hoje em dia, ocorreram grandes mudanças, nomeadamente na visão sobre a responsabilidade das empresas, alteração do relatório ambiental para a forma TBL, o aparecimento da AA1000 e do GRI 2002. Também Mathews (2004), em comentário à posição defendida pela escola inglesa e pelos autores americanos, refere que parece existir uma forma de convergência, dentro dos países anglo-saxónicos, sobretudo no que se refere às divulgações obrigatórias, cuja influência vem claramente de Inglaterra, ou seja, tratar as divulgações ambientais e sociais com regras regulamentadas e obrigatórias, como se de financeiras se tratassem. Contudo questiona-se a solução correspondente às necessidades informativas de *performance* e de transparência que o assunto requer, nomeadamente se essas regulamentações devem ser definidas pelos preparadores ou pelos utilizadores dessas informações.

2.5.5 - Relato ambiental em Portugal

Os temas da contabilidade ambiental e a responsabilidade social das empresas, têm envolvido a comunidade académica e os profissionais de contabilidade, em Portugal, tendo conduzido à publicação de, um conjunto importante de trabalhos, quer sobre formas mais abreviadas, tais como artigos, quer estendendo-se à edição de livros e até à apresentação de dissertações.

Tanto os impactos das normas, leis e regulamentações, sobretudo de carácter europeu, onde se destaca, a emissão pela CNC, a 5 de Julho de 2002, da DC nº 29, como, estudos

abrangentes sobre as consequências das questões ambientais, na nossa economia e nas empresas, têm constituído os principais factores que desencadearam o desenvolvimento das publicações, em contabilidade ambiental. Este desenvolvimento tem atingido diversas e variadas áreas da contabilidade, tais como contabilidade financeira e de gestão e auditoria. De realçar também, o desenvolvimento verificado nas divulgações relacionadas com responsabilidade social das empresas, quer nos vários relatórios externos, quer nos meios próprios de comunicação destas, procedendo à inter-ligação das áreas ambientais, sociais e económicas.

2.5.5.1 - Os Estudos empíricos em Portugal sobre divulgações ambientais

Ferreira (2004) realizou um estudo empírico, tendo por objectivos entender o que e como está ser relatado pelas empresas em matérias ambientais e qual o impacto que a DC nº 29 provocou no *reporting* ambiental das empresas em Portugal. Como requisito de base, foi considerado integrar apenas, na amostra do estudo, empresas com centro de decisão em Portugal. Como principais conclusões podem ser destacados os seguintes aspectos: (1) a questão ambiental começa a ser considerada como um factor estratégico de gestão, (2) é divulgada informação com cariz voluntário, descritivo e ‘auto-laudatório’, e (3) verifica-se a ausência de divulgação contabilística, reveladora de dificuldades de implementação da DC nº 29.

Duarte e Sarmiento (2004) procederam a um inquérito, no sentido de ‘avaliar a responsabilidade ambiental das empresas’ e analisar ‘a revelação contabilística dos factos ambientais’. Como principais aspectos realçados pelo estudo, podemos destacar os seguintes: as empresas portuguesas começam, embora de forma lenta, a assumir a responsabilidade social com os ‘parceiros’ do seu negócio, constituindo essa atitude uma mais valia para imagem das empresas; a responsabilidade social é demonstrada pela implementação de sistemas de gestão ambiental, melhorias em segurança ambiental, medidas anti-poluição e acções com formação ambiental dadas aos trabalhadores; o relatório de gestão é o meio utilizado para as divulgações de responsabilidade social; existe já alguma relevação contabilística de aspectos ambientais, nomeadamente através da divulgação e registo de provisões para aspectos ambientais.

Tendo por base o universo das empresas portuguesas certificadas pela ISO 14000, Santos (2004) procedeu à realização de um estudo empírico, com vista a entender, quais as

motivações, para a obtenção de certificações ambientais e analisar a existência de contabilidade interna ambiental, como base à tomada decisão. Como conclusão relevante, o autor refere que as várias empresas implementaram um sistema de gestão ambiental, com vista a minimizar alguns aspectos dos seus processos produtivos, ou sobretudo melhorar a imagem face aos clientes. Relativamente às questões contabilísticas, o autor concluiu que poucas empresas detêm sistemas de contabilidade ambiental, ou qualquer actividade orçamental, que lhes permita fazer um verdadeiro controlo de gestão.

Muito embora não tenha efectuado um estudo empírico, Eugénio (2004b), através de uma revisão bibliográfica, sintetizou os principais aspectos relativos ao estágio de divulgações ambientais praticadas pelas empresas em Portugal, com base em estudos realizados. Como objectivos, os estudos tem pretendido dar respostas às seguintes questões:

- Que empresas procedem a divulgações ambientais?
- Como o fazem?
- Onde o divulgam?
- A actividade da empresa condiciona a divulgação ambiental?
- Ter um sistema de gestão ambiental influencia a divulgação?
- Que tipo de informação financeira é apresentada?
- Qual o impacto das DC nessa informação financeira?

Segundo a autora, muito embora as divulgações estejam aquém do necessário, alguns passos firmes já foram dados. Eugénio (2004b) apresenta também os seguintes aspectos como constituindo as principais conclusões dos investigadores de contabilidade ambiental:

- As divulgações realizadas assumem características qualitativas, não existindo praticamente informação financeira contabilística.
- O relatório de gestão parece ser o meio eleito pelas empresas para procederem à divulgação ambiental.
- As empresas que mais divulgam são as que têm um sistema de gestão ambiental.
- São as empresas industriais as que mais divulgações efectuam.
- Estar cotado em bolsa parece ser um factor determinante para proceder às divulgações ambientais.
- As principais motivações para as divulgações parecem ser as questões de cumprimento legal e a obtenção de vantagens competitivas face a concorrência.

Capítulo III “O Estudo Empírico”

A realização de um estudo empírico constituiu um dos aspectos principais deste trabalho, por ser um meio capaz de nos conduzir a conclusões e validar hipóteses de investigação levantadas. Este estudo, teve por base, analisar a informação divulgada, pelas maiores empresas a operar em Portugal para os anos de 2002, 2003 e 2004, tanto através de relatórios de contas como relatórios separados, abrangendo um universo com cerca de 277 empresas. Foram seleccionadas empresas, pertencentes a todos os sectores de actividades económicas, com excepção da Banca e dos Seguros, cujo volume de facturação, no ano de 2004, tivesse sido superior a 75 milhões euros¹².

Tal como Moneva e Llena (2000) referem, os estudos empíricos, tendo por base amostras de relatórios de empresas ou outros meios divulgados por estas, têm demonstrado ser uma das formas mais adequadas para conduzir ao progresso da investigação, em matérias como a contabilidade social. Mathews (1997) afirmou que os estudos empíricos constituíram desde sempre, uma das áreas mais importantes da contabilidade social, sendo que a presença e a importância destes têm sido decisivas para o desenvolvimento desta área de investigação.

Para Mathews (1997, 2000), os estudos empíricos têm adaptado e conduzido os vários estádios da Contabilidade Social, evoluindo ao longo do tempo, no sentido de dar resposta a questões como: ‘quando, o quê e quanto divulgam?’, ‘qual a motivação da gestão para fazer divulgações que ultrapassam o limite do obrigatório?’, ‘que relação existe entre desempenho e divulgação ambiental?’, ‘factores que influenciam e diferenciam o nível de divulgação, consequências de desastres ecológicos nas divulgações ambientais’, ‘pressão e consequências de notícias da imprensa sobre ambiente e que impacto podem ter nas divulgações’ e ‘implicações decorrentes de introdução de normativos contabilísticos ou regulamentações’.

Para além das questões já referidas, Deegan (2002) considerou também outros aspectos que têm interessado os investigadores nesta área, como sejam: ‘o papel dos contabilistas na expansão das divulgações’, ‘o papel da auditoria’, ‘quais as teorias que melhor explicam as divulgações’ e ‘se essas divulgações se destinam a toda a comunidade ou apenas a algum grupo privilegiado’.

¹² Seguindo a CAE - Classificação de actividade económica é de distinguir, no universo considerado a presença, nomeadamente de sectores como: 51- Comercia por grosso, 45- Construção, 40- Electricidade e gás, 50- Veículos automóveis e motociclos, 52- Comercia a retalho, 26- Produtos minerais não metálicos, 64- Correios e telecomunicações, 15- Industria alimentar e bebidas, 24- Fabricação de produtos químicos, 21- Pasta de papel e cartão, 20- Industria de madeira e cortiça, 34- Fabricação de automóveis, 62- Transportes aéreos, 63- Transportes, entre outros.

Lehman (2004), numa abordagem mais recente, reflectindo sobre as tendências e ideias para o futuro da contabilidade social e ambiental, refere que a pesquisa desenvolvida ultimamente, tanto a nível de contabilidade financeira, como de gestão, tem-se centrado, na tentativa de dar resposta a algumas das novas questões, tais como: ‘qual o entendimento que tanto os principais responsáveis das organizações, como os principais *stakeholders* têm sobre a sustentabilidade ambiental?’, ‘que importância é dada pelos gestores de topo às questões ambientais?’, ‘como é que a questão ambiental é integrada na estratégia das empresas?’, ‘quais as forças indutoras que estão por detrás das políticas empresariais relacionadas com a questão ambiental?’ e ‘como é feita a avaliação da *performance* ambiental, tanto pelas empresas, como pelos *stakeholders*?’.

Embora alguns estudos tenham sido desenvolvidos em Portugal, Eugénio (2004b) constatou que esse número é bastante reduzido, quando se compara com o número de estudos, no mesmo domínio e em outros países.

Tendo em conta o estágio de desenvolvimento referido para o nosso país e os vários aspectos de investigação que os estudos empíricos têm considerado, vamos apresentar de seguida os objectivos e as hipóteses de investigação a considerar neste trabalho.

3.1- Objectivos e Hipóteses de Investigação

A realização deste estudo empírico tem por objectivos: 1) *investigar qual o estágio e as práticas da divulgação ambiental por parte das grandes empresas portuguesas*; 2) *aferir sobre o impacto da implementação da DC n° 29*.

Tendo por base o estudo de Moneva e Llena (2000), procuramos definir as hipóteses de investigação que, de acordo com a metodologia definida (recolha, tratamento de dados e testes às hipóteses formuladas) nos deverão conduzir às conclusões do trabalho que se decidiu efectuar.

▲ *(Hipótese 1): A Informação ambiental disponibilizada pelas empresas tem aumentado significativamente.*

Nas secções anteriores, foi mencionado que se tem vindo a assistir a um aumento considerável das divulgações ambientais, nos vários países onde estudos empíricos têm sido levados a cabo (Mathews, 2000; Moneva e Llena, 2000; Deegan, 2002; KPMG Survey,

2005). O período escolhido para a realização deste estudo empírico, entre 2002 a 2004, coincidiu com a ocorrência de aspectos singulares e importantes, capazes por si só de terem efeitos objectivos, no desenvolvimento das divulgações. As publicações, tanto da directriz contabilística nº 29, como da tradução para português do GRI (2002), para além de outros factores que foram enquadrando este período (nomeadamente de carácter ambiental e legal) e do emergir da responsabilidade social, como um fenómeno em plena fase de expansão, podem estar na base do desenvolvimento e incremento das divulgações ambientais.

▲ *(Hipótese 2): As divulgações ambientais, com carácter predominantemente narrativo, começam a integrar informação quantitativa, tanto financeira, como não financeira.*

Pesquisar sobre qual a tipologia que as divulgações podem revelar e entender qual a tendência das mesmas constitui um passo necessário e básico, para o aprofundamento do estudo. As divulgações podem assumir, genericamente, tipologias narrativas ou quantitativas, como será explicado detalhadamente no Capítulo IV – Análise dos *findings*. Contudo, em estudos anteriores, terá sido mencionado que as divulgações, em Portugal, são sobretudo “...de carácter narrativo, simplistas “...descritivas, qualitativas e auto laudatórias”, (Ferreira, 2004:10)”, correspondendo a um exercício de imagem das empresas.

A verificação da inversão desta tendência, ou seja, a predominância de divulgações narrativas, através da introdução de informação quantitativa, seja de carácter financeiro ou outra, é fulcral, para entendermos o amadurecimento e aperfeiçoamento da atitude de divulgar, no sentido de evitar aproximações conotadas como manipuladoras ou como meras ‘lavagens verdes’, (Deegan, 2004).

▲ *(Hipótese 3): As empresas começam a privilegiar a utilização de relatórios/meios de divulgação, de carácter voluntário, para a realização das divulgações ambientais, em simultâneo com os decorrentes da obrigatoriedade legal.*

Vários meios podem ser utilizados, para divulgação de informação neste domínio, tais como o relatório de gestão ou até relatórios de sustentabilidade (ver capítulo IV). É fundamental entender se são os meios de carácter legal, como o relatório de gestão, ou as contas os que demonstram maior evolução e que reúnem as preferências das empresas, ou se, pelo contrário, são os meios de carácter voluntários, como os relatórios de responsabilidade social, que acolhem maior consenso por parte daquelas.

A responsabilidade social, a necessidade e interesse de atender a um maior número de *stakeholders*, para além dos tradicionais destinatários da informação financeira, leva as empresas à utilização de meios de relato voluntários, como sejam os relatórios de sustentabilidade, em simultâneo com os meios de relato decorrentes da obrigatoriedade legal.

▲ *(Hipótese 4): Um novo conjunto de acções e factores externos, nomeadamente, participação em comités, atribuição de prémios, impactos de aplicação de legislação, inter-acção com a comunidade, preocupação com o ambiente, passaram a ocupar lugar de destaque nas divulgações realizadas pelas empresas, em paralelo com as tradicionais divulgações de política ou sistemas de gestão ambiental.*

Para além de detalhes divulgados sobre política ou sistema de gestão ambiental, é importante analisar o destaque que se pode verificar nas divulgações com carácter mais próximo da responsabilidade social, tais como, as participações em comités e organismos, eventos de sensibilização ambiental com ligação à comunidade, prémios e louvores recebidos, destaque dos maiores impactos resultantes da aplicação de legislação ambiental, manifestação de preocupações com alterações climáticas, introdução de questões ambientais em modelos de risco e ocorrência de incidentes ambientais, entre outros.

Identificar esta evolução é importante, no sentido de a comparar com os resultados de anteriores estudos empíricos realizados para o nosso país, onde a política e os sistemas de gestão ambiental constituíram os principais aspectos destacados nas divulgações (Eugénio, 2004b).

▲ *(Hipótese 5): Cada vez mais as empresas procedem à divulgação das actividades e objectivos relacionados com os aspectos técnicos do ambiente, como forma de facultar informação relevante a um maior conjunto de stakeholders.*

Para além da importância da divulgação dos aspectos ambientais associados à actividade da empresa, em termos de política ou mesmo em geral, importa verificar o registo de evolução detalhada das principais variáveis de carácter ambiental, resultantes da actividade das empresas, em especial, a divulgação da preocupação ou de acções em áreas como: a emissão de poluente gasosos, a poupança energética, o tratamento de resíduos, entre outros, constatando a sua evolução em termos de quantidade e de informação quantificada sobre os mesmos. A análise desta evolução é importante, uma vez que pode constituir a demonstração

clara da preocupação e responsabilidade que as empresas sentem face à comunidade em geral e para com um número alargado de *stakeholders*, assumindo-se como contribuintes activos na resolução do problema.

▲ *(Hipótese 6): A introdução da Directriz Contabilística nº 29 produziu um impacto importante no desenvolvimento das divulgações ambientais.*

Esta directriz constituiu o contributo e a resposta da contabilidade às questões ambientais, tendo sido criadas regulamentações objectivas e alternativas às divulgações voluntárias. Contudo, dado que aferir da efectiva aplicabilidade da DC nº 29 seria um trabalho por si só grandioso, ultrapassando o âmbito desta dissertação, o objectivo aqui delineado incidirá apenas nos aspectos cruciais da implementação da directriz. A análise estatística irá incidir apenas na referência dos conceitos previstos pela directriz, sobretudo aos prescritos para as notas nomeadamente, política de ambiente, e aos aspectos contabilísticos (dispêndios, investimentos, activos, passivos ou contingências de carácter ambiental). A análise estatística à evolução qualitativa e aos detalhes dos aspectos de mensuração e valorização não foram levados a cabo.

▲ *(Hipótese 7): As divulgações ambientais, revelam uma evolução completa, uma vez que contemplam tanto a abordagem de aspectos de política, projectos, actividades e objectivos ambientais, como a dos aspectos de carácter financeiro e contabilístico.*

Para uma divulgação ser válida, é necessário que a mesma seja o mais completa possível, abarcando as áreas fundamentais que a questão ambiental pode abranger.

Genericamente, definiremos, como áreas principais relativas à questão ambiental, a ser abordadas pelas empresas, as relacionadas com, política/projectos, actividades/objectivos e aspectos financeiros/contabilísticos de carácter ambiental (ver capítulo IV). A abordagem conjunta destes três aspectos, pode constituir base suficiente, para garantir a plenitude das divulgações. O desenvolvimento individual de apenas um dos aspectos mencionados, pode significar um sinal de informação insuficiente.

▲ *(Hipótese 8): Factores como, estar cotado em bolsa, ser subsidiária estrangeira ou o controlo de propriedade pelo sector público podem condicionar o nível de divulgações ambientais.*

Pelo período de anos considerado (2002 a 2004) e pela falta de representatividade sectorial, própria do tecido empresarial português, conduzindo em alguns casos a observações unitárias, não foi possível dirigir a pesquisa para a avaliação das divulgações ambientais por sectores de actividade. Desta forma e no sentido de serem encontrados outros factores explicativos das diferentes divulgações ambientais, decidimos proceder a agrupamentos de empresa, com vista à criação de factores diferenciadores, que poderão conduzir a pesquisa a outras observações e factos.

Pelo mencionado, é por demais evidente e importante agrupar empresas por factores diferenciadores e tentar analisar as suas reacções e tendências, em termos de divulgações ambientais, face ao tipo de divulgações encontradas, para o conjunto das grandes empresas portuguesas, uma vez que pode constituir uma poderosa fonte de explicações para a justificação das divulgações ambientais produzidas. Os agrupamentos diferenciadores considerados são: (1) estar cotado em bolsa (2) ser subsidiária de multinacional estrangeira e (3) ser maioritariamente controlada pelo Estado (ver capítulo IV).

Os três factores eleitos tiveram por base o critério de selecção que encontramos em Moneva e Llena (2000) e em Cormier e Gordon (2001).

A presença no mercado financeiro é um dos factores que pauta a estratégia de comunicação das empresas, sendo, por isso, extremamente importante ser incluído no leque de factores diferenciadores, com capacidade de aportar novas explicações. O facto de ser subsidiária estrangeira ou de ser empresa pública pode ser acompanhado por alguns efeitos miméticos e constituir um forte factor de explicação de comportamentos, face às divulgações ambientais.

3.2- Metodologia e Dados

Relativamente ao estudo empírico, algumas questões prévias foram colocadas, tais como: conceito de divulgação ambiental, unidade de avaliação das divulgações e meios a utilizar, para poder obter tal informação.

Tendo também em vista a necessidade de classificar, agrupar e comparar as divulgações, foi decidida a utilização de técnicas de análise de conteúdo, incluindo a criação de categorias ou atributos, e a escolha da metodologia estatística a aplicar no tratamento dos dados recolhidos.

A clarificação de todas estas questões foi muito importante para a definição dos contornos do estudo empírico.

3.2.1-Metodologia Utilizada

Tal como referimos anteriormente, a questão da responsabilidade social abrange todo o tipo de empresas, englobando não só os aspectos ambientais mas também os sociais ou os económicos. Contudo, dado que o objectivo deste trabalho está centrado nas questões de carácter ambiental, foram excluídos do seu âmbito outros aspectos da responsabilidade social, como sejam os sociais ou económicos.

Este estudo empírico baseou-se, fundamentalmente, na recolha de informação escrita, tendo sido fundamental a transformação dessa informação em dados passíveis de análise. O tratamento desta informação e a conseqüente transformação em dados quantificados constituiu uma etapa fundamental no desenvolvimento do estudo empírico e a única forma de poder dar respostas às referidas ‘hipóteses de pesquisa’.

A análise de conteúdo foi o método definido para a recolha e a classificação da informação a utilizar no estudo empírico, sendo aplicada tanto às divulgações ambientais encontradas no relatório de contas, como aos relatórios sociais das maiores empresas em Portugal.

Tal como referem Moneva e Llena (2000) e Parsa e Kouhy (2002), a análise de conteúdo é a metodologia mais usada, no que se refere a estudos de responsabilidade social, podendo esta ser definida como uma técnica de codificação de informação qualitativa. Essa técnica permite transformar informação qualitativa, característica predominante das divulgações ambientais, em categorias que representam dados quantitativos.

As divulgações aqui consideradas, e igualmente referidas por Campbell (2004), são as que estão relacionadas com a atitude e comportamento das empresas, no que se refere aos aspectos mais importantes e centrais das questões ambientais, tais como o: impacto ambiental, as emissões, a poluição, os tratamentos de resíduos, a poupança energética¹³, entre outros.

Uma outra questão é a que está relacionada com a unidade de análise utilizada para a aplicação desta metodologia. Para Moneva e Llena (2000) a presença de conteúdo numa categoria ou aspecto ambiental conduziria à atribuição do valor 1 à variável definida para tal.

¹³De referir que a poupança e eficiência energéticas serão tratadas do ponto de vista de impacto no ambiente e não do ponto de vista económico da empresa. Também se inserem, nesta óptica de análise, as questões relacionadas com reciclagem ou energias alternativas, ou seja, são excluídas as divulgações relacionadas com as questões de oportunidade económica e de negócio da questão ambiental

No caso de não ser verificado qualquer registo relativo ao aspecto ou à categoria ambiental, o valor a atribuir seria de 0.

Contudo, no sentido de a informação recolhida não se limitar apenas à verificação da ocorrência, mas ser possível validar, para além do registo, algum progresso ou retrocesso, e tal como foi referenciado no trabalho desenvolvido por Campbell (2004), foi utilizada, como unidade de análise, a contagem de palavras.

A contagem de palavras pode ser tida por alguns, como Parsa e Kouhy (2002) referem, susceptível de algum grau de subjectividade, dado que depende de factores como: estilo de escrita e experiência do codificador. Porém, dadas as condições individuais de realização deste trabalho (não reunindo a objectividade que um grupo de investigadores trabalhando colectivamente a este propósito (Gamble *et al.*, 1995)), a contagem de palavras reuniu as condições mínimas para ultrapassar os problemas mencionados.

Com a contagem de palavras, é possível aferir, de forma quantificada, a diferenciação da evolução efectiva que o relato ambiental poderá assumir por empresa e minimizar as questões mais subjectivas do trabalho individual.

Seguidamente e tendo em vista a estruturação da análise de conteúdo, tomando por referência o estudo já citado, levado a cabo por Moneva e Llena (2000), definimos uma grelha de análise (ver quadro A 1.1), com as seguintes grandes categorias ambientais:

- Tipo de relato ambiental, ou seja, tipo de informação utilizada nas divulgações ambientais
- Secção do relatório de contas ou relatórios sociais dedicados ao relato ambiental
- Políticas e projectos ambientais adoptados pela empresa
- Actividades e objectivos de carácter ambiental
- Aspectos financeiros e contabilísticos relacionados com o ambiente, incluídos nas contas anuais e outros relatórios.

Como anteriormente referido, foram tidos em conta factores diferenciadores das empresas, com vista a tornar a análise mais detalha e aprofundar alguns aspectos de pesquisa. Os factores diferenciadores considerados foram: estar cotado em bolsa ou pertencente a grupo cotado em bolsa; ser subsidiária de multinacional estrangeira; e questões de propriedade e controlo, como ter ou não capital maioritariamente público ou privado. O objectivo, ao proceder a estes agrupamentos, foi tentar obter factores explicativos sobre as divulgações, relacionados com as características dos agrupamentos, como igualmente considerado por Moneva e Llena (2000), no seu estudo.

Por cada uma das grandes categorias referidas, foram definidos atributos ou variáveis estatísticas. Cada uma das grandes categorias, contou com a definição de atributos ou variáveis estatísticas com vista a detalhar e entender o sentido mais profundo de cada uma dessas mesmas categorias. Por cada atributo designado por ‘atributo agregado ou variável estatística’ e com o objectivo de ter um fio condutor sobre o que efectivamente se estava a tentar encontrar, foram igualmente definidos, com algum nível de detalhe, ‘atributos de base’. Esta necessidade de detalhe e de orientação foi sobretudo aplicada para as categorias mencionadas em primeiro, segundo, terceiro e quarto lugares, tendo-se procedido de seguida à agregação dos ‘atributos de base’, obtendo-se os ‘atributos agregados ou variáveis’ capazes de participar na análise estatística.

Na primeira categoria foi definido um conjunto de atributos que a informação pode assumir de forma a classificar a informação registada. Esses atributos de informação são: informação narrativa genérica, informação narrativa qualitativa, informação quantitativa não financeira e informação financeira (ver quadro A 1.1).

No que se refere à segunda categoria, após a compilação dos meios a utilizar neste estudo, os quais foram constituídos maioritariamente por relatórios de contas e relatórios de responsabilidade social, foi possível dividir os relatórios em capítulos e partes fraccionadas, com vista a identificar quais deles são mais usados pelas divulgações ambientais. Detalhando um tanto mais o tipo de documentação obtida nos meios escolhidos por atributos agregados e de base, salientamos, para além das contas e dos relatórios de gestão, também a certificação legal de contas, informações genéricas apresentadas no início dos relatórios de contas, mensagens dos Presidentes de Conselho de Administração ou dos CEO – *Chief Executive Officers*, relatórios ambientais separados, relatórios de governação e relatórios de sustentabilidade (ver quadro A 1.1).

Relativamente à terceira categoria, foi feita correspondência de atributos agregados como: política ambiental, sistema de gestão ambiental, aspectos e acções ambientais de carácter externo, factores ambientais e aspectos relacionados com sistemas ambientais. Estes atributos agregados tiveram origem na consolidação de um conjunto de atributos detalhados, que nos permitiram analisar e recolher a informação pretendida (ver quadro A 1.1).

Para a quarta categoria, a forma de construção e articulação da recolha de informação foi idêntica à da categoria três, ou seja, foram obtidos atributos agregados tais como: resíduos, emissão de poluentes gasosos, abastecimento de água, águas residuais, reciclagem, terrenos, segurança e acidente, biodiversidade, produtos e processos, energia e ruído (ver quadro A 1.1).

Para a última categoria, a definição dos atributos de base foi idêntica à definição de atributos agregados, seguindo a tipologia definida pela Directriz Contabilística nº 29, igualmente explicada na grelha definida (ver quadro A 1.1).

Tal como mencionado, foi utilizada a contagem de palavras, em cada um dos atributos definidos. De referir que, em termos das palavras, foram tidas em conta apenas palavras significativas, sendo excluídas categorias morfológicas, como: determinantes, pronomes, preposições e conjunções.

Para além da contagem de palavras referidas, para as categorias três, quatro e cinco, assinalamos igualmente qual a secção do relatório utilizado e o tipo de informação que os vários atributos reflectiam (os detalhes dos atributos, tanto em quantidade de palavras, como tipo de informação ou secção dos relatórios utilizada, será apresentado com o comentário de cada atributo).

Toda esta informação, tendo em conta as categorias e atributos, foi também tratada para os factores diferenciadores das empresas, já mencionados, como sejam: estar cotado em bolsa, ser subsidiária estrangeira e ter capital público ou privado.

Assim por cada categoria, tal como referido, foram definidos atributos específicos, ou sejam variáveis susceptíveis de tratamento estatístico, que de seguida passamos a listar:

* Tipo de relato ambiental, ou seja, tipo de informação utilizada nas divulgações ambientais

- Narrativa Genérica
- Narrativa Qualidade
- Quantitativa não Financeira
- Quantitativa Financeira
- Informação Narrativa
- Informação Quantitativa

* Secção do relatório de contas ou relatórios sociais dedicados ao relato ambiental

- Contas
- Relatório de Gestão
- Outros elementos informativos de Gestão
- Outros Relatórios Separados
- Obrigatórios

- Voluntários

* Políticas e Projectos ambientais adoptados pela empresa

- Política ambiental ou referências a Política de sustentabilidade
- Sistema de Gestão Ambiental
- Aspectos e Acções ambientais de carácter externo
- Factores
- Aspectos relacionados com Sistemas

* Actividades e Objectivos de carácter ambiental

- Resíduos
- Abastecimento de Água
- Águas Residuais
- Terrenos
- Segurança e Acidentes
- Biodiversidade
- Produtos/Processos
- Reciclagem
- Energia
- Ruído
- Emissão de poluentes gasosos

* Aspectos Financeiros e Contabilísticos relacionados com o ambiente, incluídos nas contas anuais e outros relatórios

- Dispêndios Ambientais
- Investimentos Ambientais
- Provisões ou passivos Ambientais
- Activos Ambientais
- Contingências Ambientais

3.2.2 - Recolha de Dados

Tomando por referência o estudo levado a cabo por Moneva e Llena (2000), com base numa listagem ordenada das mil maiores empresas portuguesas fornecida por um jornal de grande distribuição, procedemos à extracção do universo alvo para o nosso estudo. A classificação e ordenação das empresas foram feitas, tendo por base o volume de vendas atingido no ano de 2004.

No sentido de ser eleito o universo propriamente dito definimos como condição de selecção um volume de vendas superior a 75.000.000 € (75 milhões de euros) restringindo o universo às grandes empresas nacionais¹⁴.

A escolha deste critério pareceu-nos suficiente para, por um lado, obter uma abrangência das actividades empresariais do país e, por outro, permitir eliminar um conjunto de empresas, nomeadamente de pequena e média dimensão, cujo comportamento e motivações, certamente, iriam provocar desvios nas conclusões, devido à fraca capacidade de produção de divulgações nas áreas ambientais.

Embora o critério de volume de vendas possa eventualmente não corresponder exactamente às empresas mais sensíveis às questões ambientais, pela importância destas, não restam dúvidas de que analisar as questões ambientais nas grandes empresas é fundamental para a própria temática em si.

Tendo em vista a necessidade de nos focalizarmos nos aspectos mais relevantes do ponto de vista ambiental, procedemos ainda à exclusão, no universo em análise, do sector Financeiro, Banca e Seguros, por estas actividades terem menos impacto nas questões ambientais. Vários autores, nomeadamente Moneva e Llena (2000), Campbell (2004) e Cormier e Magnan (2003), nos seus trabalhos sobre a mesma temática, tomaram também decisão idêntica, ou seja, a exclusão destes sectores de actividade.

Esta decisão de exclusão do sector Financeiro também resulta do facto deste trabalho ter restringido a sua análise às divulgações ambientais e ter eliminado do seu âmbito as divulgações sociais e de responsabilidade social em geral.

Eugénio (2004b) referiu igualmente alguns aspectos sobre este assunto, nomeadamente acerca do impacto nos resultados e conclusões a que a inclusão de empresas de serviços, em estudos empíricos desta natureza, possa conduzir, tendo salientado a

¹⁴ Segundo o IAPMEI, um dos limites para uma empresa ser considerada como ‘grande empresa’ é o de apresentar, volume de vendas pelo menos de 50.000 k € (2003/361/CE), sendo considerada média ou pequena empresa aquelas cujo volume de vendas seja inferior ao limite referido.

necessidade de estes estudos empíricos se centrarem nas actividades sensíveis às questões ambientais.

A inclusão de empresas de serviços, e a necessidade de estes estudos se centrarem nas actividades sensíveis ao ambiente, foram alguns dos aspectos salientados por Eugénio (2004a), no sentido de serem levados em consideração em trabalhos desta natureza, tendo em vista minimizar os impactos nos resultados e conclusões.

Também Adam *et al.*, (1998) afirmaram que, em geral, as grandes empresas procedem à divulgação de informação social, sendo que as empresas industriais são aquelas onde se pode encontrar maior ênfase dada às divulgações ambientais.

Para além da razão referida nos anteriores parágrafos, ou seja, pelo facto de a relação entre a dimensão e sensibilidade às questões ambientais poder não ser coincidente, procedemos a uma análise prévia, avaliando sectores de actividade, presentes no universo em causa, com vista a aferir qual o impacto na questão ambiental.

Em primeiro lugar, verificámos a presença e ponderação no universo das actividades industriais, comumente rotuladas como poluidoras. Seguidamente, analisámos o impacto para o ambiente de outros sectores, não industriais, igualmente presentes e preponderantes no universo em análise. Neste estudo, ficou claro (ver quadro A 2.1) que praticamente todos os sectores industriais, reconhecidos como poluidores, tais como: electricidade e gás, produtos minerais não metálicos, produtos petrolíferos, borracha e matérias plásticas, metalúrgicas, construção, pasta de papel, fabricação de produtos químicos, indústrias alimentares, bebidas e construção, estão representados no universo considerado. Para além de actividades industriais, classicamente reconhecidas com maior impacto ambiental, no universo em causa, podem ser detectados outros sectores igualmente cruciais, na estratégia do impacto ambiental, como por exemplo, comércio por grosso/retalho, veículos automóveis, motociclos e até transportes. Desta forma, podemos concluir que o universo em questão está conforme aos objectivos preconizados, nomeadamente por poder contar com a participação das principais actividades com impacto ambiental.

Por sector de actividade económica, relacionando a amostra com o universo, conseguimos evidenciar uma composição idêntica à do universo em estudo, assegurando a presença dos maiores poluidores, para o estudo em causa (ver quadros A 2.2 - 2.3).

Das cerca de 277 empresas que compõem o universo em estudo, com volume de vendas superior a 75.000.000 € foi possível obter informação relativa a 126 empresas, que constituem a nossa amostra e que representam 46% do universo, percentagem semelhante à considerada no estudo empírico apresentado por Moneva e Llena (2000), (ver quadros A 2.1,

2.2 e 2.3). Agrupando as empresas por segmentos de vendas, é de referir que quanto maior é o volume de vendas, maior é o peso da amostra no universo considerado (ver quadros A 2.4 e 2.5). Ilustrando o que ficou dito, para empresas com volume de vendas superior a 200.000.000 € (200 milhões de €), cujo universo é de 96 empresas, foi obtida informação relativamente a 71 delas, atingindo desta forma a percentagem de 74%.

A amostra é composta maioritariamente por empresas privadas, cerca de 89%, existindo um conjunto de empresas com capitais públicos, aproximadamente de 11%. Das empresas desta amostra, 40% são empresas consolidadas, fazendo parte de grupos económicos portugueses. De referir que se verifica uma predominância de empresas com capital nacional, cerca de 75%, sendo apenas 25% empresas representadas subsidiárias estrangeiras, alinhando igualmente com a amostra considerada por Moneva e Llena (2000). Por último, é de salientar que cerca de 48% das empresas são de capital aberto, cotadas na Bolsa do Mercado de Valores Mobiliários de Lisboa (ver quadros A 2.6).

3.2.3- Aspectos da recolha de dados

Tal como Campbell (2004) refere, uma das questões básicas dos estudo empíricos é a de saber quais os meios que podem ser utilizados como base de recolha de dados. No caso em concreto, tal como já referimos, optámos, desde logo, pelos relatórios de contas anuais, englobando tanto os relatórios de gestão, como as contas propriamente ditas. Para além do relatório de contas, tal como abordado na revisão de literatura levada a cabo nesta dissertação, assistimos, hoje em dia, à publicação de relatórios de responsabilidade social, quer como parte dos relatórios de contas, integrados sobretudo no relatório de gestão, quer como relatórios separados, designados principalmente como relatórios de sustentabilidade. Desta forma, tendo por base o conceito lato de relatórios de responsabilidade social, que o KPMG Survey (2005) refere, optámos também pela inclusão dos relatórios de sustentabilidade, como fontes para a base de dados aqui considerada. Em alguns documentos, como as notas às contas e relatório de gestão, apenas focalizámos a nossa análise nos capítulos ou nas notas próprias, onde pudessem ser encontrados relatos de aspectos ambientais. Nos relatórios de sustentabilidade, também a análise se concentrou apenas nos capítulos de carácter ambiental, desprezando outros aspectos, como os sociais ou económicos.

A recolha de informação passou basicamente por dois tipos de actividade: a consulta ao *site* próprio de cada uma das empresas definidas no universo, sendo recolhida informação sobre o relatório de contas e relatórios de responsabilidade social, no caso de os mesmos

estarem disponíveis; ou, em alternativa, a recolha de endereços electrónicos, para posteriormente procedermos também ao pedido dos elementos anuais de prestação de contas ou relatórios de responsabilidade social. A informação recolhida directamente via *download* da *internet* representou cerca de 65% dos elementos compilados, enquanto que a informação recolhida de outras formas constituiu os restantes 35%.

É de realçar a grande dificuldade encontrada, ao recolher informação de ‘outras formas’ que não a *internet*, nomeadamente o acesso aos relatórios de gestão e às contas. O envio de correio electrónico, sucessivo e insistente, os contactos formais por escrito e até contactos telefónicos e pessoais não conduziram a grandes resultados, e daí o reduzido número de anos em análise, tendo-nos cingido aos anos de 2002, 2003 e 2004.

De referir que, para o período de tempo em análise, estes documentos podem variar de ano para ano e de empresa para empresa, correspondendo à evolução da decisão de publicação dos mesmos e à capacidade de obtenção de informação completa. Procedendo à repartição do universo e da informação recolhida para os três anos (ver quadros A 2.7) é de referir que, para todos os segmentos de volume de vendas, se regista uma evolução positiva relativamente à quantidade de documentação recolhida, sendo 2002 inferior respectivamente a 2003/2004, e este último ano superior aos demais. Concluimos igualmente que quanto maior é o volume de vendas, maior é o volume de documentação, ou seja, maior é o número de empresas sobre as quais fomos capazes de recolher informação e documentação, para o nosso estudo.

3.3- Análise Estatística

Tendo por base a amostra considerada, procedemos à realização de testes estatísticos (paramétricos e não paramétricos) para concluir sobre as hipóteses de pesquisa formuladas no início e proceder à extrapolação de conclusões para o universo.

Quando a comparação para as diferentes variáveis envolve apenas dois grupos, aplicámos os testes t para a igualdade das médias e o teste de Mann-Whitney para a igualdade das distribuições quando os pressupostos subjacentes ao primeiro (normalidade das distribuições e igualdade das variâncias) não se verificam. Quando a comparação envolve pelo menos três grupos recorreremos às análises de variância paramétrica (ANOVA) e não paramétrica (teste de Kruskal-Wallis). Segundo Pinto e Curto (1999: 367) a ANOVA é um procedimento estatístico apropriado para testar a igualdade das médias de uma mesma variável em duas ou mais populações. Com este ensaio pretendemos testar, por exemplo, as diferenças nas médias de cada variável nos três anos considerados 2002, 2003 e 2004 e, se as

diferenças forem estatisticamente significativas (quando se rejeita a hipótese nula), procedemos à análise comparativa dos anos dois a dois através dos testes adicionais de Scheffé e Tukey. Quando não foi possível admitir os pressupostos subjacentes à ANOVA (normalidade das distribuições e igualdade das variâncias) recorreremos ao teste de Kruskal-Wallis em que na hipótese nula se admite a igualdade das distribuições das diferentes variáveis nos vários grupos em comparação. Os testes não paramétricos (Mann-Whitney e Kruskal-Wallis) são mais adequados em pequenas amostras ou quando os pressupostos dos testes paramétricos (teste t e ANOVA) não se verificam (Pinto e Curto 1999).

Capítulo IV “Análise dos *Findings*”

4.1- Análise das práticas de *reporting*/relato ambiental nas grandes empresas portuguesas no período de 2002,2003 a 2004

Nesta fase do trabalho vamos proceder à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos nos testes estatísticos realizados para as seis categorias definidas e para as variáveis estatísticas descritas, durante os três anos considerados, tendo em conta o número de palavras registadas nas divulgações por nós consultadas.

4.1.1- Tipo de informação fornecida

O primeiro objectivo desta análise, está relacionado com a evolução verificada, a nível da quantidade de palavras reportadas com as divulgações ambientais, pelas grandes empresas em Portugal. O segundo objectivo vai no sentido de avaliar até que ponto estas divulgações são ‘auto-laudatórias’, vide Ferreira (2004), e verificar se a evolução destas mesmas narrativas tem já em conta a introdução de informação qualitativa, em vez de genérica, ou quantitativa, tanto financeira, como não financeira, acompanhando o desenvolvimento verificado para as empresas espanholas, referido no estudo de Moneva e Llena (2000).

Esta categoria, (tipo de informação fornecida), pode ser caracterizada como tendo por base quatro atributos ou variáveis: informação narrativa genérica – NG; informação narrativa qualitativa – NQ; informação quantitativa não financeira – QNF e informação financeira – QF.

Os dois primeiros atributos pertencem à designada informação narrativa, própria deste tipo de divulgações. Tendo em consideração as definições referidas por Moneva e Llena (2000), a narrativa genérica é caracterizada por informação de carácter geral, sendo que esta é composta por meras expressões relacionadas com intenções de adopção de uma política ambiental, referindo, sumariamente: a responsabilidade ambiental como um valor da empresa; a abordagem genérica ao tema da sustentabilidade; ou a breve menção a um sistema de gestão ambiental, sem convicção ou objectividade claramente manifestada.

Já na narrativa qualitativa, as ‘descrições’ podem assumir determinadas informações com um carácter mais estruturado, ou detalhado, garantindo ao leitor que não se trata de uma mera intenção, mas de uma actividade que foi sujeita a alguma ponderação e esquematização

interna. Nesta tipologia, caem descrições relacionadas com medidas, delimitações de objectivos ou acções concretas de monitorização.

Em relação à informação quantitativa podemos distinguir dois tipos: a não financeira e a financeira. A primeira está relacionada com todos os aspectos técnicos e específicos da temática ambiental, desde indicadores de medida, até aos objectivos para esses indicadores. A segunda informação quantitativa prende-se com a actividade financeira e contabilística, podendo ser reflexo de actividade real já contabilizada, ou também relacionada com a área orçamental, assumindo sobretudo um aspecto relacionado com montantes, ou com indicadores financeiros.

Atendendo aos resultados apresentados no quadro 4.1.1 podemos concluir que em termos médios houve um crescimento anual no número de palavras registadas e que esse crescimento é estatisticamente significativo para metade dos atributos considerados. Assim, tendo por base a probabilidade associada ao valor dos testes ANOVA e de Kruskal-Wallis (K-W)¹⁵, as diferenças anuais observadas¹⁶ (em termos médios – ANOVA – e em termos de distribuição – KW) são estatisticamente significativas entre pelo menos dois dos três anos considerados (para um nível de significância de 5%) nos atributos: NG - Narrativa Genérica, Informação Narrativa e Informação Quantitativa (pelo teste de K-W). Nos restantes atributos, e uma vez que não se rejeita a hipótese nula em ambos os testes, o crescimento observado não é estatisticamente significativo.

Os testes de Scheffé e Tukey, apesar da limitação quanto ao pressuposto da igualdade das variâncias, também confirmam que a média das palavras registadas em 2004 é estatisticamente superior à média dessas palavras em 2002 nos atributos NG - Narrativa Genérica e Informação Narrativa. Nestes casos, tanto a informação narrativa como quantitativa registaram grandes subidas, quer no que se refere ao número de empresas, quer ao de palavras reportadas.

É importante salientar, ainda que, no estudo de referência, Moneva e Llena (2000), apenas se denota um progresso assinalável, em termos de informação quantitativa, ligeiramente diferente dos resultados aqui encontrados, dado que os aumentos aqui registados abrangem os dois aspectos, tanto narrativo, como quantitativo.

¹⁵ Este teste foi realizado porque na maior parte dos casos a hipótese da igualdade das variâncias foi rejeitada pondo em causa as conclusões a partir da ANOVA.

¹⁶ Atendendo à hipótese nula dos testes ANOVA e K-W, ao longo do texto quando referimos que o crescimento (evolução) é estatisticamente significativo é sempre em termos médios (ANOVA) e em termos da localização da distribuição (K-W) das variáveis/atributos considerados. Isto implica que, mesmo que não se faça referência explícita, essa evolução deve ser sempre considerada em termos médios (ANOVA) e em termos da localização da distribuição (K-W) das variáveis/atributos analisados.

De salientar, igualmente, a ligeira alteração que estes resultados demonstram, face aos anteriores estudos empíricos apresentados por Eugénio (2004b), cujas conclusões apontavam apenas para formas narrativas/descriptivas.

Quadro 4.1.1-Sumário-Tipo de relato ambiental

Variáveis	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal-Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe Post Hoc	Tukey PostHoc	Nº de Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas					
											(Atributos agregados)				
Tipo de informação	Informação Narrativa	NG-Narrativa Genérica	2002	8'017	57.6%	0,046	0,016			02/03	27	21.4%			
			2003	10'371	41.6%					02/04	0,033	0,024	40	31.7%	
			2004	22'749	49.5%					03/04	47	37.3%			
		NQ-Narrativa Qualidade	2002	3'166	22.7%					02/03	11	8.7%			
			2003	5'122	20.5%					02/04	11	8.7%			
			2004	6'963	15.2%					03/04	17	13.5%			
	Informação Quantitativa	Informação Narrativa	2002	11'183	80.3%	0,033	0,031				02/03	27	21.4%		
			2003	15'493	62.1%						02/04	0,048	0,036	40	31.7%
			2004	29'712	64.7%						03/04	49	38.9%		
		QNF-Não- Financeira	2002	1'945	14.0%						02/03	10	7.9%		
			2003	7'892	31.6%						02/04	14	11.1%		
			2004	14'187	30.9%						03/04	22	17.5%		
QF-Financeira	2002	792	5.7%	02/03	6	4.8%									
	2003	1'573	6.3%	02/04	14	11.1%									
	2004	2'037	4.4%	03/04	16	12.7%									
Informação Quantitativa	2002	2'737	19.7%	0,047	0,065				02/03	13	10.3%				
	2003	9'465	37.9%						02/04	24	19.0%				
	2004	16'224	35.3%						03/04	31	24.6%				
Total	2002	13'920	100.0%	0,022	0,025				02/03	28	22.2%				
	2003	24'958	100.0%						02/04	0,029	0,022	40	31.7%		
	2004	45'936	100.0%						03/04	51	40.5%				

4.1.2- Secção dos relatórios mais utilizados para as divulgações ambientais

Para além da quantidade e forma como as matérias ambientais são relatadas, abordados na anterior categoria, importa também entender quais os meios de relato mais utilizados. O objectivo primordial da análise desta categoria é detectar a tendência evolutiva registada em termos de utilização de variáveis, nomeadamente, de meios de relato voluntário ou dos meios decorrentes da obrigatoriedade legal.

Tal como já tivemos oportunidade de referir, neste estudo foram tidos em conta, vários documentos de relato usados pelas empresas, no sentido de pesquisar sobre as divulgações ambientais. Basicamente, podemos agrupar esses documentos em dois grandes grupos, tal como foi referido na metodologia de recolha de dados.

O primeiro grupo é constituído pelos documentos obrigatórios e previstos por lei, que são sobretudo as contas e o relatório de gestão.

Dentro das contas, gostaríamos de referir que as notas¹⁷ podem ser consideradas o documento contabilístico mais importante para esta temática, nomeadamente as notas 48/50, com pontos específicos, para divulgação das matérias ambientais, e até as notas 34/46, sobre provisões, no caso de contas individuais e consolidadas, respectivamente. Foram igualmente objecto de pesquisa a nota 3, ‘critérios valorimétricos’; nota 8, ‘despesas de instalação’, ‘despesas de investigação e desenvolvimento’; e nota 31, “compromissos financeiros”, no sentido de detectar as contingências que digam respeito às responsabilidades com danos ambientais. De referir que as contas e, no caso em particular do universo considerado, as notas são objecto de análise de conformidade e certificação pelos auditores externos.

Como já referido e de acordo com as características das empresas, podemos ainda considerar outros documentos como obrigatórios, tais como: certificação legal de contas, parecer do fiscal único, informação ao investidor, de acordo com o previsto pelo CSC - Código das Sociedades Comerciais e com os regulamentos da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

No que se refere ao relatório de gestão, sendo este um elemento obrigatório e que acompanha, de uma forma geral, as contas, existe uma chamada de atenção obrigatória, para a necessidade de os factos ambientais serem relatados pela Gestão. A DC nº 29, baseada no artigo nº 66 do CSC, enuncia quais devem ser as matérias a referir, mas não existe uma metodologia completa e/ou uma definição do conteúdo absolutamente fechada. No que se

¹⁷ Notas, igualmente designadas como ABDR - Anexo ao balanço e demonstração de resultados.

refere ao relatório de gestão e, nomeadamente, às divulgações ambientais, cabe apenas aos auditores pronunciarem-se sobre alguns aspectos quantitativos, inseridos nesse relatório, e sobre certas considerações mencionadas pela directriz.

Como não obrigatórios, destacamos a informação de carácter geral, as mensagens dos presidentes do conselho de administração, os relatórios de sustentabilidade de carácter social e ambiental, tanto separados, como inseridos no relatório de gestão, sendo estes documentos, sobretudo, os relatórios de sustentabilidade ou ambiental, passíveis de serem sujeitos a auditorias independentes, sendo esta possibilidade (auditoria) deixada completamente ao critério de cada empresa.

Tal como na categoria anterior, e tendo por base os resultados apresentados no quadro 4.1.2, podemos concluir em termos gerais (linha total) que o crescimento observado no número de palavras registadas de 2002 para 2004 é estatisticamente significativo. Atendendo à probabilidade associada ao valor dos testes ANOVA e K-W, 0,025 e 0,022 respectivamente, podemos concluir que a diferença nas médias (confirmado pelos testes de Scheffé e Tukey) e nas distribuições é estatisticamente significativa nos anos 2002 e 2004.

Contrariamente às conclusões de Moneda e Llena (2000), é sobretudo a nível do atributo/variável contas que se verificam as alterações mais significativas, pois cerca de dezassete empresas passaram a reportar informação ambiental neste meio de divulgação representando um incremento de 15,9 % em 2004. Os resultados dos testes ANOVA e K-W também confirmam este incremento no número de palavras registadas. A introdução da directriz contabilística nº 29, nomeadamente nos seus aspectos ligados às notas, parece pois ter sido o factor fundamental, no incremento de informação. É evidente que o impacto da evolução ocorrida com as contas se repercute na variável relatórios de carácter obrigatório onde a hipótese nula do teste K-W também se rejeita ainda que para um nível de significância de pelo menos 10%.

Importa ainda referir que, muito embora o relatório de gestão seja o atributo mais utilizado, pelo menos a nível do número de empresas, tendo registado incrementos cerca de 34,1%, a significância estatística associada ao valor dos testes ANOVA e K-W é inferior à da variável Contas não evidenciando diferenças estatisticamente significativas no número de palavras registadas nos três anos considerados. Tal significa que o relatório de gestão não terá beneficiado tão fortemente, como as contas, da implementação da DC nº 29.

Este resultado, verificado no relatório de gestão, está em linha com as conclusões obtidas no estudo de referência, apresentado por Moneda e Llena (2000). De notar, igualmente, a ligeira alteração que estes resultados demonstram, face aos anteriores estudos

empíricos apresentados por Eugénio (2004b) e Ferreira (2004), onde as conclusões referiam a importância do relatório de gestão, como o meio mais escolhido para este tipo de divulgação.

No que se refere aos relatórios voluntários, relatórios ambientais ou de sustentabilidade por exemplo, muito embora a sua evolução tivesse sido importante em termos absolutos (o número de palavras utilizadas, no último ano do estudo, representa cerca de 74,1 % das palavras reportadas) a mesma não foi suficientemente forte para rejeitar a igualdade das distribuições através do teste K-W nos três anos considerados, contrariando de certa forma as conclusões apresentadas no estudo das grandes empresas espanholas que é tomado aqui como referência. Contudo, e apesar das limitações por via da violação de um dos seus pressupostos, o resultado do teste ANOVA evidencia um crescimento estatisticamente significativo no valor médio das palavras registadas.

No caso das grandes empresas portuguesas, são as contas a secção que, claramente, sofreu maior impulso. A introdução da DC 19 parece ser, assim, o factor determinante, para nortear o aumento destas divulgações, sobretudo nos aspectos de carácter estreitamente contabilístico, parecendo ser estes aspectos os que as empresas privilegiam na comunicação com os seus *stakeholders*. De notar que, contrariamente às conclusões de Larrinaga *et al.*, (2002), que refere que a directriz contabilística ambiental, introduzida em Espanha, teve apenas um carácter administrativo, em Portugal, não se verificou esses resultados, denotando-se já um desenvolvimento apreciável nesta área.

Quadro 4.1.2-Sumário-Secção ou tipo de relatório dedicado ao relato ambiental

	Variaveis (Atributos agregados)	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal- Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe Post Hoc	Tukey Post Hoc	Nº Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas	
Secção ou tipo de relatório dedicado ao relato ambiental	Obrigatório				0,002	0,011						
		Contas	2002	125	0.9%			02/03			3	2.4%
			2003	1'433	5.7%			02/04	0,012	0,008	15	11.9%
			2004	2'360	5.1%			03/04			20	15.9%
		Relatório de Gestao	2002	6'621	47.6%			02/03			25	19.8%
			2003	9'805	39.3%			02/04			36	28.6%
			2004	8'832	19.2%			03/04			43	34.1%
						0,058	0,409					
		Relatorios Obrigatórios	2002	6'746	48.5%			02/03			26	20.6%
	2003		11'278	45.2%			02/04			39	31.0%	
	2004		11'190	24.4%			03/04			48	38.1%	
	Voluntário	Outros Elementos Informativos de Gestao	2002	445	3.2%			02/03			4	3.2%
			2003	1'130	4.5%			02/04			9	7.1%
			2004	712	1.5%			03/04			9	7.1%
						0,088	0,017					
Outros Relatórios Separados		2002	6'729	48.3%			02/03			6	4.8%	
		2003	12'590	50.4%			02/04	0,028	0,021	8	6.3%	
	2004	34'032	74.1%			03/04			16	12.7%		
				0,108	0,021							
Relatorios Voluntários	2002	7'174	51.5%			02/03			9	7.1%		
	2003	13'680	54.8%			02/04	0,031	0,023	12	9.5%		
	2004	34'746	75.6%			03/04			20	15.9%		
				0,022	0,025							
Total	2002	13'920	100.0%			02/03			28	22.2%		
	2003	24'958	100.0%			02/04	0,029	0,021	40	31.7%		
	2004	45'936	100.0%			03/04			51	40.5%		

4.1.3- Políticas e Projectos Ambientais

Para além de algumas abordagens mais descritivas das divulgações ambientais, importa analisar um conjunto de aspectos reveladores do comportamento, valores e gestão das empresas, que decidimos designar genericamente por políticas e projectos ambientais, adoptados pelas empresas.

Nesta categoria, como é referido na grelha de análise (ver quadro A 1.1), foram considerados cinco atributos ou variáveis, que serviram para classificar as divulgações

encontradas ao longo dos relatórios analisados, com vista a captar alguns aspectos de comportamento e da acção das empresas, nestas matérias.

Os dois primeiros atributos ou variáveis, política ambiental e sistemas de gestão ambiental, não foram objecto de detalhe, uma vez que os seus conteúdos são mais intuitivos e claros, não oferecendo dúvidas relevantes, sendo classificadas empresas ou palavras que referissem esses aspectos.

Já no que se refere ao atributo ou variável, aspectos e acções de carácter externo, no sentido de tornar mais objectiva a classificação e de clarificar o seu conteúdo, o mesmo foi composto a partir das seguintes vertentes: participação em comités e organismos de responsabilidade ambiental e social; prémios e louvores recebidos; eventos de sensibilização ambiental e ligação à comunidade; e, finalmente, descrição de *milestones* atingidos, em questões ambientais.

Relativamente ao atributo factores, também a recolha de informação teve por base aspectos precisos, relacionados especialmente com uma causa, cuja composição deu origem ao citado atributo, evidenciando-se os seguintes aspectos: menção a legislação relacionada com questões ambientais; inclusão de referências ambientais, como factores de risco do negócio; preocupação e acções relacionadas com alterações climáticas; e relato ou plano de acção para incidentes.

Por último, o atributo, aspectos relacionados com sistemas ambientais agregou a adesão a sistemas ou iniciativas de *reporting* ambiental, como as normas GRI e auditorias, relativas tanto ao sistema de gestão ambiental, como aos aspectos de *accountability*.

Tendo por base os resultados do quadro 4.1.3, podemos concluir que em termos gerais a evolução crescente no número de palavras reportadas não pode ser considerada estatisticamente significativa tendo em conta a probabilidade associada ao valor dos testes K-W (0,092) e ANOVA (0,061). Em ambos os casos, e para um nível de significância de 0,05, não se rejeita a hipótese da igualdade das distribuições (K-W) e das médias (ANOVA) entre pelo menos dois dos três anos considerados. De salientar ainda que o número de empresas que produziram este tipo de divulgação ambiental atingiu no período em análise cerca de 36,5 % (ver quadro 4.1.3).

Apesar de em termos gerais o crescimento observado no número de palavras reportadas não poder ser considerado estatisticamente significativo, no caso particular da variável política ambiental rejeita-se a hipótese nula dos testes K-W e ANOVA o que significa que a evolução crescente nesta variável é estatisticamente significativa entre os anos de 2002 e 2004. Este é também o atributo mais referido pelas empresas: cerca de 34,1 % da

amostra refere divulgações ambientais, classificadas no âmbito do atributo política ambiental para o ano de 2004, onde basicamente é utilizada uma tipologia de relato narrativa, sendo que a importância atingida se ficou a dever, sobretudo, à introdução dos relatórios separados, nomeadamente de sustentabilidade (ver quadros A 3.3.1, A 3.3.2 e A 3.3.3).

Em muitos dos casos, as questões abordadas mais importantes são: a análise e a definição de prioridades e objectivos da política ambiental da empresa; a explicação de quais as áreas de impacto ambiental da empresa; as acções empreendidas, para controlo, bem como os resultados e expectativas da monitorização das mesmas. Neste atributo, é comum a referência a princípios de sustentabilidade e também à associação a outras políticas e acções, que a empresa tem de levar a cabo, nomeadamente, 'saúde, segurança no trabalho e qualidade'. Estas conclusões estão em linha com os anteriores estudos empíricos, apresentados para as empresas portuguesas (Eugénio 2004b).

Embora a evolução crescente observada não seja estatisticamente significativa, o atributo sistema de gestão ambiental parece ter um papel constante, nas divulgações em causa, sobretudo pelo número de empresas que o refere, cerca de 25,4 %. Claramente, a norma ambiental *ISO 14000* é a referência básica, utilizada pela maioria das empresas. Também a associação a outras normas acontece, nomeadamente a normas de qualidade *strictu sensu*, ou a normas de saúde e segurança no trabalho. O tipo de divulgações mais utilizadas por este atributo são as narrativas genéricas, tendo também o aumento destas divulgações beneficiado com o aparecimento dos relatórios de sustentabilidade (ver quadros A 3.3.1, A 3.3.2 e A 3.3.3).

Relativamente ao atributo aspectos e acções de carácter externo, para além de não ter atingido incrementos que possam ser considerados estatisticamente significativos, tem um peso muito mais diminuto, sobretudo em número de empresas que o mencionou, atingindo apenas 17,5%.

Contudo a sua evolução, em termos de palavras utilizadas, tem sido importante, principalmente pelo relato da realização de eventos com a comunidade, de cariz ambiental. Podemos concluir que é manifesta a apetência para o início e arranque de divulgação de eventos realizados, com e para, a comunidade, de cariz ambiental, parecendo que as empresas pretendem interagir com a comunidade, tentando demonstrar as suas acções de responsabilidade social, transmitindo algo através das acções desenvolvidas, não se limitando apenas a dar informação. A menção à participação em organizações ou associações é um dos aspectos onde começa a ser notória uma maior divulgação, concretamente, referimos a

participação no BCSD Portugal¹⁸ e também da GRACE¹⁹. É igualmente dado relevo, em termos de divulgação, à participação internacional em comités ambientais, associados a indústrias específicas, como as cimenteiras e telecomunicações. Tal como foi referido para os anteriores atributos, o desenvolvimento do atributo, aspectos e acções de carácter externo, beneficiou, com a introdução dos relatórios de sustentabilidade. Relativamente a este tipo de informação, trata-se de um dos atributos que evoluiu no sentido da utilização de informação quantitativa não financeira (ver quadros A 3.3.1, A 3.3.2 e A 3.3.3).

O atributo factores, tal como com os anteriores atributos, não apresentou incrementos estatisticamente significativos. Contudo, e apesar das limitações por via da violação de um dos seus pressupostos, o resultado do teste ANOVA evidencia um crescimento estatisticamente significativo no valor médio das palavras registadas. De salientar, a apreciável subida que alguns dos seus aspectos registaram, tais como: menção expressa às preocupações com alterações climáticas e alterações no ambiente, bem como o impacto da legislação e regulamentações sobre estas áreas.

As divulgações realizadas, no atributo factores, parecem denotar que o mundo empresarial não pode viver alheio aos perigos e ameaças decorrentes de todas as alterações climáticas e ambientais e, como tal, refere (o mundo empresarial) isso nos seus relatórios, numa tentativa de interagir com os problemas da sociedade. As preocupações e a pressão, trazidas por toda a legislação e planos de ambiente, começaram a ser objecto de divulgação, tanto do ponto de vista da conformidade destes, como de previsíveis dificuldades e ameaças económicas. São objecto de divulgação protocolos, licenciamentos e compromissos assinados com as ‘autoridades com tutela sobre o ambiente’.

Os aspectos legislativos que mais preocupam as grandes empresas, em Portugal, são os relacionados com as emissões de poluentes atmosféricos, toda a temática de *Quioto* e as questões relacionadas com resíduos. De referir ainda que alguns assuntos foram escassamente relatados pelas empresas, como os relacionados com os incidentes e divulgações sobre os impactos ambientais, no risco global das empresas, sendo estes apenas inseridos no relatório de governação, que algumas empresas divulgam.

Sobre o atributo aspectos relacionados com sistemas, é de referir que o incremento registado é ainda diminuto, não sendo, como tal, considerado estatisticamente significativo. Contudo, é de realçar dois aspectos, a saber: auditorias de conformidade ou de atribuição a

¹⁸ BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, associado do World Business Council for Sustainable Development.

¹⁹ GRACE – Associação sem fins lucrativos, para o fomento da participação das empresas nas comunidades em que se inserem.

sistema de gestão ambiental e a adesão ao GRI, em 2004, que começa a ser mencionada, sobretudo pelas maiores empresas, como esquema utilizado para a preparação de relatórios de sustentabilidade das empresas. Um número reduzido de empresas apresentam relatório de auditoria independente, relativo aos relatórios de sustentabilidade, nomeadamente, a utilização da norma AA1000.

À semelhança do caso espanhol, (Moneva e Llena, 2000) são os aspectos de política ambiental, aqueles que são objecto de maior atenção pelas grandes empresas portuguesas.

Quadro 4.1.3-Sumário-Políticas e Projectos ambientais adoptadas pelas Empresas

Projectos e Políticas Ambientais Adoptadas pelas Empresas					0,040					
						0,036				
Política ambiental ou referências a Política de sustentabilidade	2002	3'155	32.8%			02/03		31	24.6%	
	2003	4'683	31.2%			02/04	0,049 0,038	35	27.8%	
	2004	8'849	31.7%			03/04		43	34.1%	
	2002	1'299	13.5%			02/03		17	13.5%	
	2003	1'790	11.9%			02/04		27	21.4%	
	2004	2'741	9.8%			03/04		32	25.4%	
	2002	3'535	36.7%			02/03		20	15.9%	
	2003	5'734	38.2%			02/04		15	11.9%	
	2004	9'736	34.9%			03/04		22	17.5%	
Aspectos e Acções ambientais de carácter externo					0,189	0,030				
	2002	979	10.2%			02/03		18	14.3%	
	2003	1'640	10.9%			02/04	0,048 0,037	21	16.7%	
Factores	2004	4'400	15.8%			03/04		23	18.3%	
	2002	671	7.0%			02/03		13	10.3%	
	2003	1'171	7.8%			02/04		13	10.3%	
Aspectos relacionados com Sistemas	2004	2'185	7.8%			03/04		19	15.1%	
					0,092	0,061				
	2002	9'629	100.0%			02/03		31	24.6%	
Total	2003	15'018	100.0%			02/04		38	30.2%	
	2004	27'911	100.0%			03/04		46	36.5%	

4.1.4- Actividades e Objectivos Ambientais

Dado ser uma categoria com cariz mais técnico e no sentido de abranger os principais aspectos de poluição e de eventuais riscos inerentes às actividades e aos negócios, procedemos à definição de dezanove aspectos de base, sendo os mesmos agregados em onze atributos ou variáveis, abrangendo as principais áreas e até actuações de poluição, que as empresas pertencentes aos vários sectores de actividade económica podem ter de enfrentar (ver quadro A 1.1). Estes aspectos ambientais foram recolhidos do artigo de referência, Moneva e Llena (2000), e da parte C do próprio GRI.

Esta agregação de atributos teve por base a necessidade de levar a efeito a análise de conteúdo que nos propusemos. Foram englobadas no âmbito do atributo resíduos tanto as questões relacionadas com resíduos sólidos, como líquidos. No atributo terrenos, agregámos tanta contaminação de solos e acções de despoluição, como remediação de terrenos. Em segurança e acidentes, foram associados aspectos de segurança, ambiente de trabalho e acidentes propriamente ditos. No que se refere a energia, foram agrupados tantos aspectos de energias alternativas, como até economia de consumos. Relativamente aos restantes atributos, os mesmos não foram consolidados, sendo o seu tratamento considerado de forma individual, encontrando-se nestas circunstâncias os seguintes: emissão de poluentes gasosos, abastecimento de água, águas residuais, biodiversidade, produtos e processos e, por último, ruído.

Tal como na categoria anterior, e tendo por base os resultados do quadro 4.1.4, podemos concluir que em termos gerais a evolução crescente no número de palavras reportadas não pode ser considerada estatisticamente significativa, uma vez que a probabilidade associada ao valor do teste K-W e ANOVA é em ambos os casos superior a 0,05. No teste K-W o valor dessa probabilidade é bastante elevado, não podendo ser rejeitada a hipótese nula, ou seja, conclui-se que não se verificaram alterações significativas na distribuição (localização) das palavras reportadas, nas divulgações das actividades e objectivos ambientais adoptados pelas empresas portuguesas no período considerado. Em termos de números de empresas que aderiram a divulgação deste tipo de aspectos e de salientar que o mesmo atingiu 20,6%, para o último ano do período do estudo.

Ainda que nos confrontemos com a situação de ausência de significância estatística no incremento em termos gerais, analisamos de seguida os atributos emissão de poluentes gasosos e energia cuja probabilidade associada aos testes K-W e ANOVA mais se aproxima de 0,05.

A emissão de poluentes gasosos apresenta uma evolução crescente no número de palavras reportadas. Este incremento representa cerca de 15,9% da amostra, sendo que mais de treze empresas procederam a divulgações sobre actividade ambiental para os anos de 2002/04. O atributo energia apresenta igualmente uma evolução claramente positiva e estatisticamente significativa (a probabilidade associada ao valor do teste de K-W é 0,044). Mais uma vez, parece que as questões de *Quioto* e os problemas energéticos se fizeram reflectir directamente no *reporting* e atenção dada aos vários atributos pelas empresas.

Embora sem poder ser considerados estatisticamente significativos, é de realçar a evolução registada pelos atributos relativos aos resíduos e à reciclagem, denotando a importância que estes assumem, conjugando tanto o número de empresas que os reportaram, como a quantidade de palavras referidas pelas empresas. Nas mesmas circunstâncias do ponto de vista estatístico, sem significância relevante, mas com evolução assinalável, em termos absolutos, encontram-se também os atributos de biodiversidade e de abastecimento de água.

Nesta categoria, assistimos, no decurso dos três anos de análise, à diminuição da utilização do tipo de informação narrativa, prevalecendo o uso da informação quantitativa de carácter não financeiro. Basicamente, indicadores associados às características técnicas de cada um dos atributos foram introduzidos, quer nos relatórios obrigatórios, quer nos relatórios de carácter voluntário. Existem ainda alguns atributos, como, por exemplo, a biodiversidade, que ainda utilizam, em exclusivo, a informação narrativa. De realçar que informação quantitativa não financeira está praticamente presente em todos os atributos desta categoria. Também no que se refere à secção de relatórios utilizados, tanto em número de empresas, como, em especial, no que se refere à quantidade de palavras registada, são claramente as secções de carácter voluntário que ganharam a preferência deste tipo de divulgação. A evolução sofrida é muito significativa, tendo sido esta categoria praticamente toda transportada para a zona dos relatórios de sustentabilidade separados (ver quadros A 3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3.).

Contrariamente ao que referem Moneva e Llena (2000), parece que as grandes empresas portuguesas, apenas em alguns aspectos, como a emissão de poluentes gasosos e energia, reflectem uma consciência apurada dos problemas ambientais, estando os restantes numa fase de amadurecimento.

Quadro 4.1.4-Sumário-Actividades e Objectivos de Protecção Ambiental adoptadas pelas Empresas

Actividades e Objectivos de protecção ambiental adoptadas pelas Empresas

Variaveis	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal-Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe Posc Hoc	Tukey Posc Hoc	Nº Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas
(Atributos agregados)										
Residuos	2002	472	11.4%			02/03			8	6.3%
	2003	1'461	17.0%			02/04			16	12.7%
	2004	2'224	14.1%			03/04			19	15.1%
Abastecimento de Agua	2002	351	8.5%			02/03			4	3.2%
	2003	512	6.0%			02/04			8	6.3%
	2004	1'188	7.5%			03/04			12	9.5%
Aguas Residuais	2002	197	4.8%			02/03			5	4.0%
	2003	594	6.9%			02/04			13	10.3%
	2004	1'003	6.4%			03/04			11	8.7%
Terrenos	2002	100	2.4%			02/03			3	2.4%
	2003	93	1.1%			02/04			2	1.6%
	2004	353	2.2%			03/04			3	2.4%
Segurança e Acidentes	2002	500	12.1%			02/03			6	4.8%
	2003	419	4.9%			02/04			7	5.6%
	2004	263	1.7%			03/04			7	5.6%
Biodiversidade	2002	307	7.4%			02/03			3	2.4%
	2003	791	9.2%			02/04			5	4.0%
	2004	1'418	9.0%			03/04			8	6.3%
Produtos/ Processos	2002	480	11.6%			02/03			15	11.9%
	2003	385	4.5%			02/04			4	3.2%
	2004	883	5.6%			03/04			11	8.7%
Reciclagem	2002	250	6.1%			02/03			14	11.1%
	2003	723	8.4%			02/04			10	7.9%
	2004	1'370	8.7%	0,044	0,062	03/04			15	11.9%
Energia	2002	487	11.8%			02/03			6	4.8%
	2003	1'445	16.9%			02/04			13	10.3%
	2004	2'508	15.9%			03/04			19	15.1%
Ruido	2002	92	2.2%			02/03			3	2.4%
	2003	657	7.7%			02/04			10	7.9%
	2004	1'120	7.1%			03/04			6	4.8%
Emissao de poluentes gasosos	2002	893	21.6%	0,064	0,058	02/03			7	5.6%
	2003	1'490	17.4%			02/04			18	14.3%
	2004	3'454	21.9%			03/04			20	15.9%
Total	2002	4'129	100.0%	0,292	0,058	02/03			15	11.9%
	2003	8'570	100.0%			02/04	0,062	0,049	24	19.0%
	2004	15'784	100.0%			03/04			26	20.6%

4.1.5- Dados Financeiros e Contabilísticos

Pela importância e impacto, na relação entre as empresas e os *stakeholders* e pelo facto de ter ocorrido a emissão e publicação da Directriz Contabilística nº 29, procedemos à análise sobre a evolução registada em termos de divulgações financeiras e contabilísticas. Com vista a detalhar este aspecto, foi dada especial atenção à análise de conteúdo das notas 48/51 do ABRD. Para além dessas notas, também passámos em revisão, as notas nº 3, 8, 31 e 34/46, no sentido de obter alguma outra informação ambiental além da demais informação contabilística. Em termos de atributos e variáveis em análise, estes foram definidos, tendo em conta os conceitos previstos na DC nº 29: dispêndios correntes, investimentos, provisões ou passivos, activos ou dispêndios capitalizados e contingências de carácter ambiental.

Se a anterior categoria, actividade/objectivos ambientais, aportou em termos absolutos, para o relato apresentado pelas grandes empresas, grande quantidade de informação quantitativa não financeira, as divulgações financeiras contabilísticas parecem ter trazido ao relato a informação quantitativa financeira ambiental que faltava. Embora ainda não com a abrangência necessária, uma vez que algumas empresas importantes, com já longos e desenvolvidos relatórios de informação ambiental, enfermam ainda da falta de um sistema contabilístico que lhes permita dar informação de carácter contabilístico completa e fidedigna, é de salientar os passos sólidos verificados, sobretudo no último ano de 2004, quer em quantidade de informação relatada quer em número de empresas.

Seguindo a mesma metodologia adoptada nos atributos anteriores, e tendo por base os dados do quadro 4.1.5, podemos concluir que em termos gerais a evolução crescente observada pode ser considerada estatisticamente significativa. Em geral todos os atributos, à excepção dos investimentos ambientais, tiveram uma evolução estatisticamente significativa (em termos médios e de distribuição).

De referir que, em 2002, não existia qualquer tipo de divulgação, sendo que, a partir dessa data, claramente em associação com a publicação da Directriz contabilística nº 29, começaram a surgir as divulgações.

Uma breve menção à existência de uma política ambiental é a forma mais comum, que as empresas da amostra em referência têm escolhido, para iniciarem o relato de divulgações da nota 48/50.

Quase todas as empresas apresentam quadros com valores numéricos, separando o que são dispêndios correntes dos que são capitalizados. A apresentação destes dispêndios segue normalmente as definições e até a numeração prevista pelo *Eurostat* (constante do apêndice

IX da DC nº 29). A contabilização dos dispêndios correntes é apresentada, tendo em conta a natureza do detalhe dos custos. Porém, existem algumas empresas que excluem da contabilização dos dispêndios ambientais correntes, custos com pessoal. De referir que, na análise levada a cabo, não foi possível concluir sobre o tratamento dado às amortizações do exercício de dispêndios capitalizados.

No que se refere aos dispêndios capitalizados, existe menção ao investimento subjacente, nomeadamente, a investimentos de adaptação ou de fim de linha, e a alguma informação relacionada com os proveitos futuros que justifiquem a sua capitalização.

Relativamente aos incentivos recebidos, no caso de ser aplicável, é regularmente feita alusão aos mesmos, sendo em alguns casos contabilizado o diferimento desses proveitos, com vista à conjugação destes com as amortizações de investimentos associados.

No que se refere à contabilização de provisões, é igualmente verificado em vários casos, que o cálculo destas, é suportado por entidades independentes, sobretudo para restauro de locais ou de desmantelamento de actividades. Para estes casos, também é referida, por vezes, a constituição de provisões de forma faseada, associada a períodos de exploração. Na maior parte das situações, é feita declaração de ausência e desconhecimento de factos que justifiquem qualquer menção a provisões ou contingências ambientais.

São mencionados, como possíveis contingências, hipotéticos e eventuais custos de algumas empresas, derivados da necessidade de aquisição de licenças de CO₂, com a implementação das regras de *Quioto*. Embora com carácter muito pontual, constatamos a divulgação de aplicação de taxas/multas de carácter ambiental, por sinal em contestação nos tribunais, devidamente descritas e quantificadas.

Contrariamente à conclusão do estudo de Moneva e Llena (2000), tomado por referência, respeitante ao caso das grandes empresas espanholas, a utilização das contas anuais, nomeadamente das notas, apresenta, no caso português, um desenvolvimento considerável, quer pela utilização dos conceitos contabilísticos, quer pelo tipo de informação contabilística revelada.

Quadro 4.1.5-Sumário-Aspectos Financeiros e Contabilísticos ambientais incluídos nas Contas Anuais e outros Relatórios

Variaveis	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal-Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe	Tukey	Nº Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas	
							Posc Hoc	Posc Hoc			
(Atributos agregados)											
Aspectos Financeiros e Contabilísticos ambientais incluídos nas contas anuais e outros relatórios	Dispendios Ambientais	2002	14	9.9%	0,018	0,238				1	0.8%
		2003	685	49.9%					10	7.9%	
		2004	695	31.0%					11	8.7%	
	Investimentos Ambientais	2002	127	90.1%	0,008	0,023				3	2.4%
		2003	210	15.3%					8	6.3%	
		2004	438	19.5%					10	7.9%	
	Provisões ou passivos Ambientais	2002	0	0.0%	0,046	0,066				0	0.0%
		2003	152	11.1%					7	5.6%	
		2004	406	18.1%					11	8.7%	
	Activos Ambientais	2002	0	0.0%	0,008	0,020				0	0.0%
		2003	177	12.9%					6	4.8%	
		2004	380	17.0%					7	5.6%	
	Contingencias Ambientais	2002	0	0.0%	0,005	0,017				0	0.0%
		2003	149	10.9%					7	5.6%	
		2004	322	14.4%					11	8.7%	
	Total	2002	141	100.0%						4	3.2%
		2003	1'373	100.0%						16	12.7%
		2004	2'241	100.0%						20	15.9%

4.1.6- Análise Sectorial

Decorrentes dos três factores diferenciadores, como sejam: empresa cotada, subsidiária estrangeira ou empresa pública, procedemos à análise, com vista a identificar, se estes grupos têm comportamentos diferentes ou iguais, em relação à amostra das grandes empresas portuguesas.

Desde já e de acordo com o quadro 4.1.6, é notória a diferença de resultados obtidos, de acordo com os factores diferenciadores determinados. Tal como referimos anteriormente,

procedemos à realização do teste de Mann-Whitney (M-W)²⁰, para os três grupos mencionados, considerando tanto as categorias, como atributos/variáveis, tidos em conta no estudo realizado para as grandes empresas portuguesas, e utilizando também as mesmas unidades de contagem, ou seja número de palavras reportadas.

Quando se comparam as empresas cotadas e não cotadas, e tendo em conta a probabilidade associada ao valor do teste de M-W, a diferença nas distribuições é estatisticamente significativa em praticamente todos os atributos o que revela evoluções diferenciadas entre aqueles dois tipos de empresas. Atendendo ao número médio de palavras reportadas, e no que concerne às divulgações ambientais, este é superior nas empresas cotadas.

Pelos resultados obtidos podemos concluir que as empresas cotadas, talvez por terem um maior número de *stakeholders*, assumem a emissão de divulgações ambientais como necessárias e quiçá mais exigentes do que as restantes empresas. O facto de estar cotado em bolsa de valores parece ser um factor que faz despoletar toda esta dinâmica de informação.

Parece também que são estas empresas as que, efectivamente, têm necessidade de produzir, em todos os aspectos, as divulgações que estivemos a analisar. Todos os meios, desde os mais clássicos, como a utilização do relatório de gestão, às narrativas genéricas, são conjugados com os factores e atributos mais modernos, tais como: os relatórios separados, a informação quantitativa, as acções ambientais externas, e todas as actividades ambientais (excepção feita à segurança e acidentes), passando pelas contabilísticas (com excepção do atributo das contingências ambientais). Surpreendente, ainda que interessante, é o confronto entre os resultados obtidos neste estudo e os anteriormente publicados, no estudo das grandes empresas espanholas, onde ser cotado constituía um factor desinteressante e pouco motivador, para qualquer divulgação de carácter ambiental. Contudo este resultado confirma as anteriores conclusões dos estudos empíricos, feitos para as empresas portuguesas (Eugénio 2004b), e alinhadas com algumas das conclusões apresentadas por Cormier e Magnan (2003), no estudo relativo à realidade francesa.

Ao comparar as empresas subsidiárias estrangeiras com as empresas de capital nacional, e tendo em conta a probabilidade associada ao valor dos testes de M-W, a diferença nas distribuições não é estatisticamente significativa em praticamente todos os atributos/varáveis, o que revela não existir comportamentos diferenciados entre aqueles dois

²⁰ Uma vez que os dados violavam pelo menos um dos pressupostos (normalidade das distribuições e igualdade das variâncias) do teste *t* recorremos ao teste não paramétrico de Mann -Whitney para aferir sobre a diferença nas distribuições.

tipos de empresas. Como excepção, é de mencionar as variáveis contas, ruído e dispêndios ambientais (ainda que para um nível de significância de 10%), cujas diferenças de distribuição São estatisticamente significativas. Atendendo ao número médio de palavras reportadas, excepto para os casos referidos, estas são inferiores nas empresas subsidiárias estrangeiras.

Contrariamente ao caso espanhol, (Moneva e Llena 2000), tudo leva a crer que as subsidiárias estrangeiras actuam numa total ausência de pressão de *stakeholders* directos, nomeadamente dos investidores no mercado de capitais. A falta de algum mimetismo das actividades de divulgação ambiental, levada a cabo pelas suas casa-mãe, parece também resultar nesta ausência de divulgações, denotando-se até algum desinteresse no enquadramento nacional que têm.

No que se refere às empresas públicas, como afirmou Cormier e Gordon (2001), a obrigação de reportar está associada a formas de controlo, nomeadamente por entidades públicas. Sem qualquer dificuldade, podemos detectar uma tendência entre a das empresas cotadas e a das empresas subsidiárias estrangeiras, reflectindo-se sobretudo nos aspectos que tradicionalmente as empresas portuguesas fazem incidir o seu relato ambiental.

Confrontando as empresas públicas com as empresas privadas, e tendo em conta a probabilidade associada ao valor do teste de M-W, a diferença nas distribuições é estatisticamente significativa em particular para alguns atributos/variáveis, como sejam: narrativa genérica, relatório de gestão, politica e sistemas ambientais, factores, passivos e contingências de carácter ambiental, o que revela existir evoluções diferenciadas entre aqueles dois tipos de empresas. Atendendo ao número médio de palavras reportadas, sobretudo para os atributos/variáveis mencionados, estas são superiores nas empresas públicas.

Quadro 4.1.6-Sumário de resultados do teste “Mann-Whitney” por factores diferenciadores: Cotada, Subsidiária Estrangeira ou Pública

		Mann -Whitney Test											
		Cotada	Não Cotada	M-W	T-Test	Sub. Estrangeira	Nacional	M-W	T-Test	Pública	Privada	M-W	T-Test
		Mean	Mean			Mean	Mean			Mean	Mean		
Tipo de relato ambiental	Narrativa Genérica	254.03	55.88	0.000	0.000	95.63	112.49			141.08	105.47	0.003	0.522
	Narrativa Qualidade Quantitativa não Financeira	130	22.26	0.002	0.022	31.35	56.41			28.62	53.5		
	Quantitativa Financeira	168.25	30.76	0.000	0.004	59.61	69.70			106.50	63.4		
	Total	582.,92	120.05	0.000	0.000	209.12	253.30			291.19	238.88	0.019	0.678
									0.016	0.212			
Secção do relatório	Contas	26.33	10.26	0.013	0.050	25.37	11.66			18.96	14.09		
	Relatório de Gestão	137.08	53.96	0.000	0.005	69.47	78.02			151.54	68.15	0.002	0.012
	Outros elementos informativos de Gestão	11.32	5.69	0.052	0.263	3.95	8.07			3.23	7.62		
	Outros Relatórios	408.19	50.14	0.000	0.001	110.33	155.56			117.46	149.02		
	Total	582.93	120.05	0.000	0.000	209.12	253.30			291.19	238.88	0.019	0.678
Políticas e Projectos ambientais	Política ambiental ou referências a Política de sustentabilidade	127.21	28.68	0.000	0.001	42.02	58.56			56.46	54.90	0.023	0.956
	Sistema de Gestão Ambiental	42.06	11.81	0.000	0.002	12.95	21.77			39.81	17.77	0.000	0.032
	Aspectos e Acções ambientais de carácter	37.72	4.95	0.000	0.005	7.96	15.27			4.62	14.70		
	Factores	49.40	11.95	0.001	0.016	11.89	24.69			41.62	19.88	0.034	0.017
	Aspectos relacionados com Sistemas	42.82	2.70	0.000	0.001	8.09	14.88			4.00	14.45		
	Total	299.21	60.10	0.000	0.000	82.91	135.17			146.50	121.70	0.003	0.351
Actividades objectivos ambiental	Resíduos	34.86	8.4	0.018	0.010	10.52	16.77			18.42	15.20		
	Abastecimento de Agua	20.19	3.05	0.001	0.006	0.91	9.36			11.50	7.24		
	Agua Residuais	14.74	3.74	0.000	0.028	3.31	7.55			18.08	5.47		
	Terrenos	6.81	0.29	0.020	0.129	0.31	2.47			0.77	2.17		
	Segurança e Acidentes	2.29	5.19			13.69	2.07			0.00	4.88		
	Biodiversidade	23.6	4.17	0.005	0.044	8.19	9.69			14.27	8.86		
	Produtos/ Processos	17.92	2.34	0.003	0.021	6.24	6.59			1.15	7.10		
	Reciclagem	22.83	3.45	0.000	0.007	7.22	9.02			0.00	9.59	0.053	0.000
	Energia	43.31	6.74	0.000	0.002	9.65	18.31			13.69	16.88		
	Ruido	16.35	3.53	0.002	0.091	0.00	8.73	0.033	0.015	25.73	4.96	0.045	0.351
	Emissao de poluentes gasosos	53.44	10.15	0.000	0.003	4.11	26.24			27.65	21.15		
Total	256.33	51.04	0.000	0.001	64.15	116.8			131.27	103.50			
Aspectos Financeiros Contabilísticos	Dispendios Ambientais	6.46	4.74	0.002	0.703	15.86	2.39	0.060	0.145	0.92	5.66		
	Investimentos Ambientais	7.71	1.12	0.000	0.006	3.05	2.85			0.81	3.12		
	Provisões ou passivos Ambientais	3.97	1.39	0.023	0.174	0.98	2.37			7.54	1.50	0.006	0.130
	Activos Ambientais	6.25	0.55	0.003	0.021	1.91	2.12			0.00	2.30		
	Contingencias Ambientais	3.00	1.30	0.088	0.249	2.27	1.62			4.15	1.50	0.053	0.199
	Total	27.39	9.10	0.003	0.029	24.07	11.35			13.42	14.07		

4.2- Sumário dos principais aspectos revelados pelo estudo

De acordo com as hipóteses de pesquisas definidas, metodologia aplicada e após realização dos ensaios estatísticos, destacamos as principais conclusões encontradas.

(Hipótese 1) - Tendo por suporte a metodologia do trabalho, utilizada por Moneva e Llena (2000), o estudo empírico realizado sugere, como principal resultado, que as divulgações de carácter ambiental relatadas pelas maiores empresas portuguesas conheceram, no período em análise, uma forte expansão. Este resultado confirma as conclusões mencionadas no estudo de referência e acompanha as tendências verificadas noutras realidades, como sejam os casos mencionados pelo KPMG Survey (2005). Desta forma, poderemos concluir que a questão ambiental passou a integrar as prioridades das empresas portuguesas, na selecção de divulgações que relatam.

(Hipótese 2) - Os dados obtidos, denotaram que a informação narrativa revelou progressos importantes, em paralelo com uma pequena evolução registada na informação de carácter quantitativo (muito embora não tenha sido possível distinguir entre dados quantitativos não-financeiros e financeiros). Este último aspecto pode denunciar alguma inversão da tendência “auto-laudatória”, que as divulgações ambientais assumiram no passado (Ferreira 2004), trazendo desta forma, uma maior objectividade às divulgações e contribuindo para a utilidade das mesmas.

(Hipótese 3) - Para além das contas, meio obrigatório, nenhuma outra forma de relato, quer obrigatório, quer voluntário assumiu uma posição de destaque.

Muito embora sem demonstrar uma utilização consolidada e abrangente, sobretudo em termos de número de empresas que o utilizam, os relatórios de sustentabilidade parecem dar os primeiros passos. Contrariamente ao mencionado em estudos anteriores, como Eugénio (2004b) e Sampaio e Leitão (2004), o relatório de gestão, que foi considerado como o meio de relato ambiental por excelência, ainda que continue a ser regularmente utilizado, consequência até de impositivos legais, parece ter perdido a posição de preferência, anteriormente atribuída, e não ter beneficiado tão grandemente da implementação da DC nº 29 (que previa igualmente a introdução da divulgação de um conjunto de procedimentos para o relatório de gestão).

Ainda que, nos aspectos financeiros/contabilísticos, seja inequívoca a opção das empresas pelas contas, no que se refere aos restantes aspectos da questão ambiental, tudo indica que as empresas portuguesas se encontram numa fase de transição, hesitantes entre o relatório de gestão e os relatórios separados ou de sustentabilidade, não se confirmando uma

opção clara pela utilização em simultâneo de meios de relato de carácter obrigatório e voluntário, podendo ser concluído apenas a utilização das contas como meio obrigatório.

(Hipótese 4) - O início de uma vasta divulgação de acções e outros aspectos externos relativos às práticas de responsabilidade social, como: participação em comités e organismos, prémios e louvores recebidos, eventos de sensibilização ambiental, ligação à comunidade e descrição de *milestones* atingidos em questões ambientais, não foi possível ser confirmado, neste estudo, sendo apenas de salientar alguma evolução verificada, nomeadamente, no atributo, política ambiental, já realçado em anteriores estudos, como referidos por Eugénio (2004b).

(Hipótese 5) - No que se refere às actividades/objectivos ambientais, com excepção feita à energia e emissões de poluentes gasosos, reflectindo naturalmente toda a pressão legal e política que incidem sobre as empresas, as restantes áreas como: resíduos, reciclagem, biodiversidade, entre outros, não são objecto de divulgação aprofundada, encontrando-se ainda numa fase inicial de desenvolvimento, não podendo ser ainda concluído que o actual nível de divulgação ambiental poderá ser útil para um leque alargado de *stakeholders*.

(Hipótese 6) - Evidências diversas, sugerem a confirmação do impacto da implementação da Directriz Contabilística nº 29. Este pode ser identificado tanto através do aumento registado nas divulgações de carácter contabilístico, como também pela identificação de níveis de detalhe importantes, previstos pela directriz.

- Através das divulgações ocorridas nas notas, as contas registaram uma evolução assinalável, no período em análise.
- A categoria dos principais atributos contabilísticos definidos, entre outros: custos, passivos, provisões ou contingências de carácter ambiental, assumiram um papel determinante nas divulgações ambientais.

Muito embora a DC nº 29 tenha previsto, no seu âmbito, a introdução da divulgação de um conjunto de procedimentos relativos ao relatório de gestão, este parece não ter beneficiado da implementação dessa mesma DC. De referir que, pelo facto de ultrapassar claramente o âmbito desta dissertação, não foi testado qualquer aspecto relacionado com a qualidade das divulgações, em termos de valorização ou de mensuração, relativos à implementação da DC nº 29. Ressalvado estes dois aspectos, podemos afirmar que a DC teve um impacto importante no desenvolvimento das divulgações ambientais.

(Hipótese 7) - Excluindo as questões contabilísticas ambientais, *strictu sensu*, divulgadas pelas empresas, as outras áreas de *reporting* ambiental, como sejam políticas/projectos e actividades/objectivos, parecem revelar fases de divulgação ainda pouco

desenvolvidas, demonstrando a necessidade de consolidação, em termos globais do *reporting*, sem a qual não será produzida informação completa e útil para os *stakeholders*.

Desta forma, será lícito concluir que estamos longe das divulgações assumirem um aspecto completo e global, destacando-se apenas as questões contabilísticas, como preocupação geral das empresas. Muito embora algumas empresas tenham já atingido níveis importantes de consolidação das divulgações ambientais, parece que, em termos gerais, a única que atingiu uma abrangência significativa foi a parte contabilística, sendo questionável, desta forma, se o *reporting* ambiental deu apenas o primeiro passo, ou se a sua evolução está mais próxima dos moldes das divulgações financeiras.

(Hipótese 8) - Relativamente aos factores diferenciadores, que nos ajudaram a empreender outras análises, os resultados parecem conduzir a conclusões interessantes, sobretudo pela diversidade encontrada e pelos perfis extremos que se desenharam.

Destacando-se pela positiva, encontram-se as empresas cotadas em bolsa, cujo nível de divulgação, em todas as categorias, registou claramente uma diferenciação, se comparado com o conjunto global das grandes empresas portuguesas. Contudo, este nível de divulgação pode estar mitigado, com o facto de as empresas cotadas em bolsa corresponderem, na sua maioria, às maiores empresas do grupo em análise. Em qualquer das circunstâncias, a presença do mercado financeiro parece ser um *driver* poderoso, para a ampliação das divulgações. A noção de divulgações estratégicas, a necessidade de relatos além do financeiro, ou os requisitos de transparência podem claramente justificar esta postura. De referir que a atitude global que os mercados financeiros imprimem pode também conduzir a que as empresas cotadas assumam a pressão dos *stakeholders*, não apenas de forma local, mas absorvendo as pressões dos *stakeholders* de outras realidades e a uma escala global.

Pela negativa, encontra-se o grupo das subsidiárias estrangeiras, cujo perfil de divulgações ambientais está claramente abaixo do grupo de empresas consideradas neste estudo. As subsidiárias estrangeiras revelam um comportamento de perfeita apatia, não existindo qualquer efeito de mimetismo com a casa mãe, podendo este facto ser revelador de que as divulgações ambientais são de grande importância estratégica e, como tal, controlados pelos *head-offices* dos grupos multinacionais, não podendo ser deixadas às estratégias de divulgações locais, confinando-se estas apenas ao limite do estritamente legal.

As empresas públicas denotam um perfil intermédio, em termos de divulgações ambientais, caracterizado sobretudo por aspectos mais tradicionais, como sejam as narrativas genéricas, a utilização preferencial dos relatórios de contas, como meio de divulgação,

parecendo existir uma ausência de pressão pelos *stakeholders*, talvez associada à não participação no mercado financeiro.

Capítulo V “Conclusão”

5.1- Síntese do estudo realizado

Após uma breve revisão de literatura sobre um tema tão abrangente e interdisciplinar, como é a responsabilidade social das empresas e as várias formas de relato associadas a essa responsabilidade, enquadrados pelo aparecimento de vários instrumentos de responsabilidade social, de regulamentações, de normativos contabilísticos e da adopção de várias estratégias subjacentes às divulgações voluntárias das empresas, a realização de um estudo empírico sobre divulgações ambientais das grandes empresas em Portugal constituiu uma forma de sistematizar e aprofundar os nossos conhecimentos sobre estas matérias.

O estudo empírico levado a cabo teve o mérito de evidenciar alguns aspectos do estágio em que se encontra a divulgação ambiental feita pelas grandes empresas, em Portugal, para os anos de 2002 a 2004, nomeadamente, no que se refere ao ‘quanto, onde, de que forma, o quê’ e ‘quais’ as empresas mais predispostas às divulgações ambientais. Conclusões importantes e interessantes foram obtidas, em consequência do impacto provocado pela adopção da DC nº 29, no relato ambiental.

Fundamentalmente, podemos afirmar que as divulgações ambientais assumem, nestes anos e em especial em 2004, um papel importante e já consolidado, na informação que as empresas relatam e apresentam aos seus *stakeholders*. O progresso registado em termos de quantidade de informação ambiental parece sugerir que estas divulgações passaram a pertencer ao conjunto das divulgações não tradicionais e estratégicas, que as grandes empresas em Portugal elegeram para divulgação.

Com o aparecimento de relatórios TBL de carácter voluntário, muito embora, várias empresas portuguesas tenham já começado a utilizar essas formas de *reporting*, acompanhando o que acontece com as principais empresas mundiais, neste estudo, verificou-se ainda a prevalência dos meios de relato obrigatórios, consequência sobretudo do impulso dado pelos aspectos contabilísticos divulgados nas contas. No que se refere à forma como estas divulgações evoluíram, é de destacar o ligeiro progresso assinalado pela introdução de alguma informação quantitativa em paralelo com as formas descritivas ou narrativas, conduzindo a ténue alteração face às conclusões apresentadas por estudos anteriormente realizados em Portugal. Embora a informação divulgada contenha aspectos importantes, esta não assumiu ainda um carácter abrangente e completo, uma vez que as divulgações incidem

em especial nos aspectos contabilísticos, divulgação de políticas ambientais e em algumas áreas específicas do ambiente, como sejam emissão de poluentes gasosos e energia. Ressalvando a referência à divulgação de política ambiental, as restantes divulgações ambientais assumiram comportamentos mais pobres, dado que um conjunto importante de áreas relacionados com responsabilidade social, tais como: aspectos de actuação externa, factores causadores, auditoria ou normas de carácter social, foram só referidos apenas por algumas empresas. Igualmente diminuta surge a divulgação das actividades ambientais propriamente ditas, uma vez que áreas como: resíduos, reciclagem, águas residuais, segurança e acidentes, biodiversidade, entre outros, são pouco divulgados, denotando informação pouco desenvolvida e incapaz de dar respostas a *stakeholders* diversificados.

Pelo facto de ter sido constatada uma evolução positiva, nomeadamente nos principais aspectos contabilísticos, tais como: dispêndios, activos, passivos, provisões e contingências ambientais, a evolução das contas, sobretudo pelas divulgações realizadas nas notas, pode permitir concluir que, em traços gerais, as divulgações ambientais das grandes empresas, em Portugal, foram positivamente afectadas pela introdução da DC nº 29. Já o ligeiro progresso verificado a nível de publicações voluntárias, como sejam os relatórios de sustentabilidade, falta de aprofundamento nas divulgações relativas a políticas/projectos ou actividades /objectivos, e a falta de uma forte consolidação de informação com carácter quantitativo, denuncia ainda o fraco impulso que os guias de relato de social, nomeadamente o GRI, têm tido na orientação dada às divulgações das grandes empresas, em Portugal.

Em termos de agrupamentos de empresas, é de destacar o empenho activo, demonstrado pelas empresas cotadas, cuja atitude é claramente oposta à demais empresas. Neste grupo, podemos afirmar que a responsabilidade social e a atitude de *accountability* é manifesta, sendo a informação produzida de forma completa e útil, susceptível de ser utilizada por um vasto conjunto de *stakeholders*. Muito embora vários factores possam afectar a atitude das empresas cotadas em proceder a divulgações ambientais, nomeadamente a dimensão, certamente que a presença no mercado financeiro tem conduzido à necessidade de divulgações estratégicas e obrigado a uma atitude de transparência, perfeitamente respondidas pela realização de divulgações ambientais.

Como aspectos sumários sobre os *drivers* que parecem nortear as divulgações ambientais nas grandes empresas, em Portugal, gostaríamos de destacar, por um lado, o dever legal, e em especial a normalização contabilística, conduzindo a que a informação ambiental seja tratada de forma algo idêntica à demais informação financeira, podendo ser afirmado que talvez sejam os *stakeholders* financeiros aqueles que efectivamente preocupam as empresas,

estando ainda longe a consolidação de atitude de “*accountability e right to know*” que hoje em dia é esperado das empresas. Por outro lado, tudo leva a pensar que a presença no mercado financeiro pode efectivamente conduzir à necessidade de divulgação estratégica e voluntária, complementar à informação financeira tradicional, e sobretudo passível de ser utilizada por um leque variado de *stakeholders*, tanto financeiros, como não financeiros, cujo nível de exigência implica a produção de informação completa e abrangente.

5.2- Contribuições teóricas e práticas do estudo

Em resposta ao estudo de referência, Moneva e Llena (2000), este trabalho assinalou o avanço trazido pela adopção de normas contabilísticas (DC nº 29) e o seu impacto no aumento de divulgações ambientais e na utilização de meios de relato, como as contas. Enquanto que o trabalho apresentado por Moneva e Llena (2000) se debateu com a necessidade de os organismos reguladores procederem à elaboração de normas, com vista a que as divulgações ganhassem utilidade para os *stakeholders* e deixassem de ser meramente voluntárias, o enquadramento deste trabalho é distinto, revelando que as divulgações incorporam já respostas, nomeadamente em termos de informação financeira e contabilística, consequência da adopção de directrizes. No estudo de referência, o incremento da evolução da informação quantitativa, pareceu estar associado à evolução registada pela introdução de relatórios de sustentabilidade. No caso agora apresentado, foi apenas possível detectar os primeiros passos de introdução de relatório sustentável, sendo, que a evolução ocorrida resultou em especial da utilização dos meios de relato de carácter obrigatório, e do avanço em simultâneo da informação narrativa e quantitativa. O estudo de Moneva e Llena (2000) assinalou o total desinteresse das empresas presentes nos mercados financeiros, relativamente às divulgações ambientais, sendo as subsidiárias estrangeiras as mais dinâmicas, neste processo. Na nossa análise, os factores de mimetismo e de concorrência global chegam a Portugal precisamente pelo mercado financeiro, sendo as empresas cotadas em bolsa claramente as mais activas, neste processo de divulgação.

Relativamente aos estudos anteriormente realizados sobre a realidade portuguesa, estas conclusões confirmam tendências já detectadas relativas às causas que podem conduzir à divulgação ambiental, como sejam: estar cotado no mercado financeiro, o cumprimento pelo dever legal e/ou carácter estratégico que as divulgações podem assumir. Paralelamente algumas novas tendências podem ser referidas, tais como: início da introdução da informação quantitativa, a preponderância manifestada pela introdução de divulgações a nível das contas

e menor importância dada ao relatório de gestão em prol do arranque ténue dos relatórios separados de sustentabilidade.

Tal como o estudo de referência, este trabalho constituiu mais um estudo empírico, na área da Europa Continental, fazendo diminuir a diferença de quantidade em análises sobre estas matérias, realizadas de forma tão intensa, nos países de influência anglo-saxónica.

No que se refere à realidade portuguesa, quer pela abrangência do universo considerado, quer pelo enquadramento do período escolhido, marcado pela introdução da DC nº 29, e a publicação do GRI, pensamos que este estudo pode ter constituído um contributo ou um alerta de reflexão, tanto para gestores, profissionais como académicos.

Relativamente aos gestores, o alerta que este estudo pode trazer, estará por ventura, relacionado com o facto de pese embora, algum progresso sólido nas divulgações ambientais tenham ocorrido, sobretudo a crescente divulgação ambiental presente nas contas, e a especial atenção dada a estas matérias pelas empresas presentes no mercado financeiro, ainda não estar suficientemente consolidado o direito universal à informação que os vários *stakeholders* esperam do relato de responsabilidade social das empresas.

Aos profissionais e académicos, este trabalho pode constituir uma chamada de atenção, para a necessidade da sua intervenção, pois tal como nos aspectos contabilísticos, cabe a estes, o papel impulsionador das formas de relato TBL, capazes de responder ao direito de informação que os vários *stakeholders* reclamam.

5.3- Limitações do trabalho e perspectivas futuras

Dado que o período de análise do estudo empírico se cingiu apenas a três anos, as conclusões deste trabalho deverão ser interpretadas com alguma prudência. Muito embora os anos em causa correspondam tanto à implementação de normativos contabilísticos, como à expansão de utilização de orientações para as divulgações sociais, um conjunto de três anos pode sempre condicionar as conclusões obtidas, pelo que a extensão deste trabalho a anos seguintes seria recomendável.

Pelas limitações do universo e amostra consideradas ao nível de número de empresas por sector de actividade, não foi possível concluir sobre o impacto que estes podem ter nas divulgações ambientais. Tendo em vista ultrapassar esta dificuldade, obter informação e adequar o universo a realidade empresarial portuguesa, talvez fosse interessante e enriquecedor, juntar ao universo agora considerado, empresas de media dimensão no sentido

de ser possível entender o impacto que os sectores de actividade podem ter no nível de divulgações ambientais.

Muito embora as conclusões neste estudo, realcem o progresso verificado na divulgação da informação de carácter contabilístico, dado não ter sido levada a cabo uma análise detalhada sobre a qualidade da implementação dos aspectos referidos na DC nº29, talvez fosse importante proceder a um estudo aprofundado, tendo por objectivo entender até que ponto a contabilidade ambiental faz parte dos sistemas de controlo, de contabilidade e de gestão das empresas ou se passa apenas por um mero exercício de divulgação pouco suportado num sistema contabilístico.

No sentido de avançar numa perspectiva de responsabilidade social das empresas, seria interessante abranger também as outras divulgações de carácter social, nomeadamente as sociais ou económicas, para além das divulgações ambientais. Se esta abrangência for tida em conta, outros sectores nomeadamente o financeiro, Banca e Seguros, podem ser perfeitamente enquadráveis numa análise deste tipo, sendo o seu contributo, dado o peso económico dos mesmos, absolutamente crucial para entendermos o papel que o *reporting* pode assumir dentro do âmbito da responsabilidade social das grandes empresas em Portugal.

Bibliografia

- Accountability Rating (2005), *Methodology 2005 Benchmarking*, Accountability institute of social and ethical accountability, www.accountability.org.uk.
- Adams, C.A., W. Hill e C. Roberts (1998), Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour, *The British Accounting Review* 30(1), 1-21.
- Antão, A., C. Gonçalves, R. Sousa, A. Pereira, A. Figueiredo, A. Sismeiro, e G. Freitas (2006), Reflexão a propósito da Directriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais, *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 72, 22-29.
- Beja, R.(2004), *Risk Management*, Áreas Editora.
- Brown, N. e C. Degan (1998), The public Disclosure of environmental performance information- a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory, *Accounting and Business Reasearch* 29(1), 21-42.
- Campbell, D. (2004), A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies-a research note , *The British Accounting Review* 36, 107-117.
- Caseirão, M.R. (2003), *Auditoria Ambiental: Perspectiva Contabilístico Financeira*, Áreas Editora.
- Collison, D. e S. Slomp (2000), Environmental Accounting, auditing and reporting in Europe: the role of FEE, *The European Accounting Review* 9(1), 111-129.
- Collison, D., N. Lorraine e D. Power (2003), An exploration of corporate attitudes to the significance of environmental information for Stakeholders, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* 10, 199-211.
- Comissão das Comunidades Europeias (2002), *Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*, Bruxelas, 2.7.2002, Com (2002) 347 final.
- Comissão das Comunidades Europeias (2005), *Avançar para uma utilização sustentável dos recursos: Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos*, Bruxelas, 21.12.2005, Com (2005) 666 final.
- Comissão das Comunidades Europeias (2006), *Análise da Política de Ambiente 2005*, Bruxelas, 16.2.2006, Com (2006) 70 final.
- CNC – Comissão de Normalização Contabilística (2002), *Directriz Contabilística nº 29-Matérias Ambientais*, CD da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Cormier, D. e I.M.Gordon (2001), An examination of social and environmental reporting strategies, *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 14(5), 587-616.

Cormier, D. e M. Magnan (2003), Environmental reporting management a continental European perspective, *Journal of Accounting and Public Policy* 22, 43-62.

Cormier, D., M. Magnan, e B. Velthoven (2005), Environmental Disclosure Quality in Large German Companies: Economic Incentives, Public Pressures or Institutional Conditions?, *The European Accounting Review* 14(1), 3-39.

Coutinho, A. (2005), É a alma que move o negócio, os actores da responsabilidade social das empresas, *Executive Digest* 123, 36-39.

Deegan, C. e B. Gordon (1996), A study of environmental disclosure practices of Australian corporations, *Accounting and Business Research* 26(3), 187-199.

Deegan, C. e M. Rankin (1996), Do Australian companies report environmental news objectively? - An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully the Environmental Protection Authority, *Accounting Auditing & Accountability Journal* 9(2), 50-67.

Deegan, C. e M. Rankin (1999), The environmental reporting expectation Gap: Australian evidence, *British Accounting Review* 31, 313-346.

Deegan, C. (2002), The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation, *Accounting Auditing & Accountability Journal* 15(3), 282-311.

Deegan, C., M. Rankin, e J. Tobin (2002), An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory, *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 15(3), 312-343.

Deegan, C. (2004), Environmental disclosures and share prices-a discussion about efforts to study this relationship, *Accounting Forum* 28, 87-97.

Duarte, M. e M. Sarmiento (2004), Responsabilidade Ambiental das Empresas – Estudo de Mercado, *comunicação apresentada no X Congresso Contabilidade*, Lisboa, 1-14.

Epstein, M.J. e M. Freedman (1994), Social disclosure and the Individual Investor, *Accounting Auditing & Accountability Journal* 7(4), 94-104.

Eugénio, T.C.P. (2004a), *Contabilidade e Gestão Ambiental*, Áreas Editora.

Eugénio, T.C.P. (2004b), Relato Ambiental: Situação em Portugal, *comunicação apresentada no X Congresso Contabilidade*, Lisboa, 1-18.

European Commission (2003), *Mapping Instruments for Corporate Social Responsibility*, Directorate-General for Employment and Social Affairs.

Ferreira, C. (2000), *Da Contabilidade e do Meio Ambiente*, Vislis Editores.

Ferreira, C. (2004), O Relato Ambiental em Portugal, *comunicação apresentada no X Congresso Contabilidade*, Lisboa, 1-11.

Fekrat, M.A., C. Inclan e D. Petroni (1996), Corporate Environmental Disclosures: Competitive Disclosures Hypothesis Using 1991 Annual Report Data, *The International Journal of Accounting* 31(2), 175-195.

Freedam, M. e D.M. Patten (2004), Evidence on the pernicious effect of financial report environmental disclosure, *Accounting Forum* 28, 27-41.

Gamble, G.O., K. Hsu, D. Kite e R.R. Radtke (1995), Environmental disclosures in annual reports and 10 Ks: An Examination, *Accounting Horizons* 9(3), 34 -54.

Gray, R., J. Bebbington (2001), *Accounting for the Environment*, Sage Publications.

Gray, R., R. Kouhy e S. Lavers (1995), Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure, *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 8(2), 47-77.

Global Reporting Initiative (2002), Directrizes para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade – Versão Portuguesa, www.globalreporting.org.

International Accounting Standarts Board (2003), *Estrutura Conceptual*, Normas Internacionais de Relato Financeiro: OROC.

International Accounting Standarts Board (2003), *IAS nº1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras*, Normas Internacionais de Relato Financeiro: OROC.

International Accounting Standarts Board (2003), *IAS nº16 – Activos Fixos Tangíveis*, Normas Internacionais de Relato Financeiro: OROC.

International Accounting Standarts Board (2003), *IAS nº36 – Imparidade*, Normas Internacionais de Relato Financeiro: OROC.

International Accounting Standarts Board (2003), *IAS nº37 – Provisões, Passivos e Activos Contingentes*, Normas Internacionais de Relato Financeiro: OROC.

International Accounting Standarts Board, (2003), *IAS nº38 – Activos Intangíveis*, Normas Internacionais de Relato Financeiro: OROC.

KPMG Survey (2005), *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005*, KPMG Global Sustainability Services.

Laan, S. (2004), The Role of Theory in Explaining Motivation for Corporate Social Disclosures: Voluntary Disclosures VS “Solicited” Disclosures, *Proceeding of 4th Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference*, Singapore,1-18.

Lehman, G. (2004), Social and environmental accounting: trends and thoughts for the future, *Accounting Forum* 28, 1-5.

Larrinaga, C., F. Carrasco, C. Correa, F. Llena e J. Moneva (2002), Accountability and accounting regulation: the case of Spanish environmental disclosure standart, *The European Accounting Review* 11(4), 723-740.

Lorraine, N.H.J., D.J. Collison e D.M. Power (2004), An Analysis of Stockmarket impact of Environmental Performance information, *Accounting Forum* 28, 7-26.

Mathews, M.R. (1997), Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate, *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 10(4), 481-531.

Mathews, M.R. and M.A. Reynolds (2000), One Way Forward: Non-Traditional Accounting Disclosures in the 21st Century, *Discussion Paper 203*, Massey University.

Mathews, M.R. (2000), The Development of Social and Environmental Accounting Research 1995-2000, *Discussion Paper 205*, Massey University.

Mathews, M.R. (2004), A commentary on Lorraine, Collison and Power and Freedman and Patten: how far does empirical research assist in the drive to regulate environmental disclosures?, *Accounting Forum* 28, 81-86.

Moir, L. (2001), What do we mean by corporate social responsibility?, *Corporate Governance* 1(2), 16-22.

Moneva, J.M. e F. Llena (2000), Environmental disclosures in annual report of large companies in Spain, *European Accounting Review* 9(1), 7-29.

New, D., H. Warsame e K. Pedewll (1998), Managing Public Impressions: Environmental Disclosures in Annual Reports, *Accounting Organizations and Society* 23(3), 265-282.

O'Donovan, G. (2002), Environmental disclosures in the annual report extending the applicability and predictive power of legitimacy theory, *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 15(3), 344-371.

Parsa, S. e R.Kouhy (2002), Disclosure of Social Information by UK Companies-A case of Legitimacy Theory, *Global Business & Economics Review*, Anthology, 460-473.

Pinto, J.C.C., J.J.D. Curto (1999), *Estatística para Economia e Gestão*, Edições Sílabo.

Pirâmide de hierarquia de gestão de resíduos, https://dcw.campbelltown.chimo.com.au/webdata/resources/images/Waste_Management_Hierarchy.jpg

Rego, A., M. Cunha, N. Costa, H. Gonçalves, e C. Cardoso (2006), *Gestão Ética e Socialmente Responsável*, HR Editora.

Sampaio, F.R.C. e P.C.J. Leitão (2004), A divulgação de informação social e ambiental: uma análise das empresas cotadas em Portugal, *Revista Revisores & Empresas* 25, 10-15.

Santos, J.E. (2004), Contabilidade Ambiental – sua aplicação nas empresas Portuguesas, *comunicação apresentada no X Congresso Contabilidade*, Lisboa, 1-15.

Stern Review Report (2006), *The economics of climate change*, Cambridge University Press, <http://www.cambridge.org/9780521700801>.

Smith, J. L., A. Adhikari e R.H., Tondkar (2005), Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective, *Journal of Accounting and Public Policy* 24, 123-151.

Solomon, A. e L.Lewis (2002), Incentives and Disincentives for Corporate Environmental Reporting, *Working Paper*, Sheffield University Management School.

Solomon, J.F. e L.Darby (2005), Is private social, ethical and environmental reporting mythicizing or demythologizing reality ?, *Accounting Forum* 29(1), 27-47.

Tilling, M.V. (2004), Refinements to Legitimacy Theory in Social and Environmental Accounting, *Commerce Research Paper* 04-6, Flinders University, South Australia, 1-10.

Walden, D.W. e B.N. Schwartz (1997), Environmental Disclosures and Public Policy Pressure, *Journal of Accounting and Public Policy* 16, 125-154.

Weeler D. e J. Elkington (2001), The end of the Corporate Environmental Report ? Or The Advent of Cybernetic Sustainability Reporting and Communication, *Business Strategy and the Environmental* 10, 1-14.

Yongvanich, K. e J. Guthrie (2004), The Australian Mining Industry's Sustainability Reporting: An examination of Legitimising Strategies, *Proceeding of 4th Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference*, Singapore, 1-26.

Legislação

Resolução do Conselho de Ministros nº**104/2006** de 23 Agosto - PNAC²¹ - 2006.

Decreto-lei nº **72/2006** de 24 de Março - Fundo Português de Carbono.

Resolução do Conselho de Ministros nº **53/2005** de 3 de Março) - PNALE²².

Resolução do Conselho de Ministros nº**119/2004** de 31 de Julho - PNAC - 2004.

Decreto-lei nº**233/2004** de 14 de Dezembro - Comercio de Licenças de Emissão de GEE para as Instalações Nacionais.

Portaria nº **209/2004**-Lista Europeia de Resíduos - LER.

Decreto-lei nº**7 /2002** de 25 de Março - Aprovação de Protocolo de *Quioto*.

Decreto-lei nº**516/99** de 2 Dezembro - PESGRI²³ e PNAPRI.

²¹ PNAC - Plano Nacional para as Alterações Climáticas.

²² PNALE - Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão.

²³ PESGRI - Plano Estratégico Gestão de Resíduos Industriais e PNAPRI - Plano Nacional de prevenção de resíduos industriais.

Decreto-lei nº**3/2004** de 3 Janeiro Cirver - Centro Integrado de Valorização, Recuperação e Eliminação de Resíduos.

Decisão do Conselho nº **358/CE (2002)** de 25 de Abril - Aprovação em nome da CE do Protocolo de *Quioto*.

Regulamento do Conselho nº **1980/EU (2000)** de 17 de Julho – EU Eco – label.

Regulamento do Conselho nº **1836/EU (1993)** de 29 de Junho – EMAS.

Regulamento do Conselho nº **880/EU (1992)** de 23 de Março – EU Eco – label.

Software

SPSS -v. 15 Statistical Package for the Social Sciences

Anexos

Quadro A 1.1 – Grelha de Categorias e Atributos

Categorias		Categorias	
	1 Tipo de relato ambiental 2 Secções do relatório de contas dedicado ao Relato ambiental 3 Projectos e Políticas ambientais adoptadas pela empresa 4 Actividades e objectivos de Protecção ambiental quer em relatórios de contas quer de responsabilidade social Aspectos Financeiros e Contabilísticos ambientais incluídos nas 5 contas anuais e outros relatórios		
Factores diferenciadores das empresas			
	a Estar cotado ou não b Subsidiária de multinacional ou não c Empresa Capitais Públicos		
Tipo de informação		Atributos de Base	
		Atributos Agregados	
	Omissa Narrativa Tipo de relato ambiental 1 Quantitativa	Não refere qualquer elemento relativo ao ambiente Genérica Qualitativa Não financeira Financeira Montantes Indicadores Ambos	Genérica Qualitativa Não financeira Financeira
	Obrigatorio Contas anuais Auditoria Secções do relatório de contas dedicado ao Relato ambiental 2 Relatório de Gestão Voluntario	Balanço DR Notas Certificação Legal de Contas (2) Relatório de Fiscal Único Relatório de Gestão Informação genérica da empresa Informação ao Investidor (1) Mensagem do presidente- CEO (1) Carta do Presidente de Conselho de Administração (1) Relatório ambiental separado Relatório de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade Relatório de Governação (1)	Contas Contas Contas Contas Contas Relatório de Gestão Outros elementos informativos de Gestão Outros elementos informativos de Gestão Outros elementos informativos de Gestão Outros elementos informativos de Gestão Outros Relatórios Separados Outros Relatórios Separados Outros Relatórios Separados
	Projectos e Políticas ambientais adoptadas pela empresa 3	Política ambiental ou referências a sustentabilidade Sistema de gestão ambiental Milestones observados nas questões ambientais Comités e Organismos de responsabilidade social, participação Premios e louvores recebidos Eventos de sensibilização ambiental ligação a comunidade Legislação relacionada com as questões ambientais Modelo de risco, inclusão de referências ambientais Alterações Climáticas, preocupação e acções Incidentes, relato e planos de acção Adesão ao - GRI, guias, sistemas ou iniciativas de reporting a Auditoria internas e externas relativas ambiente ou sustentabili	Política ambiental ou referências a sustentabilidade Sistema de gestão ambiental Aspectos e Acções Ambientais de caracter Externo Aspectos e Acções Ambientais de caracter Externo Aspectos e Acções Ambientais de caracter Externo Aspectos e Acções Ambientais de caracter Externo Factores Factores Factores Factores Aspectos relacionados com Sistemas Ambientais Aspectos relacionados com Sistemas Ambientais
	Actividades e objectivos de Protecção ambiental 4	Resíduos Solidos Resíduos Líquidos Emissões Pol Gasosos Abastecimento Água Águas Residuais Reciclagem Contaminação Solos Remediação Terrenos Acções de des-poliuição Segurança Acidentes Ambiente de trabalho Biodiversidade Produtos Processos Poupança de energia Energia eficiencia Energia alternativas Ruído	Resíduos Resíduos Emissão de Poluentes Gasosos Abastecimento de Água Águas Residuais Reciclagem Terrenos Terrenos Terrenos Segurança/ Acidentes Segurança/ Acidentes Segurança/ Acidentes Biodiversidade Produtos e Processos Produtos e Processos Energia Energia Energia Ruído
	Aspectos financeiros e contabilísticos ambientais incluídos nas contas anuais e outros relatórios	Dispêndios Ambientais Investimentos Ambientais Provisões ou Passivos Ambientais Activos Ambientais Contingências	Dispêndios Ambientais Investimentos Ambientais Provisões ou Passivos Ambientais Activos Ambientais Contingências

(1) Esta informação pode assumir algum carácter de obrigatoriedade para empresas cotadas abrangidas pelo reguementação da CMVM Regnº 7/2001

(2) Obrigatório apenas para as empresas nos parametros do artº 262 CSC

Quadro A 2.1 – Universo, Amostra e Actividade Económica – Ordenado por CAE

Universo e Amostra por Actividade Económicas Ordenado CAE							
Ordenado por CAE		A		B		F	
		Quantidades #		Pesos relativos simples%			Coef %
CAE	Descrição	Universo	Amostra	Universo	Amostra	AMO/UNI %	PrPond %
15	INDÚSTRIAS ALIMENTARES E BEBIDAS	15	7	5.42%	5.56%	46.67%	2.59%
16	INDÚSTRIA DO TABACO	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
17	INDÚSTRIA TEXTIL	2	1	0.72%	0.79%	50.00%	0.40%
20	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA	4	3	1.44%	2.38%	75.00%	1.79%
21	PASTA, DE PAPEL E CARTÃO	6	5	2.17%	3.97%	83.33%	3.31%
22	EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REP DE SUP DE INF GRA.	3	0	1.08%	0.00%	0.00%	0.00%
23	PRODUTOS PETROLÍFEROS	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
24	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	12	6	4.33%	4.76%	50.00%	2.38%
25	BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	2	1	0.72%	0.79%	50.00%	0.40%
26	PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	10	8	3.61%	6.35%	80.00%	5.08%
27	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE	3	0	1.08%	0.00%	0.00%	0.00%
28	PRO METÁLICOS, EXCEPTO MÁQUINAS E EQ	4	1	1.44%	0.79%	25.00%	0.20%
29	MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.	3	0	1.08%	0.00%	0.00%	0.00%
30	MÁQ DE ESC E DE EQUIPO TRATA AUT DA INF.	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
31	MÁQUINAS E APARELHOS ELÉCTRICOS, N.E.	2	0	0.72%	0.00%	0.00%	0.00%
32	EQUIPAMENTO E DE APA DE RÁDIO, TELE.	6	2	2.17%	1.59%	33.33%	0.53%
34	FABRICAÇÃO AUTOMÓVEIS	7	3	2.53%	2.38%	42.86%	1.02%
35	MATERIAL DE TRANSPORTE	3	1	1.08%	0.79%	33.33%	0.26%
36	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
40	ELECTRICIDADE, GÁS	11	10	3.97%	7.94%	90.91%	7.22%
41	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
45	CONSTRUÇÃO	26	11	9.39%	8.73%	42.31%	3.69%
50	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	27	10	9.75%	7.94%	37.04%	2.94%
51	COMÉRCIO POR GROSSO	64	20	23.10%	15.87%	31.25%	4.96%
52	COMÉRCIO A RETALHO	19	10	6.86%	7.94%	52.63%	4.18%
55	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	4	2	1.44%	1.59%	50.00%	0.79%
60	TRANSPORTES TERRESTRES	3	1	1.08%	0.79%	33.33%	0.26%
61	TRANSPORTES POR ÁGUA	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
62	TRANSPORTES AÉREOS	4	3	1.44%	2.38%	75.00%	1.79%
63	TRANSPORTES	3	3	1.08%	2.38%	100.00%	2.38%
64	CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES	11	8	3.97%	6.35%	72.73%	4.62%
70	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	4	3	1.44%	2.38%	75.00%	1.79%
71	ALUGUER DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMEN.	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
72	INFORMÁTICAS E CONEXAS	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
74	SERVIÇOS PRESTADOS	9	2	3.25%	1.59%	22.22%	0.35%
92	CINEMATOGRAFICAS E DE VÍDEO	2	1	0.72%	0.79%	50.00%	0.40%
TOTAL		277	126	100.00%	100.00%	45.49%	56.49%

Legenda

		Conceito	Formula
Quantidades #	Universo	Nº de empresas por CAE considerada no Universo	
	Amostra	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra	
Pesos relativos simples%	Universo	Nº de empresas por CAE considerada no Universo/ Total nº empresas	A/TotalA
	Amostra	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra / Total nº empresas	B/TotalB
Coef %	AMO/UNI	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra / Nº de empresas por CAE consideradas no Universo	A/B
PrPond %	Amostra	Peso relativo da Amostra / Peso relativo do Universo * Peso da Amostra	E*D

Quadro A 2.2 – Universo, Amostra e Actividade Económica – Ordenado peso Amostra

Universo e Amostra por Actividade Economia Ordenado Peso Amostra							
Cae	Descrição	Ordenado por Peso relativo Simples Amostra		Pesos relativos simples%		PrPond %	
		A	B	C	D		
		Quantidades #		Universo	Amostra	Coef %	
		Universo	Amostra	Universo	Amostra	AMO/UNI	
51	COMÉRCIO POR GROSSO	64	20	23.10%	15.87%	31.25%	4.96%
45	CONSTRUÇÃO	26	11	9.39%	8.73%	42.31%	3.69%
40	ELECTRICIDADE, GÁS	11	10	3.97%	7.94%	90.91%	7.22%
50	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	27	10	9.75%	7.94%	37.04%	2.94%
52	COMÉRCIO A RETALHO	19	10	6.86%	7.94%	52.63%	4.18%
26	PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	10	8	3.61%	6.35%	80.00%	5.08%
64	CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES	11	8	3.97%	6.35%	72.73%	4.62%
15	INDÚSTRIAS ALIMENTARES E BEBIDAS	15	7	5.42%	5.56%	46.67%	2.59%
24	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	12	6	4.33%	4.76%	50.00%	2.38%
21	PASTA, DE PAPEL E CARTÃO	6	5	2.17%	3.97%	83.33%	3.31%
20	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA	4	3	1.44%	2.38%	75.00%	1.79%
34	FABRICAÇÃO AUTOMÓVEIS	7	3	2.53%	2.38%	42.86%	1.02%
62	TRANSPORTES AÉREOS	4	3	1.44%	2.38%	75.00%	1.79%
63	TRANSPORTES	3	3	1.08%	2.38%	100.00%	2.38%
70	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	4	3	1.44%	2.38%	75.00%	1.79%
32	EQUIPAMENTO E DE APA DE RÁDIO, TEL.COM	6	2	2.17%	1.59%	33.33%	0.53%
55	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	4	2	1.44%	1.59%	50.00%	0.79%
74	SERVIÇOS PRESTADOS	9	2	3.25%	1.59%	22.22%	0.35%
16	INDÚSTRIA DO TABACO	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
17	INDÚSTRIA TEXTIL	2	1	0.72%	0.79%	50.00%	0.40%
23	PRODUTOS PETROLÍFEROS	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
25	BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	2	1	0.72%	0.79%	50.00%	0.40%
28	PRO METÁLICOS, EXCEPTO MÁQUINAS E EQU.	4	1	1.44%	0.79%	25.00%	0.20%
35	MATERIAL DE TRANSPORTE	3	1	1.08%	0.79%	33.33%	0.26%
41	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
60	TRANSPORTES TERRESTRES	3	1	1.08%	0.79%	33.33%	0.26%
72	INFORMÁTICAS E CONEXAS	1	1	0.36%	0.79%	100.00%	0.79%
92	CINEMATOGRAFICAS E DE VIDEO	2	1	0.72%	0.79%	50.00%	0.40%
22	EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REP SUP DE INF GRA.	3	0	1.08%	0.00%	0.00%	0.00%
27	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE	3	0	1.08%	0.00%	0.00%	0.00%
29	MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.	3	0	1.08%	0.00%	0.00%	0.00%
30	MÁQ DE ESC E DE EQUIPO TRATA AUT DA INF.	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
31	MÁQUINAS E APARELHOS ELÉCTRICOS, N.E.	2	0	0.72%	0.00%	0.00%	0.00%
36	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
61	TRANSPORTES POR ÁGUA	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
71	ALUGUER DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS	1	0	0.36%	0.00%	0.00%	0.00%
TOTAL		277	126	100.00%	100.00%	45.49%	56.49%

Legenda

		Conceito	Formula
Quantidades #	Universo	Nº de empresas por CAE considerada no Universo	
	Amostra	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra	
Pesos relativos simples%	Universo	Nº de empresas por CAE considerada no Universo/ Total nº empresas Universo	$A/TotalA$
	Amostra	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra / Total nº empresas Amostra/Univero	$B/TotalB$
Coef %	AMO/UNI	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra / Nº de empresas por CAE consideradas no Universo	A/B
	Amostra	Peso relativo da Amostra / Peso relativo do Universo * Peso da Amostra %	$E*D$

Quadro A 2.3 – Universo, Amostra e Actividade Económica – Ordenado peso relativo ponderado

Universo e Amostra por Actividade Económicas Ordenado Peso Relativo Ponderado													
Ordenado por Peso relativo Ponderado		A		B		C		D		E		F	
		Quantidades #		Pesos relativos simples%		Coef %		PrPond %		Amostr a			
CAE	Descrição	Universo	Amostra	Universo	Amostra	AMO/UNI							
40	ELECTRICIDADE, GÁS	11	10	3.97%	7.94%	90.91%							7.22%
26	PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	10	8	3.61%	6.35%	80.00%							5.08%
51	COMÉRCIO POR GROSSO	64	20	23.10%	15.87%	31.25%							4.96%
64	CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES	11	8	3.97%	6.35%	72.73%							4.62%
52	COMÉRCIO A RETALHO	19	10	6.86%	7.94%	52.63%							4.18%
45	CONSTRUÇÃO	26	11	9.39%	8.73%	42.31%							3.69%
21	PASTA, DE PAPEL E CARTÃO	6	5	2.17%	3.97%	83.33%							3.31%
50	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	27	10	9.75%	7.94%	37.04%							2.94%
15	INDÚSTRIAS ALIMENTARES E BEBIDAS	15	7	5.42%	5.56%	46.67%							2.59%
24	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	12	6	4.33%	4.76%	50.00%							2.38%
63	TRANSPORTES	3	3	1.08%	2.38%	100.00%							2.38%
20	INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA	4	3	1.44%	2.38%	75.00%							1.79%
62	TRANSPORTES AÉREOS	4	3	1.44%	2.38%	75.00%							1.79%
70	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	4	3	1.44%	2.38%	75.00%							1.79%
34	FABRICAÇÃO AUTOMÓVEIS	7	3	2.53%	2.38%	42.86%							1.02%
16	INDÚSTRIA DO TABACO	1	1	0.36%	0.79%	100.00%							0.79%
23	PRODUTOS PETROLÍFEROS	1	1	0.36%	0.79%	100.00%							0.79%
41	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1	1	0.36%	0.79%	100.00%							0.79%
55	ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	4	2	1.44%	1.59%	50.00%							0.79%
72	INFORMÁTICAS E CONEXAS	1	1	0.36%	0.79%	100.00%							0.79%
32	EQUIPAMENTO E DE APA DE RÁDIO, TELEV. E COM	6	2	2.17%	1.59%	33.33%							0.53%
17	INDÚSTRIA TEXTIL	2	1	0.72%	0.79%	50.00%							0.40%
25	BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	2	1	0.72%	0.79%	50.00%							0.40%
92	CINEMATOGRÁFICAS E DE VÍDEO	2	1	0.72%	0.79%	50.00%							0.40%
74	SERVIÇOS PRESTADOS	9	2	3.25%	1.59%	22.22%							0.35%
35	MATERIAL DE TRANSPORTE	3	1	1.08%	0.79%	33.33%							0.26%
60	TRANSPORTES TERRESTRES	3	1	1.08%	0.79%	33.33%							0.26%
28	PRO METÁLICOS, EXCEPTO MÁQUINAS E EQUIP.	4	1	1.44%	0.79%	25.00%							0.20%
22	EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REP DE SUP DE INF GRAV	3	0	1.08%	0.00%	0.00%							0.00%
27	INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE	3	0	1.08%	0.00%	0.00%							0.00%
29	MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.	3	0	1.08%	0.00%	0.00%							0.00%
30	MÁQ DE ESC E DE EQUIPO TRATA AUT DA INF	1	0	0.36%	0.00%	0.00%							0.00%
31	MÁQUINAS E APARELHOS ELÉCTRICOS, N.E.	2	0	0.72%	0.00%	0.00%							0.00%
36	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO	1	0	0.36%	0.00%	0.00%							0.00%
61	TRANSPORTES POR ÁGUA	1	0	0.36%	0.00%	0.00%							0.00%
71	ALUGUER DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS	1	0	0.36%	0.00%	0.00%							0.00%
TOTAL		277	126	100.00%	100.00%	45.49%							56.49%

Legenda

		Conceito	Formula
Quantidades #	Universo	Nº de empresas por CAE considerada no Universo	
	Amostra	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra	
Pesos relativos simples%	Universo	Nº de empresas por CAE considerada no Universo/ Total nº empresas	$A/TotalA$
	Amostra	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra / Total nº empresas	$B/TotalB$
Coef %	AMO/UNI	Nº de empresas por CAE considerada na Amostra / Nº de empresas por CAE consideradas no Universo	A/B
	Amostra	Peso relativo da Amostra / Peso relativo do Universo * Peso da Amostra %	$E*D$

Quadro A 2.4 – Análise de segmentação do Universo, Amostra e nº de empresas

Análise de segmentação de Universo Amostra					
Ordenação de vendas (K €)					
Numero de empresas					
		Amostra	Universo	%	Incremento
1	75000>	126	277	45.49%	
2	100000>	109	206	52.91%	7.43%
3	125000>	96	162	59.26%	6.35%
4	150000>	86	132	65.15%	5.89%
5	175000>	79	115	68.70%	3.54%
6	200000>	71	96	73.96%	5.26%

Legenda

- V.V- estrato por volume de vendas em K €
nº de empresas da amostra por volume de vendas estrato considerado
- Amostra nº de empresas da universo por volume de vendas estratos considerado
- Universo nº emp. Amostra / nº emp. Universo
- %- nº emp. Amostra / nº emp. Universo
- Incremento Diferencial de aumento de % face ao ano anterior

Quadro A 2.5 – Análise de segmentação do Universo, Amostra e volume de vendas

Análise de segmentação de Universo Amostra							
Ordenação de vendas (K €)							
Volume de vendas							
	V.V	V.V Universo	V.V amostra	V.V Universo Ac	V.V amostra Ac	%	Incremento
1	75000>	6'095'971	1'541'875	6'095'971	1'541'875	25.29%	
2	100000>	4'881'419	1'457'748	10'977'390	2'999'623	27.33%	2.03%
3	125000>	4'090'966	1'320'695	15'068'356	4'320'318	28.67%	1.35%
4	150000>	2'697'624	1'115'036	17'765'980	5'435'354	30.59%	1.92%
5	175000>	3'538'592	1'502'745	21'304'572	6'938'099	32.57%	1.97%
6	200000>	88'812'088	81'041'282	110'116'660	87'979'381	79.90%	47.33%
		110'116'660	87'979'381				

Legenda

- V.V- Estrato por volume de vendas em K €
Volume Vendas das empresas da universo por extracto de vendas considerado
- V.V Universo- Volume Vendas das empresas da amostra por extracto de vendas considerado
- V.V amostra- Volume Vendas das empresas da universo por extracto de vendas considerado acumulado
- V.V Universo Ac- Volume Vendas das empresas da universo por extracto de vendas considerado acumulado
- V.V amostra Ac- V. Vendas AC Amostra / V. Vendas AC Universo
- %- Diferencial de aumento de % face ao ano anterior

Quadro A 2.6 – Amostra dividida por factores diferenciadores

Amostra dividida por factores diferenciadores			
Factores Diferenciadores	Nº empresas Amostra	Amostra	%
Publicas	14		11.11%
Privadas	112	126	88.89%
Não cotadas	66		52.38%
Cotadas	60	126	47.62%
Capital Estrangeiro	32		25.40%
Capital Nacional	94	126	74.60%
Grupo Não	76		60.32%
Grupo Consolidada / Holding	50	126	39.68%

Legenda

Factores Diferenciadores	factores diferenciadores atribuíveis as empresas
Nº empresas Amostra	nº de empresas por factor diferenciador considerado na amostra
Amostra	nº de empresas da amostra
%-	nº emp. factor diferenciador / nº emp. Amostra

Quadro A 2.7 – Segmentação por volume de vendas e relatórios de contas por ano

Sumário para selecção de amostra % relatórios de contas										
	V.V (k €)	Universo	2002	2003	2004	% _02	% _03	% _04	% _Media 3 anos	Incremento
1	75'000	277	83	89	96	29.96%	32.13%	34.66%	32.25%	
2	100'000	206	73	80	84	35.44%	38.83%	40.78%	38.35%	6.10%
3	125'000	162	62	71	74	38.27%	43.83%	45.68%	42.59%	4.24%
4	150'000	132	59	65	67	44.70%	49.24%	50.76%	48.23%	5.64%
5	175'000	115	56	61	61	48.70%	53.04%	53.04%	51.59%	3.36%
6	200'000	96	51	54	55	53.13%	56.25%	57.29%	55.56%	3.96%

Legenda

V.V.-	Volume de vendas em K €
Universo	Empresas do universo
2002-	Nº relatórios de contas e ambientais recolhidos em 2002
2003-	Nº relatórios de contas e ambientais recolhidos em 2003
2004-	Nº relatórios de contas e ambientais recolhidos em 2004
% _02-	% Rel. 2002/ Universo
% _03-	% Rel. 2003/ Universo
% _04-	% Rel. 2004/ Universo
% _Media 3 anos	% (Rel. 2002+03+04/3)/ Universo
Incremento	Diferencial de aumento de % face ao ano anterior

Quadro A 3.1 - Tipo de Relato Ambiental, Atributos e Factores Diferenciadores

	2004		2003		2002	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Geral e Factores diferenciadores						
Geral	51	45936	40	24958	28	13920
Subsidiaria Estrangeira	12	7279	12	4100	6	2041
Cotada em Bolsa	19	28480	15	16340	12	8173
Publica ou Privada	8	6095	6	1477	3	599
Atributos						
Narrativa Genérica	47	22749	40	10371	27	8017
Narrativa Qualidade	17	6963	11	5122	11	3166
Quantitativa N- Financeira	22	14187	14	7892	10	1945
Quantitativa Financeira	16	2037	14	1573	6	792
Narrativa	49	29712	40	15493	27	11183
Quantitativa	31	16224	24	9465	13	2737

Quadro A 3.2 - Secção de Relatório, Atributos e Factores Diferenciadores

	2004		2003		2002	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Geral e Factores diferenciadores						
Geral	51	45936	40	24958	28	13920
Subsidiaria Estrangeira	12	7279	12	4100	6	2041
Cotada em Bolsa	19	28402	15	16340	12	8173
Publica ou Privada	8	6095	6	1477	3	599
Atributos						
Contas	20	2360	15	1433	3	125
Relatório de Gestão	43	8832	36	9805	25	6621
Outros Relatórios Separados	9	712	9	1130	4	445
Relatórios Separados	16	34032	8	12590	6	6729
Obrigatórios	48	11190	39	11278	26	6746
Voluntários	20	34746	12	13680	9	7174

Quadro A 3.3.1 - Políticas e Projectos Atributos Geral

Atributos Geral	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	31	3155	35	4683	43	8849
Sistema de gestão ambiental	17	1289	27	1790	32	2741
Aspectos e Acções Ambientais externos	20	3535	15	5734	22	9736
Factores	18	979	21	1640	23	4400
Aspectos relacionados com Sistemas	13	671	13	1171	19	2185
Total	31	9629	38	15018	46	27911

Quadro A 3.3.2 - Políticas e Projectos - Atributos por secção de relatório

Atributos por secção de relatório	2002			2003			2004		
	Obrigatório	Voluntário	Total	Obrigatório	Voluntário	Total	Obrigatório	Voluntário	Total
	RG/Notas #	Outros #	Nº de palavras	RG/Notas #	Outros #	Nº de palavras	RG/Notas #	Outros #	Nº de palavras
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	1607	1548	3155	2650	2033	4683	2577	6272	8849
Sistema de gestão ambiental	767	522	1289	1179	611	1790	1095	1646	2741
Aspectos e Acções Ambientais externas	1287	2272	3559	1750	3984	5734	2081	7655	9736
Factores	680	299	979	683	957	1640	1302	3098	4400
Aspectos relacionados com Sistemas	499	172	671	448	723	1171	279	1906	2185
Total	4840	4813	9653	6710	8308	15018	7334	20577	27911

Quadro A 3.3.3 - Políticas e Projectos - Atributos por tipo de informação

Atributos por tipo de informação	Genérica	Qualitativa	Não financeira	Financeira	Total nº de palavras
	NG #	NQ #	QNF #	QF #	
2002					
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	2056	1009	19	71	3155
Sistema de gestão ambiental	771	518			1289
Aspectos e Acções Ambientais externas	3244	150	0	165	3559
Factores	673	306	0	0	979
Aspectos relacionados com Sistemas	170	501	0	0	671
Total	6914	2484	19	236	9653
2003					
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	3292	1451	58	131	4932
Sistema de gestão ambiental	1299	212	195	84	1790
Aspectos e Acções Ambientais externas	2717	272	2430	63	5482
Factores	996	407	96	141	1640
Aspectos relacionados com Sistemas	316	855	0	0	1171
Total	8620	3197	2779	419	15015
2004					
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	7361	1288	200		8849
Sistema de gestão ambiental	1890	444	362	45	2741
Aspectos e Acções Ambientais externos	5122	1433	3075	106	9736
Factores	2716	1214	470	0	4400
Aspectos relacionados com Sistemas	2019	166	0	0	2185
Total	19108	4545	4107	151	27911

Quadro A 3.3.4 - Políticas e Projectos - Factores Diferenciadores

Atributos Publica / Privada	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	3	314	5	348	7	806
Sistema de gestão ambiental	3	144	5	271	7	620
Aspectos e Acções Ambientais externas	0	0	2	126	2	592
Factores	2	67	5	345	2	670
Aspectos relacionados com Sistemas	3	74	0	0	2	30
Total	3	599	6	1090	8	2718

Atributos Cotada em Bolsa	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	9	1667	15	2861	18	4431
Sistema de gestão ambiental	7	858	12	935	13	1335
Aspectos e Acções Ambientais externas	6	1982	6	4275	12	6531
Factores	3	387	9	826	11	2344
Aspectos relacionados com Sistemas	4	392	8	1055	9	1636
Total	11	5286	15	9952	18	16277

Atributos Subsidiaria Estrangeira	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Política ambiental ou referências a sustentabilidade	4	377	8	714	9	1304
Sistema de gestão ambiental	4	97	7	410	5	231
Aspectos e Acções Ambientais externas	4	405	4	436	4	1111
Factores	3	252	4	183	6	243
Aspectos relacionados com Sistemas	1	50	2	82	5	329
Total	6	1181	10	1825	10	3218

Quadro A 3.4.1 - Actividades e objectivos de carácter ambiental - Atributos Geral

Atributos Geral	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Resíduos	8	472	16	1461	19	2224
Emissões Poluentes Gasosos	7	893	18	1490	20	3454
Abastecimento Agua	4	351	8	512	12	1188
Aguas Residuais	5	197	13	594	11	1003
Reciclagem	14	250	10	723	15	1370
Terrenos	3	100	2	93	3	353
Segurança e Acidentes	6	500	7	419	7	263
Biodiversidade	3	307	5	791	8	1418
Produtos e Processos	15	480	4	385	11	883
Energia	6	487	13	1445	19	2508
Ruído	3	92	10	657	6	1120
Total	15	4129	24	8570	26	15784

Quadro A 3.4.2 - Actividades e objectivos de carácter ambiental - Atributos por secção de relatório

Atributos por sessão de relatório	2002			2003			2004		
	Obrigatório RG/Notas #	Voluntário Outros #	Total Nº de palavras	Obrigatório RG/Notas #	Voluntário Outros #	Total Nº de palavras	Obrigatório RG/Notas #	Voluntário Outros #	Total Nº de palavras
Resíduos	330	142	472	715	746	1461	177	2047	2224
Emissões Poluentes Gasosos	435	458	893	506	984	1490	406	3048	3454
Abastecimento Agua	154	197	351	235	277	512	52	1136	1188
Aguas Residuais	84	113	197	281	313	594	297	706	1003
Reciclagem	118	132	250	194	525	719	139	1231	1370
Terrenos	19	81	100	17	76	93	20	333	353
Segurança e Acidentes	339	161	500	380	40	420	122	141	263
Biodiversidade	15	292	307	60	731	791	46	1372	1418
Produtos e Processos	126	354	480	50	335	385	138	745	883
Energia	180	307	487	639	806	1445	399	2109	2508
Ruído	7	85	92	218	439	657	35	1085	1120
Total	1807	2322	4129	3295	5272	8567	1831	13953	15784

Quadro A 3.4.3 - Actividades e objectivos de carácter ambiental - Atributos por tipo de informação

Atributos por tipo de informação	Genérica		Não		Total
	Qualitativa	financeira	Financeira	financeira	
	NG #	NQ #	QNF #	QF #	Nº de palavras
2002					
Resíduos	99	0	373	0	472
Emissões Poluentes Gasosos	155	135	499	104	893
Abastecimento Agua	37	78	236		351
Agua Residuais	10	74	64	49	197
Reciclagem	32	14	204		250
Terrenos	100	0	0	0	100
Segurança e Acidentes	290	198	12	0	500
Biodiversidade	115	131		61	307
Produtos e Processos	194	45	92	149	480
Energia	72	0	382	33	487
Ruído		7	52	33	92
Total	1104	682	1914	429	4129
2003					
Resíduos	267	328	837	29	1461
Emissões Poluentes Gasosos	218	292	959	21	1490
Abastecimento Agua	94	43	375		512
Agua Residuais	113	182	299		594
Reciclagem	87	92	540		719
Terrenos	17	0	76	0	93
Segurança e Acidentes	76	94	162	88	420
Biodiversidade	136	428	227		791
Produtos e Processos	4	99	282	0	385
Energia	252	186	1007	0	1445
Ruído	169	174	314		657
Total	1433	1918	5078	138	8567
2004					
Resíduos	642	110	1440	32	2224
Emissões Poluentes Gasosos	478	463	2236	277	3454
Abastecimento Agua	45	54	1089		1188
Agua Residuais	135	179	619	70	1003
Reciclagem	155	425	785	5	1370
Terrenos	25	46	282	0	353
Segurança e Acidentes	79	132	52	0	263
Biodiversidade	468	91	859		1418
Produtos e Processos	371	226	286	0	883
Energia	483	434	1591	0	2508
Ruído	179	100	841		1120
Total	3060	2260	10080	384	15784

Quadro A 3.4.4 - Actividades e objectivos de carácter ambiental - Factores Diferenciadores

Atributos Publica / Privada	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Resíduos	0	0	1	74	2	400
Emissões Poluentes Gasosos	0	0	3	83	3	636
Abastecimento Agua	0	0	1	5	1	294
Aguas Residuais	0	0	1	5	2	465
Reciclagem	0	0	0	0	0	0
Terrenos	0	0	0	0	1	20
Segurança e Acidentes	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade	0	0	0	0	1	371
Produtos e Processos	0	0	0	0	1	30
Energia	0	0	1	26	2	330
Ruído	0	0	2	0	2	601
Total	0	0	3	193	3	3147
Atributos Cotada em Bolsa	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Resíduos	2	191	6	893	9	1426
Emissões Poluentes Gasosos	4	573	7	939	12	2336
Abastecimento Agua	2	229	4	418	7	807
Aguas Residuais	3	148	5	469	6	444
Reciclagem	3	158	4	360	11	1126
Terrenos	2	81	1	76	2	333
Segurança e Acidentes	1	68	2	46	3	34
Biodiversidade	1	161	3	577	5	961
Produtos e Processos	3	312	2	324	7	654
Energia	3	385	7	1071	10	1664
Ruído	2	85	4	573	4	519
Total	6	2391	10	5746	13	10304
Atributos Subsidiaria Estrangeira	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Resíduos	3	159	4	264	5	141
Emissões Poluentes Gasosos	1	24	4	155	2	43
Abastecimento Agua	0	0	2	22	2	27
Aguas Residuais	1	10	2	75	3	94
Reciclagem	1	60	4	299	1	31
Terrenos	0	0	1	17	0	0
Segurança e Acidentes	2	268	2	291	3	165
Biodiversidade	2	146	2	214	1	169
Produtos e Processos	2	115	1	53	1	0
Energia	2	31	4	223	4	261
Ruído	0	0	0	0	0	0
Total	4	813	5	1613	5	931

Quadro A 3.5.1 - Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Atributos Geral

Atributos Geral	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Dispêndios Ambientais	1	14	10	685	11	695
Investimentos Ambientais	3	127	8	210	10	438
Provisões ou Passivos Ambientais	0	0	7	152	11	406
Activos Ambientais	0	0	6	177	7	380
Contingências	0	0	7	149	11	322
Total	4	141	16	1373	20	2241

Quadro A 3.5.2 - Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Atributos por secção de relatório

Atributos por sessão de relatório	2002			2003			2004		
	Obrigatório RG/Notas #	Voluntário Outros #	Total Nº de palavras	Obrigatório RG/Notas #	Voluntário Outros #	Total Nº de palavras	Obrigatório RG/Notas #	Voluntário Outros #	Total Nº de palavras
Dispêndios Ambientais	0	14	14	650	35	685	695		695
Investimentos Ambientais	102	25	127	145	65	210	222	216	438
Provisões ou Passivos Ambientais			0	152		152	406		406
Activos Ambientais			0	177		177	380		380
Contingências			0	149		149	322		322
Total	102	39	141	1273	100	1373	2025	216	2241

Quadro A 3.5.3 - Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Atributos por tipo de informação

Atributos por tipo de informação	Genérica	Qualitativa	Não		Total	
	NG #	NQ #	financeira QNF #	Financeira QF #		Nº de palavras
2002						
Dispêndios Ambientais				14	127	141
Investimentos Ambientais						0
Provisões ou Passivos Ambientais						0
Activos Ambientais						0
Contingências						0
Total	0	0	14	127		141
2003						
Dispêndios Ambientais	34			35	616	685
Investimentos Ambientais	17				193	210
Provisões ou Passivos Ambientais	96	8			48	152
Activos Ambientais	18				159	177
Contingências	149					149
Total	314	8	35	1016		1373
2004						
Dispêndios Ambientais	45	64			586	695
Investimentos Ambientais	91				347	438
Provisões ou Passivos Ambientais	108				298	406
Activos Ambientais	15	94			271	380
Contingências	322					322
Total	581	158	0	1502		2241

Quadro A 3.5.4 - Aspectos Financeiros e Contabilísticos - Factores Diferenciadores

Atributos Publica / Privada	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Dispêndios Ambientais	0	0	0	0	1	24
Investimentos Ambientais	0	0	1	21	0	0
Provisões ou Passivos Ambientais	0	0	2	48	3	148
Activos Ambientais	0	0	0	0	0	0
Contingências	0	0	2	57	2	51
Total	0	0	2	126	3	223
Atributos Cotada em Bolsa	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Dispêndios Ambientais	0	0	5	142	7	323
Investimentos Ambientais	2	81	5	152	7	322
Provisões ou Passivos Ambientais	0	0	3	58	6	228
Activos Ambientais	0	0	3	99	5	351
Contingências	0	0	3	53	5	163
Total	2	81	7	504	9	1387
Atributos Subsidiaria Estrangeira	2002		2003		2004	
	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras	Nº empresa	Nº de palavras
Dispêndios Ambientais	0		5	540	3	348
Investimentos Ambientais	1	46	2	79	1	46
Provisões ou Passivos Ambientais	0		2	25	2	30
Activos Ambientais	0		3	78	2	29
Contingências	0		3	47	3	80
Total	1	46	5	769	5	533

Quadro A 4.1 – Tipo de informação ambiental

Tipo de informação	Variáveis (Atributos agregados)	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal- Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe Post Hoc	Tukey Post Hoc	Nº de Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas	
Informação Narrativa	NG-Narrativa Genérica	2002	8'017	57.6%	0,046	0,016	02/03	0,033	0,024	27	21.4%	
		2003	10'371	41.6%			02/04			40	31.7%	
		2004	22'749	49.5%			03/04			47	37.3%	
	NQ-Narrativa Qualidade	2002	3'166	22.7%	0,748	0,613	02/03			11	8.7%	
		2003	5'122	20.5%			02/04			11	8.7%	
		2004	6'963	15.2%			03/04			17	13.5%	
	Informação Narrativa	2002	11'183	80.3%	0,033	0,031	02/03	0,048	0,036	27	21.4%	
		2003	15'493	62.1%			02/04			40	31.7%	
		2004	29'712	64.7%			03/04			49	38.9%	
	Informação Quantitativa	QNF-Não- Financeira	2002	1'945	14.0%	0,150	0,079	02/03			10	7.9%
			2003	7'892	31.6%			02/04			14	11.1%
			2004	14'187	30.9%			03/04			22	17.5%
QF-Financeira		2002	792	5.7%	0,152	0,391	02/03			6	4.8%	
		2003	1'573	6.3%			02/04			14	11.1%	
		2004	2'037	4.4%			03/04			16	12.7%	
Informação Quantitativa	2002	2'737	19.7%	0,047	0,065	02/03			13	10.3%		
	2003	9'465	37.9%			02/04			24	19.0%		
	2004	16'224	35.3%			03/04			31	24.6%		
Total	2002	13'920	100.0%	0,022	0,025	02/03	0,029	0,022	28	22.2%		
	2003	24'958	100.0%			02/04			40	31.7%		
	2004	45'936	100.0%			03/04			51	40.5%		

Quadro A 4.2 – Secção de relatório dedicado ao relato ambiental

	Variaveis	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal-Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe Posc Hoc	Tukey Posc Hoc	Nº Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas
Projectos e Politicas Ambientais Adoptadas pelas Empresas	Politica ambiental ou referências a Politica de sustentabilidade	2002	3'155	32.8%	0,040	0,036	02/03	0,049	0,038	31	24.6%
		2003	4'683	31.2%			02/04			35	27.8%
		2004	8'849	31.7%			03/04			43	34.1%
	Sistema de Gestao Ambiental	2002	1'299	13.5%	0,111	0,236	02/03			17	13.5%
		2003	1'790	11.9%			02/04			27	21.4%
		2004	2'741	9.8%			03/04			32	25.4%
	Aspectos e Acções ambientais de caracter extemo	2002	3'535	36.7%	0,449	0,398	02/03			20	15.9%
		2003	5'734	38.2%			02/04			15	11.9%
		2004	9'736	34.9%			03/04			22	17.5%
	Factores	2002	979	10.2%	0,189	0,030	02/03	0,048	0,037	18	14.3%
		2003	1'640	10.9%			02/04			21	16.7%
		2004	4'400	15.8%			03/04			23	18.3%
	Aspectos relacionados com Sistemas	2002	671	7.0%	0,510	0,208	02/03			13	10.3%
		2003	1'171	7.8%			02/04			13	10.3%
		2004	2'185	7.8%			03/04			19	15.1%
	Total	2002	9'629	100.0%	0,092	0,061	02/03			31	24.6%
		2003	15'018	100.0%			02/04			38	30.2%
		2004	27'911	100.0%			03/04			46	36.5%

Quadro A 4.3 – Políticas e Projectos ambientais adoptadas pelas empresas

Sessao ou tipo de relatório dedicado ao relato ambiental	Variaveis (Atributos agregados)	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal- Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe Post Hoc	Tukey Post Hoc	Nº Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas	
Obrigatório	Contas	2002	125	0.9%	0,002	0,011	02/03	0,012	0,008	3	2.4%	
		2003	1'433	5.7%			02/04			15	11.9%	
		2004	2'360	5.1%			03/04			20	15.9%	
	Relatório de Gestao	2002	6'621	47.6%	0,199	0,663	02/03			25	19.8%	
		2003	9'805	39.3%			02/04			36	28.6%	
		2004	8'832	19.2%			03/04			43	34.1%	
	Relatorios Obrigatórios	2002	6'746	48.5%	0,058	0,409	02/03			26	20.6%	
		2003	11'278	45.2%			02/04			39	31.0%	
		2004	11'190	24.4%			03/04			48	38.1%	
	Voluntário	Outros Elementos Informativos de Gestao	2002	445	3.2%	0,430	0,477	02/03			4	3.2%
			2003	1'130	4.5%			02/04			9	7.1%
			2004	712	1.5%			03/04			9	7.1%
Outros Relatórios Separados		2002	6'729	48.3%	0,088	0,017	02/03	0,028	0,021	6	4.8%	
		2003	12'590	50.4%			02/04			8	6.3%	
		2004	34'032	74.1%			03/04			16	12.7%	
Relatorios Voluntários	2002	7'174	51.5%	0,108	0,021	02/03	0,031	0,023	9	7.1%		
	2003	13'680	54.8%			02/04			12	9.5%		
	2004	34'746	75.6%			03/04			20	15.9%		
Total	2002	13'920	100.0%	0,022	0,025	02/03			28	22.2%		
	2003	24'958	100.0%			02/04			40	31.7%		
	2004	45'936	100.0%			03/04			51	40.5%		

Quadro A 4.4 – Actividades e Objectivos ambientais adoptadas pelas empresas

Variaveis	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal-Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe Post Hoc	Tukey Post Hoc	Nº Empresas	Empresas / Total Nº Empresas		
											(Atributos agregados)	
Actividades e Objectivos de protecção ambiental adoptadas pelas Empresas	Resíduos	2002	472	11.4%	0,142	0,090				8	6.3%	
		2003	1'461	17.0%						16	12.7%	
		2004	2'224	14.1%						19	15.1%	
	Abastecimento de Agua	2002	351	8.5%	0,203	0,208					4	3.2%
		2003	512	6.0%							8	6.3%
		2004	1'188	7.5%							12	9.5%
	Aguas Residuais	2002	197	4.8%	0,415	0,268					5	4.0%
		2003	594	6.9%							13	10.3%
		2004	1'003	6.4%							11	8.7%
	Terrenos	2002	100	2.4%	0,870	0,570					3	2.4%
		2003	93	1.1%							2	1.6%
		2004	353	2.2%							3	2.4%
	Segurança e Acidentes	2002	500	12.1%	0,982	0,587					6	4.8%
		2003	419	4.9%							7	5.6%
		2004	263	1.7%							7	5.6%
	Biodiversidade	2002	307	7.4%	0,398	0,319					3	2.4%
		2003	791	9.2%							5	4.0%
		2004	1'418	9.0%							8	6.3%
	Produtos/ Processos	2002	480	11.6%	0,227	0,566					15	11.9%
		2003	385	4.5%							4	3.2%
		2004	883	5.6%							11	8.7%
	Reciclagem	2002	250	6.1%	0,185	0,089					14	11.1%
		2003	723	8.4%							10	7.9%
		2004	1'370	8.7%							15	11.9%
	Energia	2002	487	11.8%	0,351	0,316					6	4.8%
		2003	1'445	16.9%							13	10.3%
		2004	2'508	15.9%							19	15.1%
Ruido	2002	92	2.2%	0,064	0,058					3	2.4%	
	2003	657	7.7%							10	7.9%	
	2004	1'120	7.1%							6	4.8%	
Emissao de poluentes gasosos	2002	893	21.6%	0,292	0,058					7	5.6%	
	2003	1'490	17.4%							18	14.3%	
	2004	3'454	21.9%							20	15.9%	
Total	2002	4'129	100.0%							15	11.9%	
	2003	8'570	100.0%							24	19.0%	
	2004	15'784	100.0%							26	20.6%	

Quadro A 4.5 - Aspectos Financeiros e Contabilísticos Ambientais

Variaveis (Atributos agregados)	Ano	Nº de Palavras	Nº Palavras / Total Nº Palavras	Kruskal- Wallis Test	Anova	Ano	Scheffe	Tukey	Nº Empresas	Nº Empresas / Total Nº Empresas	
							Posc Hoc	Posc Hoc			
				0,018	0,238		Sig	Sig			
Aspectos Financeiros e Contabilísticos ambientais incluídos nas contas anuais e outros relatórios	Dispendios Ambientais	2002	14	9.9%		02/03			1	0.8%	
		2003	685	49.9%		02/04			10	7.9%	
		2004	695	31.0%		03/04			11	8.7%	
	Investimentos Ambientais	2002	127	90.1%	0,219	0,198	02/03			3	2.4%
		2003	210	15.3%			02/04			8	6.3%
		2004	438	19.5%			03/04			10	7.9%
	Provisões ou passivos Ambientais	2002	0	0.0%	0,008	0,023	02/03			0	0.0%
		2003	152	11.1%			02/04	0,025	0,018	7	5.6%
		2004	406	18.1%			03/04			11	8.7%
Activos Ambientais	2002	0	0.0%	0,046	0,066	02/03			0	0.0%	
	2003	177	12.9%			02/04	0,066	0,051	6	4.8%	
	2004	380	17.0%			03/04			7	5.6%	
Contingencias Ambientais	2002	0	0.0%	0,008	0,020	02/03			0	0.0%	
	2003	149	10.9%			02/04	0,014	0,014	7	5.6%	
	2004	322	14.4%			03/04			11	8.7%	
Total	2002	141	100.0%	0,005	0,017	02/03			4	3.2%	
	2003	1'373	100.0%			02/04	0,018	0,013	16	12.7%	
	2004	2'241	100.0%			03/04			20	15.9%	

Quadro A 5.1 - Análise por factores diferenciadores

		Mann -Whitney Test											
		Cotada	Não Cotada	M-W	T-Test	Sub. Estrangeira	Nacional	M-W	T-Test	Pública	Privada	M-W	T-Test
		Mean	Mean			Mean	Mean			Mean	Mean		
Tipo de relato ambiental	Narrativa Genérica	254.03	55.88	0.000	0.000	95.63	112.49	0.259	0.675	141.08	105.47	0.003	0.522
	Narrativa Qualidade	130	22.26	0.002	0.022	31.35	56.41	0.640	0.448	28.62	53.5	0.812	0.586
	Quantitativa não Financeira	168.25	30.76	0.000	0.004	59.61	69.70	0.072	0.799	106.50	63.4	0.248	0.431
	Quantitativa Financeira	30.64	11.15	0.001	0.047	22.53	14.71	0.527	0.363	15.00	16.51	0.767	0.899
	Total	582.92	120.05	0.000	0.000	209.12	253.30	0.282	0.628	291.19	238.88	0.019	0.678
Secção do relatório	Contas	26.33	10.26	0.013	0.050	25.37	11.66	0.016	0.212	18.96	14.09	0.388	0.650
	Relatório de Gestão	137.08	53.96	0.000	0.005	69.47	78.02	0.635	0.722	151.54	68.15	0.002	0.012
	Outros elementos informativos de Gestão	11.32	5.69	0.052	0.263	3.95	8.07	0.383	0.427	3.23	7.62	0.477	0.540
	Outros Relatorios Sepados	408.19	50.14	0.000	0.001	110.33	155.56	0.614	0.517	117.46	149.02	0.296	0.775
	Total	582.93	120.05	0.000	0.000	209.12	253.30	0.170	0.628	291.19	238.88	0.019	0.678
Políticas e Projectos ambientais	Politica ambiental ou referências a Política de sustentabilidade	127.21	28.68	0.000	0.001	42.02	58.56	1.000	0.420	56.46	54.90	0.023	0.956
	Sistema de Gestao Ambiental	42.06	11.81	0.000	0.002	12.95	21.77	0.842	0.105	39.81	17.77	0.000	0.032
	Aspectos e Acções ambientais de caracter	37.72	4.95	0.000	0.005	7.96	15.27	0.580	0.135	4.62	14.70	0.625	0.052
	Factores	49.40	11.95	0.001	0.016	11.89	24.69	0.585	0.061	41.62	19.88	0.034	0.017
	Aspectos relacionados com Sistemas	42.82	2.70	0.000	0.001	8.09	14.88	0.909	0.402	4.00	14.45	0.650	1.171
Total	299.21	60.10	0.000	0.000	82.91	135.17	0.555	0.088	146.50	121.70	0.003	0.351	
Actividades objectivos ambiental	Residuos	34.86	8.4	0.018	0.010	10.52	16.77	0.240	0.443	18.42	15.20	0.539	0.771
	Abastecimento de Agua	20.19	3.05	0.001	0.006	0.91	9.36	0.558	0.001	11.50	7.24	0.813	0.533
	Aguas Residuais	14.74	3.74	0.000	0.028	3.31	7.55	0.688	0.403	18.08	5.47	0.688	0.446
	Terrenos	6.81	0.29	0.020	0.129	0.31	2.47	0.573	0.454	0.77	2.17	0.790	0.719
	Segurança e Acidentes	2.29	5.19	0.806	0.163	13.69	2.07	0.068	0.046	0.00	4.88	0.129	0.001
	Biodiversidade	23.6	4.17	0.005	0.044	8.19	9.69	0.278	0.840	14.27	8.86	0.662	0.594
	Produtos/Processos	17.92	2.34	0.003	0.021	6.24	6.59	0.777	0.942	1.15	7.10	0.360	0.367
	Reciclagem	22.83	3.45	0.000	0.007	7.22	9.02	0.939	0.732	0.00	9.59	0.053	0.000
	Energia	43.31	6.74	0.000	0.002	9.65	18.31	0.436	0.115	13.69	16.88	0.639	0.788
	Ruido	16.35	3.53	0.002	0.091	0.00	8.73	0.033	0.015	25.73	4.96	0.045	0.351
	Emissao de poluentes gasosos	53.44	10.15	0.000	0.003	4.11	26.24	0.298	0.000	27.65	21.15	0.420	0.674
	Total	256.33	51.04	0.000	0.001	64.15	116.8	0.791	0.094	131.27	103.50	0.784	0.680
Aspectos Financeiros Contabilísticos	Dispendios Ambientais	6.46	4.74	0.002	0.703	15.86	2.39	0.060	0.145	0.92	5.66	0.381	0.482
	Investimentos Ambientais	7.71	1.12	0.000	0.006	3.05	2.85	0.874	0.908	0.81	3.12	0.411	0.342
	Provisões ou passivos Ambientais	3.97	1.39	0.023	0.174	0.98	2.37	0.950	0.376	7.54	1.50	0.006	0.130
	Activos Ambientais	6.25	0.55	0.003	0.021	1.91	2.12	0.132	0.901	0.00	2.30	0.227	0.003
	Contingencias Ambientais	3.00	1.30	0.088	0.249	2.27	1.62	0.206	0.594	4.15	1.50	0.053	0.199
Total	27.39	9.10	0.003	0.029	24.07	11.35	0.247	0.250	13.42	14.07	0.489	0.951	